



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**A MEDIAÇÃO NAS TRILHAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL: A PRODUÇÃO
DA DESIGUALDADE SOCIOAMBIENTAL E DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO
CAJUEIRO-PARNAÍBA/PI**

RECIFE - PE

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**A MEDICAÇÃO NAS TRILHAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL: A PRODUÇÃO
DA DESIGUALDADE SOCIOAMBIENTAL E DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO
CAJUEIRO-PARNAIBA/PI**

Tese submetida à banca de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Titular Vitória Régia Fernandes Gehlen

RECIFE- PE

2016

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

O48m	Oliveira, Gilvana Pessoa de A mediação nas trilhas do desenvolvimento rural: a produção da desigualdade socioambiental e de gênero no assentamento Cajueiro-Parnaíba/PI / Gilvana Pessoa de Oliveira, 2016. 111 folhas : il. 30 cm. Orientadora: Profª. Dra. Vitória Régia Fernandes Gehlen. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016. Inclui referências. 1. Tipos de assentamento agrário. 2. Identidade de gênero. 3. Mediação. 4. Divisões territoriais e administrativas. I. Gehlen, Vitória Régia Fernandes. II. Título 361.1 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2016 – 073)
------	--

GILVANA PESSOA DE OLIVEIRA

**A MEDIAÇÃO NAS TRILHAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL: A PRODUÇÃO
DA DESIGUALDADE SOCIOAMBIENTAL E DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO
CAJUEIRO-PARNAIBA/PI**

APROVADO EM: 31/05/2016

Banca Examinadora:

VITORIA REGIA FERNANDES GEHLEN – UFPE
Orientadora

HELENA LUCIA AUGUSTO CHAVES – UFPE
Examinadora Interna

ROSA MARIA CORTEZ DE LIMA - UFPE
Examinadora Interna

ROSA ESTER ROSSINI – USP
Examinadora Externa

MARX PRESTES BARBOSA – UFCG
Examinador Externo

ANA CRISTINA DE SOUZA VIEIRA - UFPE
Examinadora Interna – Suplente

ROSINEIDE DE LOURDES MEIRA CORDEIRO – UFPE
Examinadora Externa - Suplente

AGRADECIMENTOS

O tempo da produção de uma tese é um período de renúncias e também de crescimento. Foram anos de muitas mudanças internas e mudanças externas que integraram diferentes cidades no meu percurso: Picos, Recife e Parnaíba.

Registro meu agradecimento a todos/as que caminharam comigo nesta jornada inconclusa, especialmente aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que gentilmente dividiram suas experiências de vida e trabalho.

Ao GRAPp/CNPq/UFPE, pelas experiências de formação e pelos amigos artistas.

À prof. ^a Vitória Gehlen, pela aprendizagem e também pela acolhida familiar que sempre ofertou generosamente.

A todos que fazem parte do PPGSS/UFPE, sua equipe docente e administrativa, pelo empenho em nossa formação.

A todos os familiares e amigos que conviveram com meu silêncio e angústia e também com o entusiasmo das conquistas realizadas neste período. A esperança de vocês foi o que me manteve seguindo. Neste momento destaco o papel de Luciana Saraiva, minha amiga-irmã, que me apoiou nos momentos mais difíceis destes últimos anos.

Ao Dr. Pedro, Dr.^a Elba e Dr. Petrus, pelo empenho em manter minha saúde no ritmo da tese e no ritmo da vida.

Especialmente agradeço a meus pais, João e Aldenira, migrantes do campo, meus exemplos de persistência, dedicação e amor.

Não posso deixar de agradecer aos professores e diretores da UFPI, amigos do Campus de Picos e do Campus de Parnaíba, que torceram e colaboraram com meu trabalho.

Neste momento agradeço especialmente a esta Força Divina que transforma o medo e a incerteza em resistência. Sem fé não há vitória. Sem Deus não há razão de seguir.

RESUMO

A análise sobre a desigualdade socioambiental e de gênero aborda questões relativas aos diferentes processos sócio- históricos de uso, produção e luta pela apropriação do território por homens e mulheres. A tese realiza estudo sobre a mediação dos movimentos sociais na produção social do território, referenciado na perspectiva histórico-dialética. Relativamente às técnicas de pesquisa, selecionou-se uma referência bibliográfica, além da documental, apoiou-se ainda em dados empíricos que foram coletados por meio de entrevistas, as quais realizaram-se no Assentamento Cajueiro, em Parnaíba-PI. A história do Assentamento se estrutura em paralelo à implantação de projetos agrícolas de grande porte, como aqueles, realizados no município, no âmbito do plano de desenvolvimento proposto ao território. Explora-se elementos sobre o processo de organização de homens e mulheres, desde o período de ocupação da área até a consolidação do assentamento dando ênfase à mediação dos movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na contínua negociação por seus direitos, o qual, o é neste sentido, o principal mobilizador e também mediador das conquistas dos residentes no assentamento. A pesquisa apresenta questões de gênero tramadas nesse processo, considerando as demandas das mulheres e o atendimento via ações públicas. Identifica-se a dificuldade de organização dos residentes no Assentamento, que assumem as atividades internas e, ao mesmo tempo buscam outras formas de remuneração temporária, na produção de frutas do Projeto de Irrigação. A proposta de desenvolvimento rural, em curso, vem aprofundando as desigualdades através de um planejamento territorial que direciona sua produção para o mercado externo, enquanto o assentamento permanece à margem das ações do Estado.

Palavras-chaves: Assentamento Cajueiro. Gênero. Mediação. Território.

ABSTRACT

The analysis of the environmental and gender inequality addresses issues concerning the different processes of historical socio-use, production and struggle for ownership of land by men and women. The thesis conducts study on the mediation of social movements in social production of territory, referenced in historical and dialectical perspective. With regard to research techniques, selected a literature reference, in addition to the documentary, also supported it on empirical data were collected through interviews, which took place in the Assentamento Cajueiro in Parnaíba-PI. The history of the settlement is structured in parallel to the implementation of large-scale agricultural projects, such as those carried out in the city, under the development plan proposed to the territory. It explores elements of the process of organization of men and women from the period of occupation of the area until the consolidation of the settlement walk emphasis on mediation of social movements, especially the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra in continuous trading for their rights, which, it is in this sense, the main mobiliser and also mediator of the achievements of residents in the settlement. The research presents gender concocted this process, considering the demands of women and care via public actions. Identifies the difficulty of organizing residents in the settlement, which take the internal activities and at the same time seeking other forms of temporary compensation, in fruit Irrigation Project. The proposed rural development programs in place has deepened inequalities through a territorial planning that directs its production to foreign markets, while the settlement remains on the margins of state actions.

KEYWORDS: Assentamento Cajueiro. Gender. Mediation. Territory.

LISTA DE SIGLAS

ATES - Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

ATRAC – Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Assentamento Cajueiro

CAMP - Centro de Assessoramento dos Movimentos Sociais

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

FETAG – Federações dos Trabalhadores na Agricultura

FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEB – Movimento de Educação de Base

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG – Organização Não Governamental

PMDS - Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Lista de Figuras	Pág.
Figura 1: Trecho do ofício do INTERPI ao MIRAD – Sugestões ao PNRA	54
Figura 2: Trecho da Carta da EMATER/PI ao MIRAD – Sugestões ao PNRA.....	55
Figura 3: Famílias Assentadas – 1976 a 2006	62
Figura 4: Fases da criação do Assentamento	63
Figura 5: Configuração do Estado do Piauí – Séc. XVIII.....	69
Figura 6: Mapa do Piauí – Localização do município de Parnaíba	72
Figura 7: Escola Municipal do Assentamento Cajueiro	80
Figura 8: Localização do Assentamento Cajueiro	81
Figura 9: Sede da ATRAC	82
Figura 10: Trabalhador na coleta de acerola.....	90
Figura 11: Aproveitamento de objetos e embalagens	96
Figura 12: Organização dos jardins no Assentamento Cajueiro	97
Figura 13: Rua do Assentamento Cajueiro	97
Figura 14: Assentado voltando da colheita de acerola.....	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – CONCEPÇÃO DE ESTADO NO CAPITALISMO	27
1.1. Estado e forças sociais	28
1.2. Autonomia relativa do Estado.....	30
1.3. Mecanismos de ação do Estado	32
CAPÍTULO II – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E MUDANÇA SOCIAL	37
2.1. Movimento sem terra na América Latina	39
2.2. A construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil	42
2.3. Nas trilhas da mediação: o MST e as lutas pelo direito a terra de trabalho	46
CAPÍTULO III – ACESSO A TERRA: AS POLÍTICAS SOCIAIS DO ESTADO BRASILEIRO	50
3.1. Acesso a terra como bem ou direito.....	51
3.2. Plano Nacional de Reforma Agrária	52
CAPÍTULO IV – IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA	57
4.1. As políticas do INCRA	58
4.2. A colonização do Piauí e a reforma agrária	64
CAPÍTULO V – OCUPAÇÃO E MEDIAÇÃO	67
5.1. As lutas pela terra no Piauí	68
5.2. A luta pela terra no Assentamento Cajueiro	72
5.2.1. O Estado do Piauí: localização	72

5.2.2. O território dentro do território – de acampamento a assentamento	73
5.2.3. O acampamento e a organização política gerou o assentamento.....	75
5.2.4. A escola: uma conquista do acampamento	79
5.2.5. Assentamento Cajueiro – uma travessia inconclusa	81
5.2.6. A fronteira no Assentamento	87
5.2.7. O papel das mulheres no Assentamento Cajueiro.....	93
5.2.8. A espacialização do capital e a espacialização do MST	98
 CONSIDERAÇÕES	 103
 REFERÊNCIAS	 106

INTRODUÇÃO

A produção desta tese articula uma série de saberes assimilados e produzidos ao longo dos estudos durante o mestrado, onde realizei os primeiros contatos com as mulheres agricultoras que produziam e comercializavam seus produtos na feira livre de Picos-PI. O vínculo como discente do Mestrado Institucional MINTER UFPE/Faculdade Raimundo Sá, parceria entre o Programa de Pós-graduação em Serviço Social/PPGSS/UFPE e Faculdade Raimundo Sá/Picos/PI (2009/2011) possibilitou a interiorização das ações do programa e o acesso de profissionais mobilizados pela pesquisa sobre as questões sociais. A experiência durante o mestrado foi muito importante na aproximação sobre o tema da desigualdade social e de gênero, no rural. Após a conclusão do mestrado, participei da seleção do PPGSS/UFPE para a turma de doutorado de 2012.

No período de residência em Recife (fevereiro/2012 a fevereiro/2014) pude aprofundar conhecimentos sobre desenvolvimento rural, dinâmicas territoriais, relações sociais de gênero e agricultura familiar. Participei de projetos de pesquisa e extensão realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça, Políticas Públicas e Meio Ambiente/GRAPp/CNPq/UFPE, a saber: Projeto de Extensão Tecnológica: Observatório do Desenvolvimento: Monitoramento e Avaliação do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco; Projeto de Extensão: Relações Sociais de Gênero e Políticas Públicas: uma análise sobre as condições de vida das mulheres agricultoras do Território Rural da Mata Sul de Pernambuco; e também do Projeto de Extensão: Questão socioambiental e relações sociais de gênero: Avaliação e Monitoramento dos Impactos Socioambientais nos Assentamentos Precários no Município de Palmares, Mata Sul de Pernambuco.

A aprovação no Edital de Bolsas de Pesquisa organizado pela Fundação de Amparo a Ciência de Pernambuco/FACEPE, de janeiro/2013 a março/2014¹, proporcionou um período profícuo de estudos sobre o desenvolvimento sócio- histórico da Mata Sul de Pernambuco, a interligação rural-urbana e os impactos da conversão do uso da terra nas condições de vida de homens e mulheres. Destaco que o desempenho na realização das atividades científicas propostas no citado Edital foram possíveis devido ao engajamento no GRAPp/CNPq/UFPE.

¹ O vínculo como bolsista da FACEPE, durante 14 meses, exigia uma produção científica dentro da realidade de Pernambuco, conforme produção no Currículo Lattes.

As experiências de pesquisa e extensão contribuíram para as análises realizadas durante a produção da tese e, principalmente, reconhecer em outras realidades rurais os pontos convergentes e distintos da produção do território. O Projeto Cátedra para o Desenvolvimento IPEA/CAPES – Patrono Manuel Correia de Andrade, também sob coordenação do GRAPp, foi outra etapa de estudos e ações planejadas. Através da Cátedra para o Desenvolvimento, o Curso de Graduação em Serviço Social/UFPE incluiu, na grade curricular, a disciplina eletiva Gestão Social, Gênero e Meio Ambiente, na qual realizei o Estágio Docência. Ainda na apresentação das pesquisas realizadas, destaca-se o Projeto de Bolsa Produtividade “A espacialidade do capital e as metamorfoses do território: a política territorial de desenvolvimento rural sustentável na Mata Sul de Pernambuco”, coordenado pela prof.^a Titular Vitoria Gehlen, no qual está articulada esta pesquisa.

A contribuição do GRAPp/CNPq/UFPE em minha formação foi importante através de projetos de pesquisa, projetos de extensão, participação e organização de eventos e publicações. A integração colaborativa com alunos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA/UFPE promoveu a troca de conhecimentos entre profissionais de diferentes áreas, pois os estudos estavam voltados para o mundo rural.

As trilhas da mediação são consideradas, nesta tese, como os caminhos alternativos na construção do território, criadas na resistência à fragmentação e desfiguração do modo de vida do assentamento. A construção do rural resulta das mediações realizadas entre Estado/movimentos sociais, ao longo da história. O desenvolvimento rural planejado e implementado pelo Estado, sob influência do capital endógeno, nem sempre segue o caminho oficial e previsto, pois na correlação de forças entre os atores sociais, formam-se as trilhas, novos roteiros para seguir e reexistir.

A ênfase na articulação da questão social e ambiental na construção da categoria desigualdade socioambiental é colocada por entender que o meio ambiente não é apenas cenário das relações sociais, mas integra e impacta as relações de produção que estruturam as desigualdades de classe e gênero. A desigualdade é social e ambiental. A produção do território é aqui entendida como expressão das lutas dos agricultores e agricultoras pela sua emancipação política, social e econômica, na luta pelo acesso e uso dos recursos naturais e dos meios de produção. Os recursos naturais vêm passando por processos que os descaracterizam como bem coletivo, sendo convertido em bens econômicos. Assim a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, no Assentamento Cajueiro, além da busca pela terra, incorpora a discussão sobre o uso indiscriminado dos recursos naturais, buscando garantir o uso igualitário e sustentável, para homens e mulheres no mundo rural.

A mercantilização dos recursos naturais vem provocando sua escassez, pois são subvertidos em estratégias de acumulação de capital, comprometendo o equilíbrio ambiental das regiões. O Estado mobiliza parcerias público-privadas nos projetos de desenvolvimento que deveriam promover o crescimento econômico e a inclusão social, porém, estes projetos produzem um crescimento setorial, fragmentado pois atendem ao processo contínuo de acumulação e expropriação e podem aprofundar as desigualdades entre territórios e entre indivíduos.

A desigualdade de gênero é considerada, nesta tese, uma faceta da desigualdade socioambiental buscando dar visibilidade ao processo de luta por direitos sociais e humanos. Direitos esses ameaçados pela modernização do mundo rural, pautada na implantação de projetos de crescimento que vem promovendo, historicamente, uma urbanização desordenada, conformando uma estrutura de concentração de terras e exploração do trabalho e destruição ambiental. A relação assimétrica de poder que transitou da relação fazendeiro/escravo no período colonial, para fazendeiro/trabalhador rural marca profundamente as formas de trabalho percebidas no meio rural, relegando ao esquecimento um saber específico dos camponeses e seus vínculos com a terra. Na crescente utilização de tecnologia e desenvolvimento científico, a cotidianidade do trabalho passou por mudanças tornando-a cada vez mais flexível, no meio rural.

Pensar a mediação no território representa dimensionar a atuação dos agentes que promovem ou buscam o desenvolvimento, ou seja, atuam no processo de aproximação de grupos de interesses distintos, dotados de representatividade e poder e buscam estabelecer uma aliança entre os campos de disputa. No desenvolvimento rural percebe-se as divergências de objetivos e práticas entre agricultores, iniciativa privada e poder público e também se observa os pontos convergentes em seus diálogos. O Estado realiza a implantação dos projetos de desenvolvimento, que envolvem grandes investimentos e buscam criar/estruturar potencialidades econômicas no território, os quais são realizados através de parceria público-privado, alterando os vínculos sociais e materiais no território, ao não considerar o cotidiano do mundo rural e impor seu modelo de desenvolvimento.

O território caracteriza-se por possuir uma construção identitária cultural, política e econômica própria e, por isso mesmo, define-se não apenas como um espaço geográfico limitado. A dinâmica territorial, ao superar as fronteiras municipais, desenha um novo espaço interligado e, portanto, deve reconhecer que todas as mudanças focais aplicadas terão resultados na totalidade do território. Segundo Gehlen (2010), o ponto de partida para a

reflexão sobre o espaço é o território. Assim, buscou-se a leitura de autores da teoria crítica, – Lefebvre, Andrade, Santos, Harvey e Martins – que refletem acerca do espaço e do território, dada a sua importância no processo de produção, desenvolvida historicamente desde o Brasil Colônia, juntamente com as lutas no campo.

Pertencer a um território suplanta a ideia de posse, o princípio material de apropriação. Segundo Santos (2007), o território “é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. Ao se tratar de território, entende-se que as pessoas pertencem a um espaço dotado de identidade, retroalimentado por sua vivência. A formação de um território revela as estratégias de articulação entre os atores sociais e os arranjos de poder nele estabelecidos (GEHLEN, 2012). Arranjos que se tornam cada vez mais especializados dentro do próprio Estado, na iniciativa privada e na representação de agricultores e agricultoras.

A separação ideológica do rural/urbano vem se atenuando continuamente e sua interligação cada vez mais identificada e reconhecida. A interdependência entre estes setores sempre existiu, apenas o processo de valorização de um em detrimento do outro atendia a construção de uma oposição necessária ao capital (GEHLEN, 2012). Entre os residentes do território, temos os agricultores familiares, trabalhadores rurais e latifundiários cujas relações reordenam o território de forma contínua. Os assentados, ao ocupar a área, integram a vivência do lugar com outros agentes como o MST, a Comissão Pastoral da Terra além da variedade de instituições governamentais interligadas pela reforma agrária.

A partir do conhecimento do território, de seus recursos, das relações sociais, da identificação das necessidades e das potencialidades locais é que devem ser planejados e executados as políticas e serviços. A territorialização das políticas públicas significa articular a escala micro, macro e regional, buscando ampliar o acesso do beneficiário e também aproximar as ações da realidade vivida. Os territórios não são homogêneos, é preciso que as intervenções públicas e as estruturas operacionais tenham flexibilidade para se adequarem à realidade local. Por isso, a participação da sociedade civil na elaboração, implementação e avaliação das ações amplia a percepção de demandas urbanas e rurais e suas interligações.

Os territórios são espaços vividos, percebidos e construídos por pessoas que nele trabalham, habitam e que se relacionam, expressando necessidades sociais cotidianas é onde se têm acesso a serviços de responsabilidade do Estado (SANTOS, 2007). Nesse sentido, os territórios apresentam-se como o espaço de relações sociais e campo de conflitos que precisam ser considerados na implementação de políticas públicas que objetivem a redução da desigualdade social produzida pelo acúmulo de riqueza.

A submissão dos territórios aos interesses dos grandes projetos e à produção agroexportadora vem alterando sua configuração geográfica, aumentando a vulnerabilidade socioambiental de homens e de mulheres. No campo, as políticas foram planejadas objetivando o desenvolvimento agrário articulado à melhoria das condições de vida dos agricultores, como os investimentos e ações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF ou o Programa Nacional de Habitação Rural/PNHR, porém, a contínua modernização agrária e o fortalecimento dos mercados globalizados vêm reconfigurando as relações produtivas no meio rural e aprofundando as desigualdades de gênero existentes. A implantação de políticas que atendam a população rural deve considerar demandas socioambientais, pois o uso inadequado dos recursos naturais e sua mercantilização vêm colocando as populações rurais em situação de risco.

A reforma agrária integra os desafios territoriais e a mediação dos movimentos sociais rurais buscam reduzir os conflitos e integrar suas demandas às possibilidades de distribuição de terras permitidas pelo Estado.

Dessa forma buscou-se entender esse processo através da realidade do Assentamento Cajueiro, localizado no município de Parnaíba/PI, assentamento que limita sua área ao projeto de fruticultura irrigada denominada Projeto Tabuleiros Litorâneos e hoje administrada pelo Distrito de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí/DITALPI, iniciativa de desenvolvimento agrícola através da parceria público-privado e considerado “o maior distrito irrigado de cultivo de frutas orgânicas do país em área pública e um dos principais celeiros de fruticultura do Estado” (CUNHA, 2012, p.135). Nota-se que esta iniciativa governamental tem levado à submissão desses territórios aos interesses dos grandes projetos e à produção agroexportadora. Inclusive com alteração na configuração geográfica aumentando a vulnerabilidade socioambiental de homens e mulheres.

O projeto recebe investimentos e através de cooperativas de produtores agrícolas vem ampliando a produção de frutas para o mercado interno e externo. Na dinâmica produtiva do distrito de irrigação encontram-se homens e mulheres, com vínculos de trabalho fixos e temporários, com uma diversidade de funções e de relações com a terra (assentados e irrigantes) interagindo com técnicos agrícolas, importadores e consumidores. Portanto, observa-se uma diversidade de agentes sociais que compõe o cenário de articulações políticas e econômicas.

No entanto, quando se trata das demandas dos residentes no Assentamento Cajueiro é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST que faz a mediação, mas não de forma exclusiva, pois estes se articulam com o INCRA, Comissão Pastoral da Terra e Sindicato

dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais/STTRs/Parnaíba, que representam relações de poder não equivalentes.

O Assentamento Cajueiro está localizado em área que originalmente pertencia ao Projeto Tabuleiros Litorâneos, mas que foi ocupado por famílias organizadas pelo MST, na década de 1990. Após a consolidação do acampamento em assentamento, a área foi definida e desmembrada do território restrito do projeto de irrigação. A proximidade com os lotes irrigados possibilita a absorção de mão-de-obra de homens e mulheres residentes do assentamento nas equipes de colheita da acerola, principal produto exportado. Vivendo na fronteira geográfica e social do projeto de irrigação, os assentados têm explorada a sua força de trabalho e alternam atividades em seus lotes e nos lotes dos irrigantes.

Verifica-se assim, que está ocorrendo uma intensificação do capitalismo no campo, por meio de uma revolução tecnológica que vem se processando de forma socialmente excludente e espacialmente seletiva, pois manteve intocáveis as estruturas sociais, territoriais e políticas, privilegiando determinadas classes sociais, econômicas e os espaços suscetíveis de uma reestruturação sustentadas pelas inovações científico-técnicas e pela globalização da produção e consumo (SANTOS, 1996).

Nesse espaço o Estado vem se inserindo com uma abordagem territorial relacionada às políticas públicas, demandando a compreensão de problemáticas que envolvem as diversas dimensões da realidade de comunidades e populações. A implantação destas políticas precisa reconhecer a formação sociohistórica do lugar, privilegiando a multiplicidade, a diferença, expressando a diversidade das relações sociais e modos de auto percepção e atribuições. No território temos migrantes, agricultores familiares, trabalhadores rurais, assentados, posseiros, extrativistas, pescadores, que integram ou alternam essa diversidade de faces que se inter cruzam e se articulam com sindicatos, associações, entidades religiosas, órgãos municipais, estaduais e federais e ONGs nacionais e internacionais. Nesse sentido a multiplicidade de formas de organização econômica e social é a base da formação do território, pois os atores sociais são os criadores e produtores da história do lugar e conquistam seu espaço físico e social.

A ineficiência do Estado na alocação de terras para a Reforma Agrária fez com que as famílias dos camponeses e de trabalhadores e trabalhadoras rurais explorassem esse espaço tornando-se um território por meio de lutas políticas, com o objetivo de assegurar sua permanência no Acampamento Cajueiro. Estas famílias foram mobilizadas para atingir um objetivo: terra para morar e plantar, a terra de trabalho. Isto sugere, não somente, que ocorreu

uma organização entre eles como também que a mediação dos agentes institucionalizados produziu mudanças na distribuição do recurso **terra** para as famílias.

A temática da dinâmica do território embasou a pesquisa desta tese e, nesse contexto busca-se contribuir com as pesquisas sobre o papel mediador das lutas do MST na medida em que se propõe a analisar o papel do Estado frente às políticas sociais, considerando o caráter instrumental do espaço feito território, que emerge na contemporaneidade por meio de abordagens territoriais nas políticas públicas.

A discussão sobre as desigualdades socioambientais e de gênero integra esta tese como estratégias de luta e resistência para garantir o acesso e direito a terra, através de mediadores, entre eles o MST, entendendo que o acesso a essa significa algo mais amplo que a posse da terra, não é algo que finda com sua ocupação. Ter um lugar, representado pelo lote de terra, significa poder integrar o território e exercer a cidadania. Na organização do acampamento e do assentamento, o Estado é pressionado a atender as demandas do movimento e também é pelas estruturas sociais e espaciais definidas pela classe dominante. Pode-se argumentar que as demandas e a participação dos trabalhadores sem terra, envolvidos em movimentos sociais, contribuem para a identificação da crise política e ideológica no Estado.

A cada ação dos movimentos sociais, uma nova correlação de forças aparece para contê-los. O grupo político dominante pressiona a formulação de políticas e programas que possam capacitar o Estado a controlar a luta pelo direito a terra, através de mediadores institucionais. Entre as estratégias podemos indicar as tentativas de atrair a liderança dos grupos populares/sem terra e, ao mesmo tempo, induzir o Movimento Sem Terra/popular a repudiar suas reivindicações iniciais ou tentar dividir sua base. De outra forma, políticas foram elaboradas, re-situando o assentamento como personagem importante no processo de modernização agrícola e integrado na gestão democrática do território. Assim, considera-se que o Estado é uma condensação de forças sociais contraditórias, caracterizando a autonomia relativa (POULANTZAS, 1977).

No entanto, leva-se em consideração que as políticas sociais não podem ser consideradas somente como o resultado de determinantes econômicos, nem exclusivamente como um ato político e ideológico. Adota-se nesta tese, o conceito de política social manifesta-se de um processo que teve lugar em um quadro de determinantes econômicos, durante o qual o Estado recebeu diferentes pressões das forças sociais em confronto umas com as outras, procurando mudanças que pudessem ser particularmente favoráveis a elas. Esta posição encontra apoio na tese sociológica de que o moderno Estado capitalista não é somente um

instrumento de uma classe contra outra, mas assume compromisso com todos os membros da sociedade (POULANTZS, 1977).

Poulantzas (1974) ajusta algumas das suas análises anteriores referentes à relação entre o Estado, o poder e as classes sociais, ou seja, a chamada “teoria relacional do Estado”. Porém, o autor destaca que essa teoria só contém uma verdade científica tanto na reprodução quanto nas transformações de seu objeto, nos lugares em que elas efetivamente ocorrem, o lugar real de existência e reprodução, ou seja, na existência e reprodução real, a luta de classes. Assim, entende-se a partir de Poulantzas (2008), que há uma distinção entre modo de produção e formação social concreta, um elemento fundamental na sua construção teórica. Com base nos aportes do autor supracitado entende-se que os programas de assentamento surgiram durante a crise do Estado que foi ao mesmo tempo, estratégia de recurso e legitimidade enquanto respostas do Estado aos setores populares que reivindicavam seu “direito a terra” e resultou da mediação entre o MST e o governo.

O Estado, ao longo do tempo, vem apresentando diferentes propostas para reduzir a desigual distribuição de terras, entre elas a de criar/organizar assentamentos. O programa de assentamento estabelecido pelo Estado, desde 1985, com o I Plano Nacional de Reforma Agrária/I PNRA, fez parte deste processo, porém a autonomia relativa do Estado favoreceu a redefinição do mecanismo operacional do programa para atender as demandas do trabalhador sem terra e também dos latifundiários. Na proposta estatal de assentamentos, a participação e autogestão são enfatizadas e integram a comunidade no projeto de desenvolvimento do assentamento, aumentando chances de acesso a uma terra para morar e plantar.

Essa tese buscou identificar e definir o espaço político gerado pela participação dos sem terra, através de suas organizações, em um programa desta natureza; analisa-se o processo de participação destes sujeitos no processo de assentamento, focalizando sobre as implicações que surgiram da institucionalização desse processo. Neste contexto, a tese tem com o um dos seus objetivos contribuir para a teoria dos movimentos sociais rurais analisando – e desenvolvendo uma compreensão - nas contradições nas implementações das políticas de assentamento, que foram concebidas tanto como serviço para a população pobre e rural, como instrumento de legitimação do Estado. Esta tese examina a relação entre o Estado e a sociedade civil, no contexto capitalista, onde se supõe que as políticas sociais resultam da tensão contraditória entre os interesses do Estado, identificado com o capital, e a sociedade civil. Esta relação de interesses opostos e a forma com que ela se manifesta compõe o estudo de caso, sob análise.

Desta forma, tem como argumentos importantes o entendimento de que o Serviço Social pode contribuir no processo de inclusão da população rural, visibilizando sua luta e situando a importância do meio rural no desenvolvimento de políticas públicas e mobilizando o Estado a entender a construção das cidades e sua interligação urbano/rural de forma intrínseca. A relevância desta tese para o Serviço Social diz respeito à retomada de um debate pouco incorporado pela academia, particularmente quando se pensa na compreensão das políticas de reforma agrária enquanto espaço de atuação de profissionais no âmbito das políticas públicas vinculadas ao Estado, tomando como exemplo de análise o Assentamento Cajueiro, entendendo que as políticas sociais são, por excelência, o lugar de prática do profissional do Serviço Social.

O objeto de estudo

O centro de maior significado desta tese é a extensão da mediação alcançada pelo Assentamento Cajueiro em seu diálogo/confrontação com o Estado no curso de sua luta por uma terra para morar e plantar. A questão refere-se, na análise final, a relação entre poder público e os residentes no assentamento. Parte-se do princípio de que a participação da comunidade, não pode ser obtida através de uma concessão, mas sim, que é alcançada, realizada. Significa dizer que participação é um processo, um constante vir a ser. Portanto, não é nem suficiente e nem uma participação completa, não pode ser um presente ou uma permissão senão seria uma participação tutorada, condicionada ao desejo do Estado.

A participação é alcançada através de mecanismos de mediação estabelecidos entre as agências do governo, os líderes e representantes do movimento popular. As agências parecem considerar que isso expressa o envolvimento da população nos projetos do governo. Pode-se argumentar que, para o Estado, o propósito final desse processo é mais a negação/redução dos conflitos do que o fortalecimento do movimento social, tal como, os movimentos dos trabalhadores sem terra ou as organizações dos assentados.

A tese adota o ponto de vista de que a política de assentamento, sob estudo, está centrada nas necessidades básicas (terra/água) e na redução das desigualdades sociais. No entanto, isto pode ser considerado muito limitado. O acesso a terra tem sido visto como uma iniciativa do Estado. Ele não incorpora iniciativas e oportunidades organizacionais daqueles que podem ser atingidos pelas políticas. A tese sustenta que eles não somente têm uma necessidade básica de terra, mas também um fundamental “direito a terra”. A figura da

cidadania aparece precisamente neste contexto, onde o camponês mostra a consciência de seus direitos e se organizam a fim de expressar e defendê-los.

O Estado, usando os mecanismos que possui, incluindo a legislação, pode desfazer a autonomia popular de organizar representações, pode tutelar a iniciativa, supervisionar e impor sanções. As condições específicas sobre as quais a política de assentamento foi formulada em Parnaíba no início dos anos 90 permite uma análise dos dados empíricos, muito expressivos nestes aspectos. A pressão da emergência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra definiu formas específicas de acesso a terra, tornando evidente um novo modelo de relação entre governo e MST, especialmente, em nível local.

Nestas circunstâncias, o acesso a terra estava subordinado a mecanismos voltados a implementação dos programas e foi substanciado através de diferentes modalidades de intervenção, que se alteram cada vez que o contexto político passa por mudanças e extrapola o discurso oficial das agências de governo. Isto demanda o exame da política em ação, ou seja, isto requer uma análise do modo pelo qual as políticas tornam-se operacionais em experiências concretas.

O principal argumento da tese é que a existência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi instrumental para a população do Assentamento Cajueiro se tornar capaz de acessar e/ou melhorar os níveis de serviços básicos no território (habitação, luz, abastecimento de água, escola). O MST depende, somente em parte, do desejo do Estado para garantir suas reivindicações na medida em que é a habilidade do movimento de pressionar o Estado para alcançar esta concessão, gera o acesso a terra e a outros direitos implicados. Isso pode ser considerado como a resposta da tese para a hipótese geral.

Para desenvolver a hipótese, a tese baseia-se nas seguintes questões:

Questão 1: Quais foram os meios e sobre que condições os agricultores participaram politicamente na luta pelo acesso aos recursos territoriais, na organização do assentamento?

Questão 2: Como o Estado mediou as demandas sociais reivindicadas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais em relação ao acesso aos recursos naturais necessários para o desenvolvimento do Assentamento Cajueiro?

Questão 3: Sob quais circunstâncias podem os residentes do Assentamento se tornarem politicamente organizados objetivando reivindicar o direito social coletivo a terra/água?

Questão 4: Como ocorreu o processo de mediação pelo acesso a terra/água entre os residentes do Assentamento Cajueiro e os agentes locais do Estado?

Essa linha de análise argumenta que a luta pelos recursos inevitavelmente leva a confrontação com o Estado em diferentes níveis de representação, e que a implantação de projetos de desenvolvimento deve considerar as demandas sociais de homens e mulheres, como princípio da justiça social que não deve ser suplantado pelos interesses do mercado. Um número de resultados alternativos pode ser alcançado e as conquistas dessa comunidade sobre o Estado devem superar o limite do assentamento, considerando que a comunidade se articula com demandas que extrapolam a área que ocupam.

A tese reconstitui o processo de participação de homens e mulheres no Assentamento Cajueiro através do acampamento e do assentamento. O componente qualitativo da análise consiste basicamente de declarações realizadas pelo entrevistador com os/as representantes da Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras do Assentamento Cajueiro/ATRAC e as atas das reuniões realizadas. A coleta de informação foi suplementada com dados do INCRA e análise documental, incluindo relatórios e estudos desenvolvidos por outras agências oficiais na área.

A luta por um lugar para morar/plantar iniciou-se, em 1996, quando moradores de diferentes cidades do Piauí e Ceará, mobilizados pelo Movimento Sem Terra para ocupar terras devolutas no norte do Piauí. A luta pela posse da terra, que pertencia ao Departamento de Obras Contra Seca/DNOCS foi mediada pelo MST e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, responsável por efetivar o Plano Nacional de Reforma Agrária. Após muita resistência e ordens judiciais de desocupação da área, a formação do assentamento foi realizada em 2003. O INCRA contemplou as 54 famílias cadastradas e realizou treinamento para construção de casas em regime de mutirão. O programa foi continuado com a mesma população para acesso a outros serviços.

A luta popular pelo direito à terra, que teve lugar em várias cidades brasileiras, durante o fim dos anos 90, tornou-se um grande desafio para o Estado. Ele inclui aspectos de autoconstrução, autoajuda e autogestão pelos usuários, estes projetos incluem como um princípio básico e com medidas práticas, além de algum grau de participação comunitária. A participação da população do assentamento na formulação dos projetos de desenvolvimento para a agricultura tem sido uma área de controvérsia política e teórica desde o seu início. Existe a noção de que, ao incorporar os usuários no processo desde seu estágio inicial, o processo se torna mais sensível para as suas necessidades e que é possível usar o potencial das pessoas em

termos de trabalho e gestão. Os níveis de solução da reforma agrária podem ser definidos como financeiramente acessível e com um processo progressivo de melhoramento, podendo resultar em termo de condições satisfatórias de acesso imediato a terra. A participação comunitária é um meio de legitimar não somente as políticas do Estado, mas, também, a redução do gasto público através da consolidação de assentamentos que utilizam a mobilização dos assentados na construção de casas, como exemplo.

Entende-se que os processos de implantação de projetos de desenvolvimento devem superar as análises focais da eficácia de resultados ou eficiência de gestão, abordando o processo político dos projetos como estrutura reveladora da relação Estado/sociedade/mercado. Assim, a relevância do trabalho está na análise e aprofundamento do processo de desenvolvimento rural em curso (demanda global) e sua articulação com os projetos de assentamentos (demanda local), além do debate sobre a questão de gênero. A população rural torna-se altamente vulnerável, pois sente fortemente o impacto da precariedade das suas condições sociais, econômicas, ambientais e geográficas, consequência da utilização dos recursos públicos para o fortalecimento da agricultura voltada à indústria agroalimentar internalizada ou de exportação, o agronegócio.

As trilhas da pesquisa: o percurso metodológico

A trajetória teórico-metodológica foi norteada por uma análise crítica, tendo como centralidade as categorias teóricas abstratas como as contradições sociais e a totalidade, para apreensão da realidade. A pesquisa apoiou-se no materialismo histórico e a fundamentação teórica desta tese é tem como suporte análises de Poulantzas sobre o Estado e a autonomia relativa. Como aporte para a discussão sobre território, baseou-se em Lefebvre, Harvey e Santos além, do debate sobre a questão agrária, para a qual teve-se como suporte de José de Souza Martins; e, nas análises sobre gênero, integrou-se os estudos de Kergoat e Hirata. Outros autores também foram consultados, para embasamento da tese.

Lefebvre (1974) apresenta uma discussão que se aproxima da visão humanista de Marx, também chamada de “primeira fase”, assim o autor defende que “é preciso restituir, toda sua amplitude, o conceito de produção, reduzido pelo economicismo à produção das coisas, isto é, das mercadorias”. (LEFEBVRE, 1974, p.24). Para o autor, além de produzir, o homem cria e recria a sociedade. Por sua vez, Martins apreende as duas categorias analíticas de Lefebvre: desenvolvimento desigual, basilar para o entendimento da complexidade dos processos

agrários², e os processos sociais do “cotidiano”, este último considerado como produto do modo de produção, pois “nele se entrecruzam os tempos cíclicos e os tempos lineares, modalidades diversas do repetitivo e também demarcadores do ritmo dos processos sociais de sua historicidade” (LEFEBVRE, 1991, p.16,17). José de Souza Martins, portanto, centraliza suas análises nos processos microssociais, na compreensão da alienação do homem de seu cotidiano.

Na identificação das categorias de análise, é possível identificar o método dialético, pois “a chave explicativa que dá sentido ao curso da história está na contradição entre o homem e sua obra, na relação alienada entre aquilo que ele quer e aquilo que ele faz (MARTINS, 1999, p. 148). A relação entre o modo de pensar vigente e a prática é o próprio processo de transformação social”.

Lefebvre (1991) retoma um Marx afastado das análises do marxismo dogmático, atualizando conceitos e evitando armadilhas interpretativas. O conceito de desenvolvimento desigual, citado anteriormente, é visto por alguns não apenas como relação contraditória desenvolvimento X subdesenvolvimento. No entanto, para Lefebvre (1991) o desenvolvimento desigual “significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas e culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico”. (LEFEBVRE, 1991, p.81).

Da mesma forma, Santos (1996) analisa o desenvolvimento desigual como algo combinado, intencional, dotado de historicidade e intenções, produzindo áreas não ocupadas são recursos latentes e disponíveis para a exploração no tempo do mercado.

Lefebvre (1974) assume uma contribuição importante nesta tese, por considerar sua leitura atualizada de Marx, as interpretações sobre o cotidiano e os processos sociais. Como salienta Martins (1996, p.09) sobre o autor: “Lefebvre retomou o que de mais importante havia em Marx – seu método e sua concepção de que a relação entre teoria e prática, entre o pensar e o viver, e sua relação vital (e datada) na grande aventura de fazer do homem protagonista de sua própria história”.

As bases de Lefebvre (1974) sobre a análise dos processos sociais agrários combatem uma leitura que se fazia voltada para o marxismo-estruturalista, ao tempo que questiona o campesino como sujeito político.

² Lefebvre considerava o mundo rural a maior referência da diversidade das relações sociais e da coexistência de tempos históricos.

Martins (1996) considerava o processo de exploração e as formas de sujeição e dominação como definidoras do modo de produção, ao contrário da análise ortodoxa marxista que apresenta uma concepção evolucionista e economicista da sociedade, ou seja, que evolui linearmente em modos de produção como se esse modo fosse unicamente caracterizado pelo processo de trabalho. Nas análises ortodoxas, a mentalidade que rege o capitalismo urbano também regeria o capitalismo do mundo rural, este equívoco permeia muitos estudos, desconsiderando que o capital já unificou o urbano e rural, através das suas relações de interdependência e desenvolvimento desigual.

A perspectiva utilizada nesta tese centra-se na explicação para os fenômenos sociais rurais e no método que pudesse explicar os processos sociais do campo como as lutas dos agricultores pelo direito a terra, o papel de agentes mediadores e o reconhecimento dessas lutas na produção do território.

A pesquisa, ação primordial na produção do conhecimento, busca a apreensão do real, numa perspectiva de totalidade que se constrói e reconstrói continuamente. Apreender o real é superar a aparência e entender sua essência, elementos que se complementam em sua relação dialética. No processo investigativo foi realizado o estudo bibliográfico sobre a teoria relacional do estado, a reforma agrária, espacialização do capital e dos movimentos sociais, a política territorial e a questão de gênero no rural. A revisão bibliográfica foi importante para estruturar cientificamente o tema em estudo e suas articulações. Na proposta de pesquisar fenômenos sociais encontram-se as práticas onde os pesquisadores interpretam o mundo e suas relações, processos e fenômenos. Assim, o pesquisador ultrapassa os dados quantificáveis, apreendendo a realidade do sujeito, sua vivência e seu significado contextualizado. A análise dos fenômenos tem como ponto de partida a perspectiva do sujeito, sua inserção nas estruturas sociais, as condições internas e externas que constroem e reconstróem o indivíduo e que direcionam suas ações e reações.

A realidade é uma construção sociohistórica sendo necessária a investigação da produção de conhecimento dos indivíduos de forma individual e coletiva, ou seja, tentar apreender a concepção de mundo do indivíduo, entendendo que ela pode ser influenciada pela concepção do grupo em que ele está inserido.

As entrevistas contribuem no acesso às memórias, vivências históricas anteriores, possibilitando a construção do “fazer-se” acampamento e depois assentamento. Mesmo que existam outros atores sociais na dinâmica territorial, optou-se por privilegiar membros da direção da Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Assentamento

Cajueiro/ATRAC na busca pelos percursos históricos e ações organizativas dos residentes no Assentamento.

Quanto ao planejamento da pesquisa, o trabalho foi desenvolvido em três fases. Inicialmente foi realizada a revisão da literatura e levantamento de informações gerais sobre os aspectos históricos e socioeconômicos do município de Parnaíba, especialmente do Projeto de Irrigação. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica para contextualizar historicamente os movimentos populares, na luta pela terra, ocorridos no Piauí. Depois foi realizado o trabalho de campo com entrevistas com representantes da ATRAC sobre o percurso histórico do assentamento, suas estratégias de mobilização, entidades com as quais se articulam, projetos de desenvolvimento em curso e a vulnerabilidade das populações; identificação de políticas públicas com recorte de gênero no território; levantamento e caracterização da dinâmica de produção e outras formas de geração de renda dos moradores e das moradoras do Assentamento Cajueiro. Neste processo foram analisadas as atas da ATRAC, que são documentos produzidos pela própria associação, onde podemos identificar às pautas que mobilizaram a reunião, as decisões e também que mediadores estiveram presentes. Durante a visita de campo, foi feito levantamento das condições socioambientais e seus rebatimentos nas condições de vida de assentados e assentadas. Para a coleta das informações dois métodos foram utilizados, a saber: a) Levantamento e registro de informações relativas às relações produtivas e as condições socioambientais; b) aplicação de entrevista semiestruturada com lideranças do Assentamento Cajueiro, para informações complementares sobre o processo de ocupação e organização do Assentamento e o papel do MST e demais mediadores e sua relação com as representações do poder público.

Após a organização das informações obtidas, tem-se o tratamento dos resultados, etapa de reflexão crítica, interpretação. A análise é momento de compor o mosaico do território e desvelar suas rupturas e continuidades. Através do conjunto documentos-entrevistas-observações, foi possível organizar um acervo de informações sobre a trajetória da organização do assentamento e o papel dos mediadores. Estes dados interligados à literatura disponível possibilitou a análise do papel da mediação na vivência do Assentamento Cajueiro.

A organização dos capítulos

A tese está estruturada em 5 capítulos. O Capítulo 1 consiste em um exame da literatura básica relacionada com a noção teórica do Estado, particularizando sua autonomia relativa, uma formulação conceitual teórica e de relevância na contemporaneidade devido à

natureza das investigações que foram à razão deste estudo. Como um agente privilegiado na formação e execução de políticas sociais, o Estado foi analisado em suas relações com a sociedade civil.

O Capítulo 2 analisa a teoria dos movimentos sociais, particularmente às contribuições dos autores brasileiros. Neste estudo, assume-se que os movimentos sociais e o consumo coletivo (dos recursos naturais) estão interligados e consequentemente eles não podem ser estudados como dois temas distintos. Este tema é importante, porque a tese argumenta a negociação da terra pública, pelos invasores, tema mais próximo do exercício de poder entre grupos e o nível regional de governo do que a disponibilidade de recursos. Este argumento será desenvolvido no capítulo, nos itens que tratam da mobilização dos Sem Terra em direção à mediação junto ao Estado.

O Capítulo 3 e 4 analisam a evolução da política de terras no Brasil e as lutas que as pessoas trabalhadoras (homens e mulheres) enfrentam para ter acesso à terra tanto como um produto de mercado ou através de programa do setor público do Brasil. Especial atenção será dada ao programa de assentamento dos sem terra/programa de reforma agrária, considerando os objetivos do estudo. O Capítulo 4 particulariza as tendências observadas da implementação do programa em nível local. A noção da terra como um bem e como um direito emerge neste contexto como um princípio de política de assentamento desenvolvido pelo INCRA.

O capítulo 5 fornece a evidência empírica para apoiar esta tese e examina a interação entre a comunidade local do Assentamento Cajueiro e o Estado na organização de um assentamento, em Parnaíba, discutindo a participação das mulheres na luta pelo direito a terra.

O último tópico é a consideração final, que procura clarificar alguns dos aspectos sugeridos pelo caso, sob estudo, relacionado com o processo de participação e sua institucionalização pelas ações do Estado para dar proeminência aos aspectos centrais destacados na análise.

CAPÍTULO I

CONCEPÇÃO DE ESTADO NO CAPITALISMO

A tese inicia-se na procura de um conceito de Estado que embase as análises sobre as relações estabelecidas com os mediadores. É necessário analisar as ações do Estado e a mobilização dos movimentos sociais dos sem terra. Não é intenção, deste estudo, discutir diferentes compreensões teóricas da natureza do Estado, mas sim de clarificar algumas características de suas ações, a fim de entender sua relação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Este capítulo examina ideias principais contidas na literatura que trata da relação entre o Estado e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que ocorreu principalmente no campo. É de particular interesse examinar teorias relacionadas às lutas de classe. A ideia central deste capítulo segue as proposições de Poulantzas (1980) no que concerne a autonomia relativa do Estado, que poderia ser usada para explicar as ações do Estado na negociação de um bem público. Poderia ser ao mesmo tempo usada para a incorporação política – ou cooptação – do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que luta por seus direitos, entre eles o “direito a terra”.

1.1. Estado e forças sociais

Tratar do Estado significa falar sobre dominação. Do ponto de vista deste estudo esta dominação não corresponde ao “monopólio da violência de Weber”, onde a autoridade formal e o contexto burocrático estão em evidência (WEBER, 1982). Isto é um processo mais complexo, o qual, incorporando o conteúdo e os procedimentos do Estado, satisfazem as relações contraditórias de interesses entre as classes. Ele assume, portanto, ações políticas institucionalizadas as quais, coordenadas pelas frações da classe dominante hegemônica, cria e recria as condições para a reprodução e expansão do capital. Tal processo, no entanto, não acontece de uma forma mecânica e pré-determinada.

Segue-se a escola de pensamento que considera o Estado como uma condensação de relações de forças sociais contraditórias. Neste sentido, o Estado não está nem exclusivamente a serviço de uma classe nem ele é um instrumento de classe contra classe (Poulantzas, 1980). Isto é o mesmo que dizer que o Estado mantém uma conveniência política com todos os membros de uma sociedade de classe. Por causa desses acordos, as contradições de dominação do Estado mostram que ele está no nível do grupo no poder e revela o antagonismo entre a classe dominante e a subordinada.

De acordo com Poulantzas (1981, p. 161) “o Estado concentra não somente a relação de forças dentro de um grupo no poder, mas também uma relação de forças entre estes e as classes subalternas”. Por causa dessa dinâmica contraditória e considerando o movimento das forças sociais, o Estado implementa estratégias objetivando a reprodução da sociedade de classe. Isto cria e reforça as condições as quais mantem uma forma particular de dominação, assegurando ao mesmo tempo a satisfação dos interesses da classe dominante, apesar da possibilidade de resistência de partes específicas do grupo hegemônico. O papel do Estado tem sido enfatizado nesta tese na medida em que a regulação da questão agrária tornou-se uma função do Estado.

Neste contexto, o Estado, ao intervir mais e mais na esfera da vida social, tende a limitar grupos no poder e poder de classe. Um exemplo disto pode ser visto/observado nas áreas dos equipamentos coletivo tais como transporte, educação, habitação, saúde e etc. No entanto, o Estado poderia não ser considerado, simplesmente, como um órgão regulador em relação a sua tendência de limitar os setores do poder. A intervenção do Estado na questão rural/agrária depende dos conflitos e das alianças, dos acordos entre classes, que ocorrem dentro de um processo histórico. Neste contexto, o Estado age dentro de um equilíbrio instável de compromisso entre as classes dominantes e as dominadas (POULANTZAS, 1977). Portanto, o Estado tem uma utilidade diferencial para o acesso de distintas forças sociais, e como tal, é um elemento crítico na mediação da dominação de classe.

A intervenção do Estado é entendida numa trama de relações, não é uma intervenção que aparece de fora, de maneira dissociada, mas imbricada nas relações estado/classe. A natureza de classe do Estado não é absoluta, mesmo que seja composta por uma burguesia dominante ou no caso da questão agrária, pelos latifundiários. As práticas do Estado, entre elas, as políticas, integram coerção e consenso. Essa contradição entre negatividade e positividade expressa a subordinação das classes dominadas e o papel do Estado que mobiliza ações para a redução dessa subordinação, ao tempo que desenvolve estratégias de controle. Ao analisar a questão da reforma agrária, o Estado apresenta ações que representam avanços e também recuos, estas situações serão apresentadas nos Capítulos seguintes.

As políticas e ações do Estado são centrais para a reprodução do capital, mas não atuam exclusivamente nesta direção, pois também atendem às demandas da classe trabalhadora. No caso do Assentamento Cajueiro, o fato do desmembramento da área para organização dos acampados, indica que o Estado cede às pressões sociais. Da mesma forma, a inclusão do assentamento promoveu outras mudanças estruturais no espaço, a fim de atender suas demandas, em nível estadual e municipal. Ao atender à classe dominante, o Estado desarticula

a classe dominada, mas este movimento não se dá pela determinação da classe dominante, mas pela situação estrutural, que se sobrepõe aos interesses de classe.

1.2. Autonomia relativa do Estado

A literatura que trata do papel do Estado na mudança política e econômica enfatiza dois pontos para este estudo: o primeiro deles é a necessidade funcional da autonomia relativa do Estado, da sociedade civil, na gestão efetiva das aparentes contradições da sociedade capitalista, ameaçada pelos conflitos entre as classes sociais e as frações dentro das classes (POULANTZAS, 1977). O segundo ponto está relacionado às contradições que emergem entre as diferentes funções que o Estado realiza, tais como: os conflitos que ocorrem quando o Estado, ao apoiar a acumulação privada, provoca com seus objetivos de legitimação (ibidem, 1981).

Pesquisadores de diferentes correntes enfatizam a importância do Estado na intervenção política e mudança econômica, o debate é sobre como esta intervenção é teoricamente entendida e qual é seu impacto na questão principal na intervenção do Estado no processo de acumulação de capital e as consequências para a legitimação do Estado. Sweezy (1968) ressalta o Estado como um escoadouro invisível do processo de acumulação. Esta contradição está centrada sob a politização do processo de acumulação, já que o Estado confronta a continuada acumulação privada da produção excedente e ao mesmo tempo enfrenta o requerimento de socializar os custos da produção capitalista. Em outras palavras existe uma crescente crise de legitimidade do Estado capitalista.

A introdução do conceito de autonomia dentro de um modelo teórico permite a possibilidade da ativa e relativamente independente participação do Estado nas arenas políticas e econômicas. Uma característica chave do modelo estruturalista do Estado, como observa Gilbert & Ward (1985, p. 47),

A perspectiva estruturalista mostra como o Estado frequentemente age claramente contra os interesses dos grupos dominantes. O estruturalismo procura evitar esta dificuldade argumentando que o Estado responde ao conflito de classe de uma forma que sustenta e reproduz as condições que favorecem a manutenção do grupo dominante. Algumas vezes o Estado é chamado para agir autonomamente para manter a estrutura de dominação.

Enquanto o estruturalismo relaxa à rigidez do modelo alternativo permitindo o aumento da capacidade de ação do Estado, ele também convida a um refinamento. O Estado

age “autonomamente” às vezes, mas a questão é esclarecer se ele é capaz de fazer isso acima e entre as limitações estruturalistas. Questiona-se o grau de autonomia do Estado é meramente “relativo”, condicionado por fatores dominantes que mantem a ação do Estado dentro dos limites toleráveis. Estes autores argumentam que durante os períodos de crise o Estado pode usar seu potencial para uma ação autônoma oficial. Também, que nestas circunstâncias o Estado pode ultrapassar as formas normais de consulta e implementar as políticas necessárias para superar as dificuldades e através de sua estrutura organizacional, pode indiretamente influenciar as políticas para todos os grupos da sociedade (WEIR, SKOCPOL, 1985, p.118.).

Rueschemeyer & Evans (1985), por sua vez, coloca a ação do Estado num contexto de retração/coação/constrangimento social e estrutural. A análise deles mostra que estas variáveis incluem os conflitos e as contradições dentro do próprio Estado, os quais definem o grau da autonomia do Estado visto como um ator central, a natureza de seu comportamento, no entanto, continua sendo uma questão empírica.

Saunders (1976, p. 78) também incorpora o conceito de autonomia relativa do Estado nos seus trabalhos, enfatizando que a teoria da autonomia do Estado deveria clarificar a questão de:

Como o Estado local opera independentemente dos interesses do capital – na maneira em que ele focaliza sua atenção na operação interna do aparelho do Estado, tanto quanto aos impedimentos impostos pela relação local x central, e tanto quanto a relação entre o Estado local e o capital, expressado na forma de um pluralismo institucionalizado (tradução da autora).

Poulantzas (1976) explica a autonomia relativa do Estado ao relacioná-lo a sua estrutura interna e ligando as instituições do Estado as classes sociais, com as frações de classe e com os grupos. Consequentemente o Estado e as instituições do Estado não estão separados ou autônomos da sociedade civil, mas sempre associadas aos grupos e classes sociais. As intervenções do Estado, ao mediar os interesses desses grupos sociais, podem produzir e dar forma ao conteúdo de várias demandas, portanto o Estado pode ter uma autonomia relativa quando toma decisões econômicas.

Portanto, o Estado não é nem um núcleo neutro e autônomo para ação de indivíduo e grupo, nem um instrumento simples e direto da classe dominante. Pelo contrário, o Estado poderia ser visto como uma expressão política da relação entre as classes sociais. O Estado é uma arena de luta e a ação do Estado é o resultado das lutas entre classes e dentro das classes (POULANTZAS, 1976).

No caso do Brasil, apesar de manter a exclusão política e as regras da economia, as quais constituem a essência o pacto de dominação, o Estado quando defrontado com os movimentos sociais mantém um espaço de manobra para incorporar as demandas dos setores populares. Esta interpretação é útil a este estudo, por que permite um conceito de Estado como relativamente autônomo e por que explora as tensões e os conflitos que o Estado enfrenta à respeito de sua legitimação. Isso parece ser o maior problema que Estado tem para negociar, frente à questão da reforma agrária.

Analisa-se as interações entre as classes sociais, frações de classe e processos que são relacionados com o Estado, no Brasil, assumindo que nenhum desses fatores determina as políticas do Estado. Tratou-se especificamente do caso do Assentamento Cajueiro para mostrar que o Estado brasileiro e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tem como base de suas interações a reforma agrária e, neste particular, usou sua função de legitimação como um fator de mediação pra negociar com os sem terra, especialmente no período de 1996 a 2003/2003-2015, respectivamente início do acampamento e início do assentamento.

A reforma agrária é uma área de política, no Brasil, que consiste na intercessão de políticas sociais e econômicas, como parte integrante das políticas sociais e como tal tem que ser entendida em termos dos processos de inclusão controlada, do setor rural, no campo das políticas e dentro de um quadro das instituições que estão associadas com um grupo que exerce a autoridade de regular a cidadania.

1.3. Mecanismos de ação do Estado

A literatura que analisa a política rural mostra que as relações das diferentes classes com o Estado são desiguais. A classe dominante, obviamente, é a mais poderosa – ela tem recurso superior para afetar a ação do Estado, e também por que as instituições do Estado aceitam a hegemonia da classe dominante. Portanto, não é surpresa que as ações do Estado tendam a favorecer esta classe. Mas, o resultado do relacionamento entre classes e Estado não são tudo, e nem sempre unilateral: geralmente a classe subordinada tem vitórias simbólicas, algumas vezes eles conseguem atingir benefícios tangíveis. Uma vez que entre eles não existe uma ideologia duradoura, sem uma base material, deve haver algum apoio da prática social (FITZPATRICK, 1980).

Como Poulantzas (1981) afirma que o Estado, algumas vezes tem que fazer alguma concessão real às classes dominadas adotando continuamente medidas materiais que tem significado positivo para as massas populares. Estas medidas representam concessões impostas pelas lutas das classes subordinadas. Portanto, o Estado pode também atuar criando, transformando e fazendo à realidade.

O Estado, ao providenciar algumas concessões para os grupos sociais dominados, mostra que uma sociedade capitalista não se reduz somente ao capital. A ação do Estado é frequentemente contraditória, por que com o mesmo aparato, ele desenvolve funções que tem objetivos opostos, ou não são adequadas para a tarefa, por exemplo, tentar garantir a reprodução da força de trabalho sem ter meio suficiente para criar o equipamento coletivo.

As contradições que surgem da questão rural tem sido um desafio cotidiano para o Estado, e como a organização dos bens de consumo coletivo tem sido à base da vida cotidiana de todos os grupos sociais (educação, saúde, segurança, transporte), o Estado vem intervindo na provisão desses serviços.

A ação do Estado direcionada ao movimento social rural – e nessa tese, particularmente, o MST – pode ser definido como um processo de organização do espaço rural, através de práticas políticas que regulam, desvalorizam ou reprimem seus conflitos. Esses processos, de acordo com Boaventura Santos (1981), podem ser entendidos da seguinte maneira:

- a) integração /socialização, quando o Estado absorve o conflito a partir da legalização dos ocupantes;
- b) repressão /exclusão onde o Estado expulsa os ocupantes da terra ocupada, diretamente com a força policial;
- c) desvalorização /neutralização quando o Estado aparentemente minimiza os ocupantes, abstendo-se de tomar medidas que possam ser retomadas em algum futuro próximo.

Esta diversificação do processo não é uma ação burocrática do Estado, mas o resultado de uma luta de classes que o pressiona e o obriga a fazer concessões às classes sociais antagônicas (SANTOS, 1981). Essa diversificação pode ser desencadeada conjuntamente, separadamente, sequencialmente ou apenas uma delas. Nem são estes mecanismos aplicados a situações similares ou estes mecanismos são necessariamente aplicados igualmente em situações similares.

Por exemplo, alguns conflitos soam mais exclusivos e requerem atenção imediata do Estado, enquanto outros podem ser negligenciados até que ocorra a eclosão da tensão. No entanto, é a aplicação desigual dos mecanismos, como também sua diversidade, que faz a forma capitalista de dominação uma política instável, assimétrica, fragmentada e com certeza, dinâmica. Em Parnaíba, a repressão não foi efetivada por conta da revogação das ordens de desocupação da área, antes da efetiva ação policial. Depois foi realizada a integração do assentamento nos Programa de Assentamentos Rurais, quando a área passou da administração do DNOCS para a administração do INCRA.

No Brasil, depois de ter iniciado o processo de redemocratização ocorreu uma tendência geral para o Estado negociar com os ocupantes de terras, seja no âmbito rural ou urbano, pois antes quase não havia negociação. A repressão era a característica principal a se lidar com os invasores. Depois da “abertura”, integração e desvalorização dos movimentos sociais foram os mecanismos predominantes usados pelo Estado, nos seus diferentes níveis. O melhor exemplo de processo de terras ocupadas iniciou-se em Recife, em 1984 (FALCÃO, 1984). Por um lado, os ocupantes foram capazes de aumentar seu poder de barganha com as autoridades públicas, por outro lado o Governo federal estadual e municipal mudaram suas estratégias em relação ao conflito de propriedade. As negociações resultaram na expulsão dos invasores e isso criou as condições para o crescimento e desenvolvimento de associações de moradores, que mais tarde participaram da implementação de projetos urbanos.

Existiu, portanto, uma “orientação social” dos problemas urbanos relacionados com a terra e habitação dentro das aglomerações de baixa renda, de modo que, a ação do Estado, procurou atender às reivindicações dos invasores. Apesar da opinião generalizada em relação aos movimentos sociais como um polo que se opõe ao Estado, isso não tem nenhuma importância de que esta concepção tenha sido mais válida quando associada com o período autoritário do que com o período de redemocratização. As forças populares, neste período, também realizam suas conquistas. A Constituição de 1988, ainda com a forte campanha da União Democrata Ruralista, que representava os proprietários dos latifúndios, estabeleceu inovações importantes, como o preceito constitucional sobre função social da terra e a extensão da seguridade social, ao meio rural.

O Estado, ao administrar o impasse, elabora uma conduta que procura conciliar os seus compromissos com as elites que detém os negócios agrários (nacionais e estrangeiras) com a necessidade de manter o controle social. As ações focais, emergências, são resultantes dessa conduta de resolução superficial dos conflitos.

Finalmente, outro aspecto que deve ser examinado brevemente é o aspecto legal. O Estado adota um instrumento legal em quase todas as suas ações. Um dos instrumentos mais significante seja na política urbana ou rural, tem sido a legislação. O estudo da lei está obviamente além do escopo desta tese, no entanto, as ocupações de terra aumentaram a possibilidade de que a lei possa ser usada tanto pelos ocupantes quanto pelo Estado. Desse modo, será útil considerar brevemente alguns aspectos legais que são a fundação da relação entre o rural e às lutas políticas. O Estado assume o duplo papel de ser parte e julgador. No Assentamento temos os mediadores que conseguiram, através do INCRA a destinação de uma área para o acampamento.

Os governos tendem a generalizar o problema rural elaborando leis que podem ser aplicados igualmente em nível regional, metropolitano e municipal. Essas leis enfatizam as funções regulatórias do Estado através do processo de planejamento. Neste sentido, as políticas para o rural e a lei, tornaram-se elementos cruciais na organização do espaço rural, através de sua regulamentação. A lei tem um papel importante na politização das questões rurais ao desviar a atenção da natureza econômica dos conflitos para suas características legais e ilegais. Consequentemente, os ocupantes que possuem o título da terra não se sentem excluídos da sociedade.

No entanto, como os acordos legais não podem ocultar a evidente contradição econômica, a lei não pode evitar a politização destas questões. Eles trazem à cena do conflito com outros atores que não estavam envolvidos anteriormente: a igreja, partidos políticos, a mídia. As dimensões políticas exacerbaram-se quando as decisões administrativas, discordando com as decisões do tribunal são adotadas inevitavelmente ou quando as políticas das agências regionais diferem das políticas municipais. Devido as coações de ordem prática e ideológica ocorre uma sobrecarga nas cortes; ou a lei nem sempre é percebida como um procedimento igual para todas as pessoas – a lei não era vista como eficiente meio de mediação e solução dos conflitos – por sua vez, isso mostra uma conexão entre a luta rural e política. Esta conexão constitui, por sua vez, um aspecto fundamental de mudança social (SANTOS, 1976).

Os ocupantes usam a lei como um instrumento para lutar fora dos tribunais. Eles pedem apoio à igreja e aos partidos políticos, expandido desse modo à luta com as forças políticas adicionais. Neste sentido, a politização da questão legal rural engloba articulação do rural e lutas políticas – ou seja, as condições sobre as quais uma reivindicação rural se transformou em uma questão política e o modo pelo qual cada processo específico resulta em diferentes decisões políticas (CASTELL, 1977). A lei pode estar presente desde o início da luta (por exemplo, a lei de propriedade); na conjunção entre as lutas políticas e rurais (geralmente

quando a lei não tem força para resolver a disputa); e no nível da decisão do Estado, como uma tentativa de subjugar às contradições, ou seja, expropriação da terra e legalização da situação tal como as contradições que serão analisadas nesse estudo. As lutas no rural ocorrem no meio de forças contraditórias. A estrutura legal possui um papel importante nessas lutas, constituindo às vezes uma barreira contra a transformação social, enquanto que em outras ocasiões ela pode ser usada como instrumento de ação política.

Recapitulando brevemente, de acordo com a teoria discutida neste capítulo, o Estado é impelido pelo poder superior da classe dominante a preservar a estrutura de poder existente e manter as condições necessárias para a reprodução do capitalismo. No entanto, a função de reprodução cria pressões contraditórias, uma vez que requer a manutenção de condições adequadas para a reprodução do trabalho. O Estado não pode simplesmente reprimir todas as demandas populares, já que sua legitimidade depende do consentimento ou tolerância das massas. Portanto, o Estado não pode ser considerado como uma estrutura rígida, que uniformemente favorece o interesse de uma classe, mas como um sistema permeável que pode ser transformado de maneira a beneficiar a classe dominada.

Considerar o Estado de uma maneira mais flexível como um instrumento de dominação, depende da ideia da teoria de um Estado mais flexível, onde tenha uma autonomia relativa e um espaço de manobra a fim de negociar com o MST, como destaca Harlow & Lebas (1981, p. 03) “mover-se do econômico (...) interpretação da ação do Estado permitindo uma compreensão mais politizada do Estado”. Como salienta Burges (1982, p. 31) “uma compreensão do significado do processo institucional político do Estado para as demandas populares de baixa renda requer um exame do processo da mobilização política”.

CAPÍTULO II

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E MUDANÇA SÓCIO-ESPACIAL

O objetivo desse capítulo é analisar a teoria dos movimentos sociais, particularmente as contribuições dos autores brasileiros. Neste estudo, assume-se que os movimentos sociais e o consumo coletivo dos recursos naturais estão interligados e, conseqüentemente, eles não podem ser estudados como dois temas distintos. Este tema é importante porque a tese analisa a mediação da posse da terra pública, pelos ocupantes. Este argumento será desenvolvido posteriormente para analisar a mobilização do MST em direção à mediação junto ao Estado.

O capítulo não pretende cobrir todo o debate nacional e internacional sobre os movimentos sociais. O proposto é somente apontar algumas características conceituais que possam ajudar na compreensão do processo social, que ocorreu no Assentamento Cajueiro, de 1986 até 2003 (fase do acampamento) e de 2003 até os dias atuais (organização do assentamento).

Para entender esse processo, é preciso superar argumentações que foram construídas sobre o mundo rural a partir de uma concepção capitalista, pois

o rural não é uma ficção ou uma mistificação. O rural é produto necessário de um modo de construir a realidade social; construir no nível do entendimento que se pode ter sobre essa mesma realidade numa determinada formação social, como a capitalista. É um ponto de partida, mas não pode ser, ao mesmo tempo, um ponto de chegada. (MARTINS, 1982, p. 79).

Os movimentos sociais rurais, ao longo da história do Brasil, se diferenciam entre luta pela terra e luta pela reforma agrária. Fernandes (2016) apresenta esta distinção e interação entre as duas vertentes. A luta pela terra antecede a da reforma agrária. Para o autor a luta pela reforma agrária envolve toda a sociedade e que abrange a luta pela terra. Na busca pelo lugar de morar e plantar, eles alteram o cenário posto e reorganizam o(s) espaço(s) integrando-os ao seu cotidiano, “a questão territorial ultrapassa a simples busca do lugar e do trabalho, para atingir todas às dimensões do chamado ‘espaço vivido’” (MARTINS, 2001, p.28). Os movimentos sociais podem se constituir num conjunto de pessoas, grupos que lutam por algo que consideram como um direito e que não são atendidos (SANTOS, 1981). As formas de mediação dos movimentos sociais rurais são tão diversas quanto quem as compõe, resultado de uma história de rupturas e também pela dificuldade em fazer-se representar no cenário de decisões políticas e econômicas sobre a questão agrária.

Os movimentos sociais encontram o lugar já definido, estabilizado, hierarquizado. No caso do movimento rural, eles encontram a terra sem uso, concentrada e cercada. As barreiras são físicas, sociais e políticas e por isso sua intervenção gera movimento, conflito,

resistência, pois é preciso romper com a força normatizadora do Estado e da iniciativa privada que buscam definir os lugares sociais e espaciais das classes dominadas. No território se promovem os processos de apropriação social do espaço, “a reconversão do espaço, e os movimentos reivindicatórios do espaço, para uso do espaço, tornam-se um fenômeno mundial; não se resumem nas reivindicações de trabalho, mas sim também, pelo espaço inteiro, pela **vida cotidiana**” (FREMONT, 1976, p. 43, grifo nosso).

Marques (2006) aponta que os movimentos sociais não possuem uma atuação linear, pois seu desenvolvimento inclui avanços, retrocessos e descontinuidades. Para a autora, o movimento social vai se criando a partir da luta, do resultado de seus conflitos externos e dos conflitos internos.

Para Lefebvre (1974, p.178), “um grupo, ou uma classe ou fração de classe, não se constituem e nem se reconhecem enquanto sujeitos, sem engendrar o espaço”. Sem esse aporte material, as sociabilidades não se consolidam, elas se esvaziam. Assim, alguns movimentos sociais promovem uma mudança sócio - espacial e seguem alterando o lugar. A partir da ocupação do espaço (público ou privado), o Estado organiza suas respostas. Segundo Fernandes (1996) o MST se diferencia de outros movimentos sociais por que integrou sua dinâmica de luta à dimensão espacial. Cada porção de terra conquistada representava o lugar de trabalho, mas também o lugar do lazer, da religiosidade, da formação, de todas as vivências, do cotidiano.

Ao integrar estratégias de ocupação do espaço, o MST vem territorializando sua atuação e também de movimentos locais, de atuação não nacional. Na territorialidade, as estratégias de controle são percebidas com mais clareza, as consequências da luta são entendidas em seu processo. Para entender a ideia de territorialização é preciso analisar como o MST usa o espaço como instrumento de luta, pois as ocupações do MST são formas de provocar o diálogo na busca de atingir seus objetivos. Eles buscam conquistar uma parte do território, uma fração: a terra de trabalho.

2.1. Movimento Sem Terra na América Latina e Brasil

As questões aqui apresentadas não excluem os demais países da América Latina, apenas pretende-se situar a questão da luta pela terra nos países vizinhos, devido não somente à proximidade geográfica, mas, também pelas contínuas parcerias econômicas, na exportação de

produtos alimentícios e por que os movimentos sociais rurais estão realizando articulações internacionais, como a Via Campesina, por exemplo.

A modernização implantada no Brasil, também esteve presente nas políticas agrárias dos demais países latino-americanos. A política de reforma agrária, na perspectiva reformista latino-americana, especialmente nos anos 50 e 60, apresentava os seguintes objetivos estratégicos: “a ruptura do poder político tradicional (democratização), a redistribuição da riqueza e da renda (justiça social) e a formação do mercado interno (industrialização)” (TAVARES, 1996, p.6). Porém, esta proposta foi reduzida a uma política de terras, vide exemplo do Brasil com a desapropriação de áreas e sistemática indenização de fazendeiros, e a mercantilização da agricultura latino-americana.

Como ressalta Jander e Sandolet (2002), nos últimos 30 anos, houve uma drástica redução na população rural na América Latina e conseqüentemente uma redução nos dados sobre pobreza rural. Na realidade mais de 75% da redução da pobreza rural latino-americana se deveu às migrações e não ao aumento da renda agrícola. A política neoliberal adotada articulou a agricultura aos mercados externos e ao complexo agroindustrial internacional. Houve, segundo os autores, um deslocamento da pobreza para os grandes centros urbanos onde são recriados os mesmos problemas da pobreza rural. Essas migrações não reduziram os conflitos por terra, apenas ampliaram a agenda de ações do Estado que precisou articular intervenções no meio rural estendendo seus impactos no espaço urbano.

Os movimentos sociais vêm denunciando os resultados das políticas neoliberais em vários países latino-americanos e questionam a crescente desnacionalização dos investimentos no campo e a submissão contínua ao capital internacional ou organismos internacionais.

A concentração de terra é tema da desigual distribuição de terra, provocando a profunda assimetria social que se conhece no campo. As histórias de resistência sempre existiram. No Brasil, em 1945, os residentes no campo organizaram as Ligas Camponesas, constituída como forma de organização política que resistiam à expropriação e a expulsão da terra. Segundo Fernandes (2016), sua origem está associada à recusa ao assalariamento. As ligas rapidamente ocuparam o cenário nacional e nomearam as mobilizações da época, mesmo quando não se enquadravam na proposta original da Liga. Nesse sentido as Ligas Camponesas representaram uma fase de lutas sociais, no cenário de intensa modernização tecnológica e projetos econômicos ao tempo que a contestação social e política ao Regime Militar, de 1964, encontravam apoio nas alas progressistas da Igreja Católica, influenciadas pela Teologia da Libertação.

Martins, por exemplo, considera o movimento das Ligas Camponesas como expressões “identitárias e disruptivas da ordem” (MARTINS, 1999, p.34). Nesse constructo sobre os movimentos camponeses, no Brasil, pós 64, identifica um “ator moderno” que faz de sua resistência, à modernização burguesa, um caminho que o capital não trilhou ou tentou trilhar. As Ligas Camponesas representavam o espaço de articulação política dos agricultores e causava desconforto nas alas conservadoras pois “a possibilidade de o camponês falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista” (MARTINS, 1995, p.12).

Sem a pretensão de homogeneizar os movimentos sociais rurais e sua luta pela terra, mas, na busca de encontrar elementos convergentes, Zibechi (2003) apresenta três correntes político-sociais que nortearam e estruturaram suas ações: as comunidades eclesiais de base influenciadas pela Teologia da Libertação; a resistência dos movimentos indígenas na defesa de seu modo de vida em contraponto com a cultura do “civilizado” e o Guevarismo inspirados da militância revolucionária. Segundo o autor, estes elementos particularizaram os movimentos latino-americanos e apresenta outros elementos que caracterizam a busca por autonomia, na tentativa de romper com a dependência do Estado e da influência de partidos políticos. Entre os elementos indicados estão: o reconhecimento e preservação de sua cultura, fortalecimento de estratégias de formação alinhada com seus princípios (intelectuais, novas gerações, dirigentes) e a participação crescente das mulheres nas ações e nos postos de liderança.

A Igreja Católica aparece como mediador importante, com ações em vários países da América Latina. No Brasil, com a saída do Partido Comunista Brasileiro/PCB das ações dos movimentos camponeses, no período da repressão do Governo Militar, a Igreja Católica ampliou sua atuação. As diferentes alas da igreja compunham um complexo quadro de avanços, recuos e adaptações no enfrentamento às questões rurais. Influenciados pela Teologia da Libertação e seguindo orientações de documentos oficiais da CNBB, religiosos abriram suas paróquias para organizar, sediar reuniões, esconder líderes perseguidos, enquanto outras paróquias e religiosos controlavam os sindicatos e definiam as eleições dos seus líderes. A Igreja ocupou os espaços do PCB como forma de manter sua influência no campo, impedir o avanço comunista e assim aparece como “aliado” dos camponeses em suas lutas.

A própria Comissão Pastoral da Terra é objeto de avaliação da CNBB, em documento datado de 1981. Neste documento, produzido cinco anos após a criação da comissão, a CPT é vista como instrumento de defesa dos excluídos rurais, indicando uma mudança nos rumos da igreja, na preferência pelos camponeses e operários.

“em virtude da orientação oficial da Conferência dos Bispos, contida no documento “Igreja e seus problemas”, orientação que é a mesma do santo Padre João Paulo II, muitos leigos, religiosos, sacerdotes e bispos, sem distinção de nacionalidade, estão comprometidos com os posseiros na luta por seus direitos, considerando ser isso um trabalho de Igreja” (CNBB, 1981, p.15)

O documento da CNBB faz denúncias e defende os religiosos que sofriam represálias nas áreas de conflito. A visão da terra de negócio e terra de trabalho, pauta as análises da CNBB, “a terra de exploração, que nosso lavrador chama de terra de trabalho (...) é a terra que o capital se apropria” (CNBB, 1981, p 30). Recentemente, em outro documento, a Igreja reafirma seu compromisso com a questão agrária ao tempo que denuncia o sistema de vida e trabalho adotado:

Em 2006, o documento “Os pobres possuirão a Terra – Pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra” já fazia uma análise mais orgânica da situação atual da realidade do campo brasileiro e apontava: “a culpa maior cabe aos que montam e mantêm, no Brasil, um sistema de vida e trabalho que enriquece uns poucos às custas da pobreza ou miséria da maioria”. Não é vontade de Deus que o povo sofra e viva na miséria; certamente todos nós temos alguma responsabilidade em relação a esta situação de sofrimento e miséria. (CNBB, 2013, p. 3 e 4)

2.2. A construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil

A concentração de terras, no Brasil, resulta de uma sequência de fatos que explicam a existência de famílias de latifundiários e como esta situação vem se perpetuando ao longo dos mais de 500 anos de Brasil. A distribuição de terras, no período colonial teve como base a organização das sesmarias, a alta concentração de terras e a utilização de mão-de-obra escrava a qual contribuiu para a acumulação de riquezas. Posteriormente, os ex-senhores de escravos (agora, homens livres) passaram a ser homens de terra, sua posse referencial. Agrega-se a esta questão, o aparecimento do grileiro e do posseiro. O primeiro “grilava” as terras, ou seja, fraudava documentos para garantir a posse de terras devolutas. O segundo tomava “posse” da terra, fazia benefícios na área, mas sem o domínio da terra (FERNANDES, 2016). Os camponeses eram continuamente expropriados e os latifundiários ampliavam suas cercas. Esta situação perdura até hoje, fazendo com que estes camponeses expropriados formassem um dos movimentos sociais mais expressivos do campo: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

O boia-fria representa o camponês submetido ao assalariamento promovido pela modernização agrária e conservadora que contribui também para formar as massas que lutariam pela reforma agrária.

O trabalhador rural sem terra agrega uma diversidade de perfis, desde ex-posseiros, boias-frias, expulsos por conflitos de terra, por desastres naturais ou grandes empreendimentos até desempregados urbanos, que retornam ao campo. A profunda diversidade faz deste movimento um mediador multifacetado que se articula utilizando diferentes ações, desde as ocupações, marchas, produções bibliográficas, assembleias, uso das mídias. O MST compõe um grupo que, ao longo da década de 1980 representa um dos principais mediadores no processo de reforma agrária (NAVARRO, 2002).

O MST é um movimento, nascido no Rio Grande do Sul e inicialmente possuía uma ação local e depois se reposicionou, a partir de 1994, como um movimento nacional, quando ocorrem as invasões ao Pontal de Paranapanema, em São Paulo, e o aumento de expropriados das áreas rurais, devido o processo de modernização. A inserção nacional do MST e seu foco no agricultor sem terra provocou uma série de ações, a luta se amplia e integra a permanência na terra, o combate às desapropriações e a formação de assentamentos (NAVARRO, 2002; FERNANDES, 2002; MARQUES, 2006). A reforma agrária como solução possível para a questão agrária é caracterizada, por Martins (1994), como um debate constante.

Segundo Marques (2006), o MST apresenta três fases na sua relação com o Estado. **A primeira fase** vai de 1980 a 1990, quando a retomada da discussão da Reforma Agrária no Governo Sarney coincide com a territorialização do MST, que transita de um movimento local para um movimento nacional. Neste período, o MST organiza ações em quase todas as unidades da federação e cria assentamentos rurais. Ainda assim, na Constituição de 1988, a União Democrata Ruralista consegue impor conquistas importantes ao limitar a proposta da reforma agrária. No Governo Collor, a desapropriações de terras e regularização de assentamentos continuou reduzida. **A segunda fase** começa no Governo Fernando Henrique Cardoso/FHC (1995-1998), este período marca ações de grande impacto midiático como a Marcha a Brasília, em 1997. O MST ganha projeção internacional e expõe os desafios da reforma agrária brasileira e o impacto da concentração de terras. Este posicionamento vai pressionar o Estado, mas a proposta neoliberal em vigor possuía outro caminho e promovia a contínua terceirização dos serviços básicos.

Marques (2006, p. 08) afirma que, neste período, “ a reforma agrária é mantida na agenda política com muito custo, pois, além de contrariar os interesses do agronegócio, ela

passa a ser questionada em sua eficiência como política pública”. Considerando a conduta relacional do Estado, a pressão popular também conseguiu a criação da Ouvidoria Agrária Nacional, em 1999, que objetivava garantir os direitos humanos e sociais no campo, devido às graves denúncias de violência, e de prevenir/evitar os confrontos entre trabalhadores sem-terra e proprietários. Como forma de manter o controle social, o Estado tenta dividir a base do MST, quando, em retaliação ao movimento, extingue o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária/PROCERA (MARQUES, 2006).

O MST mantém seu papel mediador em nível local, regional e nacional e assim precisa manter ações em diferentes frentes, por isso as ocupações representam a ação mais visível e mobilizadora do movimento e abre novas frentes de diálogos, pressões e conquistas. No período da ocupação, outros mediadores como a CPT estavam presentes e davam visibilidade ao movimento.

Ainda segundo a autora, a terceira fase da relação MST/Estado começa no Governo Lula (2003-2010) e novas contradições são identificadas. Ocorrem parcerias com o MST para desenvolvimento de projetos de capacitação, educação, assistência técnica. Neste período, muitos representantes dos movimentos sociais assumiram cargos no MDA e no INCRA (MARQUES, 2006). No Piauí, o padre Ladislau, que militava na CPT assumiu a superintendência do INCRA no Estado. Esse fato contribuiu para que, ainda no primeiro ano de mandato do Governo Lula, ocorre a transição de acampamento para Assentamento Cajueiro, integrando-o ao programa de assentamento do INCRA.

No caso do MST, essa forma de organização da ocupação, inicialmente com os acampamentos e depois com os assentamentos, permite não somente “o domínio sobre o seu próprio espaço”, mas também “a ampliação de sua organização e a espacialização/territorialização de suas lutas” (FERNANDES, 1992, p. 35). Com esta espacialização de suas ações, o MST dá visibilidade a lugares pouco conhecidos, expõe as questões rurais e consegue interferir no controle econômico e político dos latifundiários.

O MST estrutura sua forma de luta na participação da família, portanto homens e mulheres, de todas as idades da idade, participam ativamente das ações. Na sua organização, o MST adota uma forma diferenciada de ver a participação da mulher. Segundo Schwendler (2015, p.95), a formação de núcleos de base e dos comitês³ é uma etapa importante para integração das mulheres na luta pela terra, pois, além de assumir responsabilidades e tomar

³ Na formação do acampamento o MST seleciona pessoas que ficam responsáveis por setores, cada acampamento tem sua dinâmica. Tem o setor de educação, saúde, segurança, alimentação e não há conduta sexista na escolha dos membros de cada setor.

decisões, colocou homens e mulheres em evidência, ainda tem as atividades coletivas (marchas, ocupações, demonstrações). “É o princípio da organização coletiva que conduz a luta social, de modo que não há uma clara divisão entre a esfera doméstica e o espaço público, tanto na organização do espaço físico (os barracos), bem como na divisão de tarefas e na estrutura organizativa do Movimento.” Em relação ao Assentamento Cajueiro, segundo depoimentos de representantes, a divisão de tarefas no período do acampamento integrava homens e mulheres em diferentes funções.

Para o MST, a luta pela terra é uma luta da família e como tal, deve integrar todos os seus membros. No site do MST, o Setor de Gênero é apresentada da seguinte forma :

Desde a criação do MST, sempre esteve presente o desafio da participação e envolvimento de toda a família no processo de luta: homens, mulheres, jovens, idosos e crianças são todos e todas protagonistas de sua própria história. A participação das mulheres possibilitou a organização de coletivos de auto – organização e discussão sobre sua situação de opressão de classe e de gênero. Com isso, o Setor de Gênero tem a tarefa de estimular tal debate nas instâncias e espaços de formação, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST. (MST, 2016)

Afirmar que o MST inclui as discussões de gênero em suas atividades, não quer dizer que a participação da mulher nas atividades aconteça sem resistência. Segundo a autora, os regimes patriarcais se manifestam na esfera da produção e não na representação política. A representação política pode ser comprometida pelas condutas cristalizadas que entendem o espaço público como espaço masculino. Quando o acampamento transita para o assentamento, o papel da mulher pode ser reduzido, mantido ou ampliado, de acordo com as funções que exerce. Schwendler (2015) argumenta que trabalho produtivo ainda é vinculado ao universo masculino e tem comprometido a participação das mulheres nas decisões sobre a organização da unidade produtiva e na sua autonomia econômica.

No entanto, foi observado durante a pesquisa de campo e nos depoimentos que as mulheres desempenham funções de liderança na Associação, atividades domésticas, trabalham na colheita nos lotes dos irrigantes e ainda mantém o equilíbrio ambiental da área. Portanto, a mulher no assentamento reafirma seu múltiplo papel de agente comunitário, nas tarefas domésticas, como trabalhadora remunerada e estruturando o descarte do lixo produzido pela comunidade.

2.3. Nas trilhas da mediação: o MST na luta pelo direito a terra de trabalho

Os movimentos sociais representam uma estratégia de grupos para integrar interesses e mobilizar para conquistá-los. Assim, para compreender a produção do espaço e a conquista política, os grupos são compostos por sujeitos políticos cuja mobilização traduz uma possibilidade de impacto nas políticas elaboradas pelo Estado. Os movimentos sociais se reorganizam e promovem uma participação ampla dos envolvidos e confrontam poderes.

Os movimentos sociais estruturam sua organização na contestação da realidade imposta, buscando a ruptura do *status quo*, da exploração de uma classe sobre outra. Os movimentos sociais atuam tanto na realidade urbana e também na rural, onde lutam, especialmente, contra a concentração de terras. Para Navarro (2002), entre os movimentos sociais rurais o MST se destaca e consolida-se como um dos mais organizados movimentos sociais brasileiros. Com o objetivo de realizar a Reforma Agrária, o MST vem visibilizando os casos de injustiça e a desigual distribuição de terras no Brasil, em ações de cooperação e também de confronto com as instituições do Estado.

O MST, desde sua estruturação formal, em 1994, mesmo sendo um movimento de projeção e articulação nacional, contribuindo para a interiorização da reforma agrária. As experiências exitosas dos assentamentos têm apresentado uma repercussão notável “nos circuitos comerciais e econômicos locais e regionais, dinamizando os pequenos municípios do interior, descentralizando a riqueza e estimulando novas iniciativas econômicas” (NAVARRO, 2002, p.3). Nem todas as experiências de assentamentos foram efetivamente bem sucedidas, mas não se pode desconsiderar o impacto que este grupo promove na reordenação do espaço e até no investimento realizado na economia local, via créditos recebidos pelo INCRA (NAVARRO, 2002).

A luta do MST e seu resultado mais aparente, os assentamentos, indicam que a reforma agrária está em curso, mesmo que não apresente o ritmo esperado pelas famílias sem terra. Com a efetiva realização da reforma agrária poderiam ser alteradas as estratégias de produção e consumo de pequenas e médias cidades, reorganizando a forma de produzir e consumir os produtos agrícolas. A reforma agrária também teria um impacto na distribuição das populações nas cidades e na centralização do poder político promovido pela concentração de terras.

Segundo Navarro (1997), vive-se uma nova conjuntura da reforma agrária. O prolongamento dessa questão deve-se ao emperramento causado pela influência do latifúndio e temos como exemplo a Constituição de 1988, quando a União Democrática Ruralista manteve

estratégias para manutenção do latifúndio, exemplificando o controle político sobre o problema fundiário, com a interferência do mercado externo. O Artigo 185 decreta “ São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: (...) II – a propriedade produtiva” significou que bastava declarar que a área era produtiva para que não fosse incluída na reforma agrária. Na sequência tem-se o reforço no atendimento diferenciado: “Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social” (BRASIL, 1988).

O Estado, em seu papel de mediador, busca conciliar diferentes interesses do agronegócio e dos movimentos sociais rurais. Através das conquistas do MST, entende-se que o Estado vem realizando ações emergenciais, sem atingir a questão central da questão agrária. A própria estratégia de realizar parcerias com o MST indica um controle e a terceirização de suas políticas.

As lutas entre as classes e frações de classes, profundamente enraizada na dinâmica da acumulação do capital, redirecionam a dinâmica dos projetos de desenvolvimento, mas em ritmo e impacto que divergem da demanda dos movimentos sociais. Harvey (2006, p. 129) coloca a questão sobre o que acontecerá quando a classe e frações, como também outras formas de lutas sociais e políticas, surgirem como determinantes ativos do desenvolvimento geográfico desigual. As lutas pela libertação nacional, pelo direito de existir das nações como formas coerentes de Estado que refletem identidades étnicas ou as filiações religiosas, não podem ser colocadas de lado como simples entraves menores.

Mas estas lutas não são inteiramente independentes do processo de acumulação por privação (exclusão) ou desconectados da dinâmica geral da acumulação do capital no espaço e tempo. Uma vez que a acumulação do capital engloba a formação de aliança de classe territorial, a produção de algum tipo de confronto regional e geopolítico pode ser possível. Da mesma forma, qualquer luta étnica ou de identidade e autonomia religiosa estarão interligadas com todas estas forças. A mesma conectividade também existe com a acumulação por exclusão.

A dispersão de planos e programas sociais, por sua vez sobrepostos, vem produzindo e reproduzindo a fragmentação do sujeito. Identificam-se diferentes formas e estruturas de representação da população rural: Federação de Trabalhadores da Agricultura Familiar/FETRAF, Federação de Trabalhadores da Agricultura /FETAG, Movimento dos atingidos por Barragem/MAB, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais/STTR e outros que possuem diferentes formas de se articular (ou não).

Percebe-se também uma rotatividade nos cargos de representações sindicais, aqueles que se destacam no movimento normalmente candidatam-se a cargos eletivos municipais (principalmente o cargo de vereador) e/ou são convidados a assumir cargos de “confiança”, ou seja, cargos públicos, que independem de aprovação em concurso. Essa rotatividade gera uma interrupção nas atividades e compromete a articulação das associações com o poder público, pois seus membros, ainda que mantenham vínculos com o sindicato possuem outra identidade representativa, pois assumem os cargos públicos (GEHLEN, 2012b). De outra forma, também percebe-se algumas continuidades na direção de associações, onde ocorre a alternância de nomes nas secretarias, mas o grupo permanece quase inalterado.

Nos programas do governo, o agricultor vem sendo categorizado de forma diferenciada, desarticulando sua organização de classe, aprofundando as desigualdades sociais e comprometendo o acesso aos direitos sociais dos trabalhadores.

As reivindicações dos movimentos sociais no campo agregam em suas pautas a questão da vulnerabilidade socioambiental crescente causada pela submissão do espaço aos interesses do capital. As formas de enfrentamento devem ser integradas às ações do poder público, responsável pela articulação entre os atores sociais que compõe o território. A cooptação do movimento de classe em instância mediadora do comando do capital sobre os trabalhadores, aliada ao processo de instrumentalização da negociação (iniciada no período fordista) fundamentou a burocratização da organização sindical e, portanto, gerou uma luta ainda mais desigual entre as classes, pelo comprometimento de seus representantes com uma profissionalização da negociação. Nem todos os aspectos do movimento financeiro global são apreendidos pelos trabalhadores, como exemplo temos a migração da força de trabalho que resulta e é mediatizada pela complexa formação de fluxos de mercado.

Diante de um cenário de grandes exigências técnicas, é preciso ter capacidade de organização política para conciliar interesses diversos a fim de permitir livre expressão também, no campo da reprodução material da vida. A cidadania designa uma forma de pertencimento à comunidade política nacional que articula as dimensões estatais e outra social. Nos Estados contemporâneos o direito à política é ao mesmo tempo em que se identifica com o exercício de maneira indiferenciada de uma coletividade social ou territorialmente delimitada também conduz para uma participação nas atividades do Estado e da ‘sociedade civil’ cada vez mais ampla, mas também cada vez mais diferenciada.

Por ser considerado um denominador comum às diferentes ruralidades, as instituições de mediação passam a representar uma diversidade de faces: pescadores, agricultores, marisqueiros, extrativistas. O MST vem buscando diferentes ações e formas

organizativas objetivando uma articulação efetiva, mobilizando resistências e buscando a redefinição dos assuntos públicos e as formas de participação dos trabalhadores sem terra. A defesa dos direitos e a luta contra práticas de negação de direitos são os desafios postos aos mediadores.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA propõe um desenvolvimento rural onde se estabeleçam forma de participação, negociação, onde se busque consensos sobre os rumos do território. O MDA vem organizando espaços de legitimação da participação organizada dos diversos atores sociais em acordos territoriais. Busca-se um modelo participativo de planejamento, com ênfase no desenvolvimento. Segundo Gehlen (2014) este modelo se torna exigente em relação à qualificação de seus participantes, especialmente pela comunicação e a gestão da informação, que adquirem um papel privilegiado. Segundo a autora “a informação correta, no processo e no momento adequado, nas mãos dos atores certos, é um desafio central e determinante do êxito da gestão social do desenvolvimento territorial”. Essa dinâmica privilegia o Estado a manter o poder sobre as pessoas e grupos que, favorecem/cedem lugar ao domínio dos mecanismos que asseguram o desenvolvimento do capital. Com a tecnificação cada vez mais profunda e a diversidade de órgãos responsáveis pela mediação da informação, aliados às variadas políticas sobrepostas, fica difícil acompanhar e decidir sobre o processo.

CAPÍTULO III

ACESSO A TERRA: AS POLÍTICAS SOCIAIS DO ESTADO BRASILEIRO

3. Acesso à terra: as políticas do Estado brasileiro

Este capítulo examina as dificuldades que as pessoas trabalhadoras no rural enfrentam para obter a terra, seja como um produto de mercado ou através do setor público no Brasil. A noção da terra como um bem e como um direito emerge neste contexto. Os aspectos específicos desta noção, importante para este estudo estão também delineados. O foco está nas condições de acesso a um lugar para plantar, através da Política Nacional de Reforma Agrária, com uma forte ênfase na participação popular.

O capítulo procura identificar os princípios norteadores da política de reforma agrária no Brasil depois de 1964 e também indica as mudanças destes princípios à procura de legitimação política pelo grupo social no poder e empenha-se em destacar o impacto destas mudanças na reformulação dos programas de reforma agrária.

Os beneficiários diretos dos assentamentos possuem perfis diversificados. No primeiro instante parece que a única coisa que os une é a luta pela terra, mas a proximidade com seu cotidiano demonstra que há outros elementos convergentes em suas histórias pessoais. Da mesma forma, a expressão “assentamento de reforma agrária” expressa diferentes caminhos percorridos até a legalização do assentamento, ele surge em diferentes contextos:

regularizações fundiárias em terras ocupadas por vezes há décadas por “posseiros”; áreas de conflitos gerados pela tentativa de expulsão de trabalhadores que há muito viviam na terra como “rendeiros” ou “agregados”; áreas improdutivas ocupadas por movimentos de luta pela terra (como o MST) ou também por sindicatos de trabalhadores rurais; reservas extrativistas, fruto da luta de seringueiros pela permanência em terras que exploravam há gerações; usinas falidas, posteriormente desapropriadas, onde foram alocados os próprios trabalhadores que anteriormente eram assalariados etc. (LEITE, HEREDIA, et al, 2004, p. 21)

o assentamento rural é um **conjunto de unidades agrícolas** independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um **único** proprietário (INCRA, 2016).

A implantação de políticas públicas representa a presença do Estado na promoção do pleno exercício dos direitos sociais, entre eles o direito ao uso e acesso aos recursos naturais (terra/água). No campo, estas políticas foram planejadas objetivando o desenvolvimento agrário

articulado com a melhoria das condições de vida dos agricultores, porém, a contínua modernização e o fortalecimento dos mercados globalizados vêm reconfigurando as relações produtivas no meio rural e aprofundando as desigualdades existentes.

O Estado assume um papel estratégico de articulador e formador dos mercados de trabalho no campo, estruturando os meios de escoamento da produção agrícola dos grandes produtores. No entanto esta estrutura não atinge as demandas das ruralidades existentes: agricultores familiares, marisqueiros, pescadores, extrativistas, quilombolas que precisam de vias de articulação e escoamento de alcance territorial. O campo vem se organizando através de representações locais, como as associações e representações de ação mais ampla, como é o caso dos sindicatos e do MST, que tem uma atuação nacional.

Dentro da lógica neoliberal, o Estado planeja e implementa as transformações no território, necessárias à instalação e manutenção de empresas, no processo de espacialização do capital. Ao mesmo tempo, o Estado elabora políticas que minimizem as desigualdades decorrentes da concentração de renda. No território, articulam-se interesses do poder público e dos movimentos sociais, sob a interferência do avanço capitalista sobre os recursos naturais.

3.1 Acesso à terra como bem ou direito

A organização de sindicatos rurais surge na constituição da legislação sindical-trabalhista rural e a modernização da agropecuária, no período do governo de Getúlio Vargas (1930).

O Estatuto da Terra promulgado no primeiro governo militar, foi uma tentativa de conciliar por um lado a defesa da propriedade e a reivindicação de maior apoio à produção agrícola (concentrada nas mãos dos grandes proprietários) e por outro atendia à reivindicação do direito a terra por trabalhadores rurais. Articulados em associações, ligas camponesas, sindicatos e demais formas de representações, forjando uma identidade de classe, integrando o cenário dos movimentos sociais, na década de 50 e 60. No Nordeste, os principais problemas da realidade rural, foram assim sintetizados por Andrade (1997, p. 13),

(...) o predomínio do latifúndio, a baixa utilização da terra, a dificuldade de acesso do produtor à propriedade e à posse da terra, os baixos níveis da produção agrícola, a orientação da política governamental estimulando a produção para a exportação, e a assistência aos grandes e médios produtores, em detrimento dos pequenos produtores.

Segundo Leite (2004), o Estatuto da Terra ampliou as perspectivas daqueles que buscavam a propriedade da terra, além de criar uma tipologia dos imóveis rurais: latifúndio por dimensão, latifúndio por exploração, minifúndio, empresa rural, propriedade familiar. Com a devida identificação, os imóveis poderiam ser classificados em passíveis de desapropriação e outros não. Com o Golpe Militar, em 64, houve um fortalecimento do “desenvolvimento agrícola” em detrimento da “reforma agrária” proposta no Estatuto.

As políticas públicas desenvolvidas no período, ainda sob o discurso da modernização, focaram em estratégias de desenvolvimento, na qual as exportações de produtos agrícolas e agroindustriais eram essenciais para a geração de divisas. A “reforma agrária”, com desapropriações por interesses sociais, foi reconceituada e usada como manobra focal de resolução de conflitos através dos projetos de colonização. Segundo Martins (1984, p. 35), o Estatuto da Terra foi destinado ao empresário capitalista, sendo “instrumento de controle de tensões sociais e dos conflitos gerados por esse processo de expropriação e concentração da propriedade e do capital”.

Na dinâmica dos movimentos sociais, a Igreja Católica criou, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra/CPT, após anos de envolvimento com as causas dos camponeses que encontravam nos prédios da igreja um refúgio nos momentos de confronto com os fazendeiros.

O Estado criou, por seu lado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, em um contexto de aplicação do imposto territorial. O INCRA também assumiu as ações voltadas à colonização e administração da cobrança e distribuição do Imposto Territorial Rural (ITR). Destaca-se que o INCRA surgiu como órgão substituto do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), organismo destinado a implementar a reforma agrária.

Mesmo com a repressão política característica da época, os movimentos sociais conseguiram alguns avanços e definir áreas de desapropriações. Posteriormente, o período de redemocratização foi marcado pela burocratização do processo de desapropriação de terras, visto que “eram necessários dois decretos diferentes: um criando uma área prioritária e outro considerando o imóvel passível de desapropriação por interesse social, a última palavra cabendo à Justiça”. (LEITE et al 2004, p. 35)

Com a “Nova República”, em 1985, a reforma agrária assume papel central e torna-se uma das prioridades da nova fase de governo. A Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tem como base o Estatuto da Terra, lançada durante o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, estabeleceu metas de longo, médio e curto prazos quanto à

extensão de áreas a serem desapropriadas e ao número de famílias a serem assentadas, propondo o estabelecimento de zonas prioritárias de reforma agrária.

Sob a coordenação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário /MIRAD, a construção do PNRA foi um marco. A metodologia utilizada, envolvendo diferentes atores e recebendo diversas contribuições do país inteiro apresentou uma dinâmica democrática pouco vivenciada. O Estado construiu um canal de diálogo com agricultores, universidades, representantes religiosos, órgãos públicos e outros, que enviaram suas contribuições. Através do projeto de catalogação do PNRA, disponível no site da UFPE, foi possível resgatar algumas contribuições do estado do Piauí entre as 682 peças documentais disponíveis. A imagem a seguir é um trecho da contribuição encaminhada pelo Instituto de Terras do Piauí/INTERPI, em junho de 1985.

Figura 1 – Trecho do Ofício do Interpi ao MIRAD – Sugestões para o PNRA

10. NORMATIZAR de forma objetiva sobre a apuração de terras devolutas em geral (federais, estaduais, municipais), ao molde do que fez a Lei Federal nº 3.081/56, com a consequente revogação da Lei Federal nº 6.383/76, em vigência, que tem inúmeros erros de técnica legislativa e congrega em seu bojo o estranho procedimento discriminatório administrativo, sem que exista na legislação pátria o Contencioso Administrativo e, por consequente, a coisa julgada administrativa, contemplando um comportamento próprio do Estado Arbitrário, que não condiz com o período de transição democrática hoje vivenciado.

Esse procedimento discriminatório administrativo, na verdade, contempla a usurpação da função judicante pelo poder executivo, possibilitando ao Estado ser, ao mesmo tempo, parte e julgador no curso do procedimento em que os cidadãos não têm sequer direito à via recursal, o que resulta em cerceamento de defesa de seus direitos.

Fonte: Acervo digital - PNRA/Sistema Clio. 2016

No trecho, o INTERPI destaca a necessidade de transparência nos processos sobre terras devolutas e a dubiedade do papel do Estado, sendo “parte e julgador”, numa conduta limitante do direito do cidadão. O documento destaca ainda o processo de transição política, a redemocratização como etapa que exigia novas ações do estado.

Em outro documento, enviado pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí/ EMATER, a situação dos assentamentos é destacada como sugestão ao PNRA.

Figura 2 – Trecho da carta da EMATER/PI ao MIRAD – Sugestões ao PNRA

1 - QUE REALMENTE A DISTRIBUIÇÃO DE TERRA FOSSE COMPLEMENTADA COM A REFORMA DAS POLITICAS GOVERNAMENTAIS PROPOSTAS NA ESTRATEGIA DE AÇÃO
2 - QUE FOSSE IMPLEMENTADA DE FATO AS POLITICAS DE APOIO A PRODUÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS.

Fonte: Acervo Digital do PNRA – Sistema Clio/UFPE. 2016

A participação de várias classes e frações de classe, registrando suas propostas, através de um canal direto com o MIRAD, causou uma expectativa nas ações do PNRA. Porém, a ala conservadora da sociedade viu o processo de desapropriação uma ameaça, fomentando uma série de conflitos e pressionando o Estado a redefinir os caminhos da reforma. Posteriormente, a versão definitiva do PNRA eliminou as metas de médio e longo prazo e transferiu para os Planos Regionais de Reforma Agrária – PRRA a tarefa de fixar as áreas prioritárias. A proposta foi descentralizada para as comissões agrárias nos Estados que assumiram a responsabilidade de efetivar as mudanças. Porém, com a descentralização da proposta oportunizou-se a organização de uma série de entraves. Se a proposta da reforma agrária, enquanto permanecia unificada e nacional, recebeu ataques da mídia e do setor econômico, ao fragmentar o processo, através das comissões agrárias estaduais, facilitou a criação de entraves para sua realização (LEITE, HEREDIA, et al 2004).

O I PNRA representa o Estado tentando articular diferentes propostas na realização da Reforma Agrária. Nos trechos das contribuições apresentadas identifica-se a ênfase na efetividade das ações, contribuições indicadas por instituições que integram o Estado (EMATER e INTERPI). Como o I PNRA foi articulado nos primeiros anos da redemocratização, os movimentos sociais retomaram suas atividades e pressionavam constantemente por mudanças. Mesmo com toda a pressão da classe hegemônica, o PNA foi aprovado, ainda que não contemplasse todas as demandas do campo, especialmente os sem terra, assalariados e atingidos por grandes empreendimentos.

Os anos seguintes testemunham uma dificuldade do Estado em assumir a reforma agrária, representado na dificuldade em definir um órgão responsável. Em 1987 temos a extinção do INCRA, recriado em 1989, mas neste mesmo ano o MIRAD é extinto. Com a extinção do MIRAD, a questão da reforma agrária passa a ser responsabilidade do Ministério da Agricultura a partir de 1989, que é transferido para o Ministério Extraordinário de Política

Fundiária em 1996. Em 2002 ficou sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA (INCRA, 2016). As mudanças identificam como o Estado entende a questão da reforma agrária e que, apesar de sua emergência, ela faz parte das políticas de forma periférica, sendo mantida nesta agenda pelos movimentos sociais rurais que tentam ampliar a mobilização da sociedade pela causa.

CAPÍTULO IV

IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

4.1. As políticas do INCRA

A temática da Reforma Agrária tem vindo de forma recorrente, envolvendo o interesse não somente das classes populares rurais, mas de partidos, igrejas, ONGs nacionais e internacionais, órgãos governamentais e também os espaços universitários. Para Filippi (2005), a dimensão de política pública de reforma agrária brasileira encerra duas concepções: **capitalista**, também denominada de colonização, devido o Estado estimular a ocupação de terras inexploradas economicamente e a desapropriação de latifúndios, durante a primeira fase do programa de reforma agrária no Brasil, marcado pelos projetos de colonização do Centro-Oeste e da Amazônia, nas décadas de 1960 e 1970; e de **ação governamental**, com foco na implantação de assentamentos rurais, derivados de desapropriações, para a mitigação dos efeitos negativos da urbanização resultante do contínuo fluxo migratório na direção campo-cidade verificado no Brasil, nos últimos quarenta anos.

Segundo Silva (2001), a colonização do território brasileiro iniciou-se com a doação de grandes extensões de terra a particulares, denominadas sesmarias, as quais originaram os latifúndios escravistas, nos quais a necessidade de exportar em grande escala e a escassez de mão-de-obra na colônia uniram-se à existência de um rentável mercado de tráfico de escravos. Essa política fundiária teve profundas consequências para o surgimento e caracterização da questão agrária brasileira.

A primeira legislação agrária, no Brasil, foi a Lei nº 601/1850, conhecida como a Lei de Terras. Conforme Silva (1996), o referido instrumento legal definia que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante compra e venda, e que os rendimentos resultantes dessas transações seriam destinados pelo governo ao financiamento da vinda de imigrantes da Europa. O objetivo maior da Lei de Terras era a demarcação das terras devolutas; a partir da Constituição de 1891, essa tarefa foi transferida aos Estados, que tiveram liberdade em relação aos posseiros e para as oligarquias regionais e que, segundo Bombardi (2004), foram atenuadas a partir da Revolução de 1930.

A Constituição de 1934 trouxe inovações ao garantir a terra às nações indígenas, também reconheceu o direito dos posseiros e reduziu os impostos para a pequena propriedade. Porém, a implantação do Estado Novo (1937-1945), consolidou a aliança de Getúlio Vargas e a oligarquia, comprometendo os avanços em curso. Os estudos de Barrow (2009) apresentam a atuação da Comissão Nacional de Política Agrária/CNPA, criada no segundo governo Vargas (1951-1954), e que elaborou as diretrizes para a reforma agrária no Brasil. Os representantes da oligarquias, através da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e as federações das associações dos

Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul promoveram grandes resistências ao proposto pela CNPA. Para reduzir as tensões e aprovar os princípios da CNPA, Vargas estabeleceu alterações nas formas de pagamentos das dívidas, quando a União assumiu o pagamento de 50% dos capitais aplicados, além dos juros vencidos e vincendos até 1954 (ibidem, 2009).

Não houve sequência na proposta de Vargas, quando o novo presidente assumiu, as atividades da CNPA foram encerradas. Na gestão de Jânio Quadros (1961), foi elaborado um projeto de lei de reforma agrária, mas o mesmo não chegou a ser posto em votação no Congresso; e João Goulart (1961-1964) propôs uma redistribuição de propriedade fundiária, que constituiu um dos principais motivos do golpe de 1964 (VEIGA, 1994). Os governos militares se apropriam da bandeira da reforma agrária, mas com outra proposta: os projetos de colonização. Segundo a historiadora piauiense Marylu Oliveira (2008), outra questão foi empecilho para a reforma agrária devido a campanha anticomunista que pressionou governantes a retrocederem na articulação com os movimentos sociais rurais.

Em 1959, assume o governo do Estado do Piauí o Sr. Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1959- 1962) que resolveu, em 1961, apoiar às ligas camponesas. A partir desse ato, o governador e seus colaboradores, assim como os agricultores que lutavam pela reforma agrária eram chamados de comunistas. Neste período chegou ao Piauí, especialmente em Teresina, Dom Avelar Brandão. Este religioso mobilizou a Igreja Católica para a questão agrária e também foi classificado como comunista, recebendo pressões diversas. Segundo Oliveira (2008) essas representações anticomunistas que marcaram este período, encontrou terreno fértil nos jornais que circulavam em Teresina. Destaca-se que estes jornais pertenciam a latifundiários ou eram mantidos por eles, atrelando a notícia aos seus interesses pessoais.

No auge da propaganda subversiva que, então, se fazia, tentando preparar o caboclo pacato do sertão para tomar conta da terra que – no dizer dos pregadores e promotores da anarquia e da desordem, era bem comum e a todos devia pertencer, como a água, a luz e o sol, desaparecendo, assim, o instituto da propriedade privada; - no auge dessa propaganda que ainda ecoa nos nossos ouvidos, e através da qual se pretendia transformar o Brasil num satélite de Moscou, ou de Cuba, ou da China Vermelha, tive de envolver-me em uma séria luta profissional, como advogado, visando à defesa de constituintes ameaçados e esbulhados no seu direito de propriedade. (SANTOS, 1972, p.133).

O comunismo era representado como algo ruim, causador de tensões e divisões na sociedade, portanto o agricultor era visto como uma pessoa ingênua e facilmente manipulável e se integrava aos movimentos sociais por influência de comunistas. O direito à propriedade estava sendo defendido em várias frentes, na parte jurídica, nas mídias e na descaracterização do discurso da igreja e do governo estadual.

O Estatuto da Terra surgiu, segundo Linhares e Silva (1999), como uma estratégia de reconhecimento da questão agrária no país. Entretanto, a interpretação do Estatuto possibilitou que o processo de resolução da questão agrária brasileira fosse articulado com a ideia de modernização do latifúndio. Entre os anos 1968 e 1970, os militares fundiram e extinguíram o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), órgão governamental responsável por todas as questões referentes à terra no Brasil, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA) e criaram em 1970, o INCRA. Apenas no governo Sarney (1985-1990) se instituiu, em 1985, o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra.

O I PNRA apresentava uma melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, adequando-a as exigências de desenvolvimento do país, porém, a pressão da elite conservadora comprometeu o PNRA. As representações camponesas começam a se organizar a partir de 1945, na esteira das organizações urbanas, mesmo que ambas vivessem sob a tutela do Estado. Com o fim do primeiro mandato de Getúlio Vargas as organizações tentaram manter-se em atividade. A maior parte das tentativas foi orientada no sentido de construir sindicatos rurais, mas as exigências eram intensas, numa proposta de comprometer a realização de suas atividades. Parte dessas representações não resistiram às demandas para permanecer na legalidade e desapareceram; somente no ano de 1962 conseguiram o direito ao registro legal para funcionamento (JULIÃO, 2009).

Com a execução do I PNRA, o Estado realizava apenas uma política de assentamentos para reduzir os conflitos fundiários. O atraso no processo contribuiu para a geração de inúmeros conflitos no campo. Assim, os trabalhadores rurais se organizaram e criaram o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), que culminou com um dinâmico movimento de invasões de terras improdutivas do Estado ou de particulares, como uma estratégia para forçar o governo a acelerar o processo de assentamento. Durante a elaboração da Constituição de 1988, a proposta de reforma agrária sofreu retrocesso, quando o capítulo pertinente teve como referência o Estatuto da Terra.

A dinâmica do Estado, durante a elaboração e execução do I PNRA indica como este media os conflitos e se integra no processo, para garantir sua legitimidade. Considerando que suas ações se articulam com as classes e frações de classe, o Estado organiza o PNRA de forma a atender a classe dominante em longo prazo e as classes dominadas, via mediação dos movimentos sociais, se organizam ações focais e emergenciais. Essa unidade conflituosa, integra a estrutura do Estado.

Para Medeiros (2003), a nova legislação tornou complexa o fim da desapropriação das pequenas e médias propriedades rurais, necessitando de uma regulamentação. Segundo Linhares e Silva (1999), os conflitos agrários, em especial os causados por pistolagem, motivou a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e impulsionou a votação e aprovação da Lei Agrária (Lei nº 8.629/1993, BRASIL, 1993), na gestão de Itamar Franco, a qual definiu que a propriedade que não funcionasse seria desapropriada e estabeleceu que as terras rurais públicas seriam destinadas à execução da reforma agrária.

Para Scolese (2005), na primeira gestão de FHC, foram registradas invasões de terra e diversas marchas, saques de alimentos e invasões a prédios públicos. Este período foi marcado pelo enfrentamento e “criminalização” do MST. No segundo mandato (1999-2002), a edição da medida provisória nº 2.183-56/2001 apresenta as situações em que a pessoa é excluída do Programa de Reforma Agrária e proibia, por dois anos, as avaliações e vistorias em terras invadidas.

§ 7º Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, seqüestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações.

§ 8º A entidade, a organização, a pessoa jurídica, o movimento ou a sociedade de fato que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, auxiliar, colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar de invasão de imóveis rurais ou de bens públicos, ou em conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, não receberá, a qualquer título, recursos públicos (BRASIL, 2001)

O movimento teve suas ações reduzidas, pois as invasões eram as estratégias mais utilizadas e assim as ocupações foram reduzidas em todo o país e consequentemente os assentamentos. Com a posse de Lula e sua clara proposta de mudanças, houve uma expectativa de resultados efetivos para a reforma agrária. Na Era Lula foi (re)criado o Programa Nacional de Crédito Fundiário que, em parceria com os Estados, oferecia condições para que os trabalhadores rurais sem terra possam adquirir um imóvel rural (BRASIL, 2008).

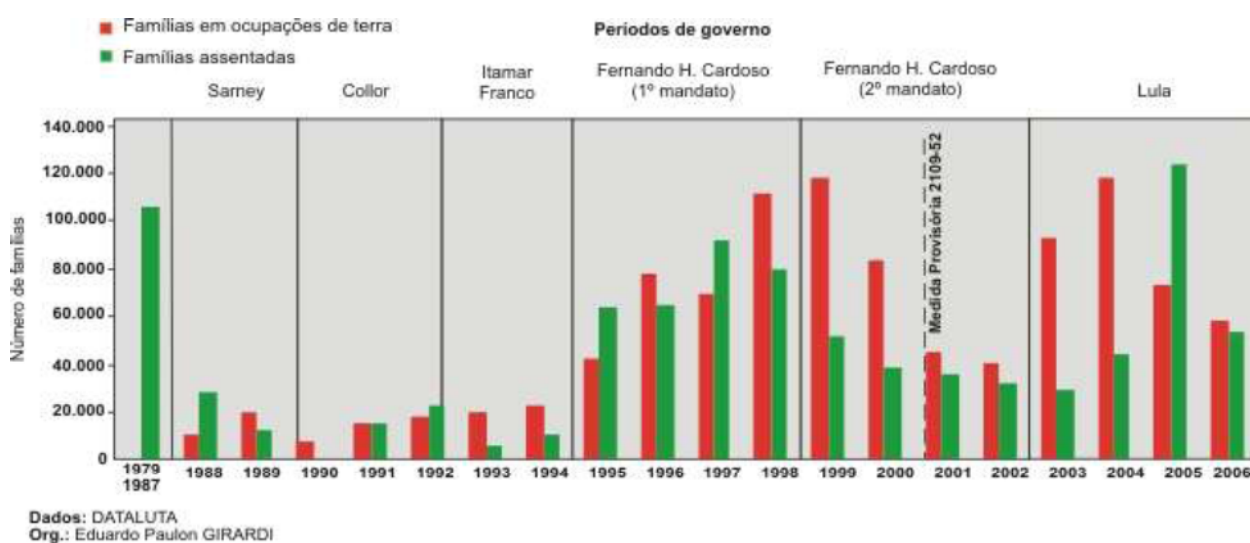
Ao lançar as metas do novo PNRA encontra-se a discussão sobre a igualdade de gênero, no campo.

Ao reconhecer as relações de gênero como um dos aspectos estruturantes das relações sociais no meio rural, o II PNRA trata as mulheres não só como pessoas beneficiárias no interior dos núcleos familiares, mas também como agentes políticos na construção da Reforma Agrária e da consolidação da agricultura familiar. Portanto, além de políticas específicas, o Plano prevê a aplicação do princípio da igualdade entre homens e mulheres em todos os procedimentos da Reforma Agrária. (INCRA, 2003, p.28)

O reconhecimento das questões de gênero contribui com a formação de uma série de políticas e programas voltados para este público. Entende-se que, constar em documentos oficiais, não quer dizer que haverá mudança significativa nas relações sociais de gênero, mas representa o reconhecimento do Estado que há uma questão de classe, que, tramadas às questões de gênero vão produzir um agravamento da situação da mulher, no meio rural.

A seguir apresenta-se um gráfico com dados comparativos sobre a relação Estado/famílias assentadas. Percebe-se que o período de redemocratização teve muitas formações de acampamentos/assentamentos.

Figura 3: Famílias Assentadas - 1976 - 2006



Entende-se que analisar os dados quantitativos da reforma agrária, a partir do número de famílias assentadas é uma análise parcial. Percebe-se que houve avanços no processo, especialmente, no período da redemocratização a partir de 1995, via mediação dos

movimentos sociais. Com a Medida Provisória 2. 109-52 observa-se uma redução nas ocupações de terra a partir de 2001 e logo depois houve uma retomada nas ocupações em 2003. O quadro demonstra que poucas vezes o número de famílias assentadas supera o número de famílias em ocupações.

Em seus estudos, Melo (2010) estabelece três fases do movimento:

1ª (1979 -1984) – o foco de atuação era a definição dos princípios políticos e dos objetivos mais imediatos para a realização da luta direta pela reforma agrária;

2ª (1985-1989) – fase da conciliação entre a vivência dos processos coletivos com a experiência privada de seus integrantes;

3ª (1990 – atual?) – fase da definição de princípios, sentimentos e valores necessários para a construção de todas as relações que conformem o ideal de uma nova sociedade, ao tempo em que se sobressaem as questões de gênero.

Para Belato e Bedin (2004), o I PNRA foi “mutilado pelo governo Sarney, hostilizado pelo governo Collor, esquecido pelo governo Itamar, reaquecido no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso e abandonado, logo no início de seu segundo mandato”. Em relação ao desempenho do II PNRA durante o primeiro mandato do governo Lula, as ações desagradaram agricultores e fazendeiros. De um lado, a lenta desapropriação reduziu o número de famílias assentadas e por outro a impunidade nos casos de invasão causou descrédito e revolta dos fazendeiros (SCOLESE, 2005).

Figura 4 – Fases de criação do assentamento/INCRA



Fonte: site do INCRA

O INCRA estabelece diferentes fases para a consolidação do assentamento, porém o tempo para conclusão de cada etapa vai depender das condições econômicas e políticas do órgão e suas articulações com outras esferas do governo.

4.2. A colonização do Piauí e a reforma agrária

Tratar da reforma agrária, no Piauí, indica entender o processo de concentração de terras. Diferentes de outros estados brasileiros, a concentração de terras no Piauí está articulada à pecuária e não a agricultura. No período colonial, com a concessão de sesmarias, os ricos pecuaristas baianos ocuparam extensas áreas, que hoje pertencem ao Piauí, para criação de seus rebanhos. Esta produção abastecia a região mineira e também a região litorânea. Como não precisava de grande quantidade de mão-de-obra, a ocupação do território piauiense se concentrava na região sul e depois se estruturou os núcleos habitados no norte do Estado. Este período marca diversos conflitos pela terra.

O estabelecimento da pecuária no Piauí ocorreu sob o signo da luta armada pela posse da terra. As lutas de arrendatários e posseiros contra os sesmeiros foi a expressão máxima do valor da terra no quadro histórico da economia implantada no Piauí, onde a posse dos meios de produção e do capital se transformaram nos elementos fundamentais da manutenção da propriedade. (Souza, 2013. p.5)

A pecuária extensiva era a base das relações sociais e econômicas do período. O desbravamento da região ficou a cargo de posseiros, enquanto os donos da terra permaneciam no litoral, notadamente Salvador. Segundo Souza (2013), a pecuária extensiva estruturou uma colonização que promoveu o isolamento sociopolítico das fazendas. Os escravos, tão numerosos na produção de açúcar, eram reduzidos a poucos na pecuária e resultava de uma estratégia dos fazendeiros para não perder seus investimentos na compra dos escravos, pois o desbravamento do sertão envolvia muitos riscos.

A mão-de-obra do homem livre transferia ao posseiro todos os custos que envolvia o cuidado do rebanho. Inicialmente, o rebanho era vendido vivo e depois começou a comercialização do charque, através do porto fluvial que ficava na Vila de São João da Parnaíba, hoje Parnaíba. A vila foi um importante escoadouro de mercadorias, enviando

produtos para o Maranhão, Pará, Ceará, Bahia e até a Guiana Francesa. Essa intensa comercialização se mantém, quase inalterada, até a segunda metade do século XVIII.

Segundo pesquisadores o atraso da agricultura do Piauí resulta da dedicação à criação de gado, que também servia como moeda de troca por outros bens. A estrutura fundiária criada a partir da organização dos rebanhos determinou a distribuição populacional e da própria mão-de-obra. Para Souza (2013), a criação extensiva de gado comprometeu o desenvolvimento da agricultura em três pontos que se articulam: “a concentração da propriedade da terra, a destinação da terra para os pastos e a ausência de um mercado interno”.

A economia piauiense, durante a segunda metade do século XIX, ainda era representada pela pecuária. A produção de gêneros alimentícios era destinada ao consumo local. Por isso mesmo, a oferta era reduzida e pouco variada.

A Guerra dos Balaio⁴, que eclodiu no Maranhão e se ramifica ao Piauí, foi a justificativa utilizada para uma dura repressão à população do campo, quando os revoltosos foram presos e executados como exemplo aos demais. No período imperial, o Piauí, como todo o Nordeste, viveu a realidade da grande seca de 1877. Como resolução emergencial, o Império construiu açudes que, invariavelmente estavam nas áreas dos grandes latifundiários, promovendo o controle social da população, além do cercamento das terras, privatizando o acesso à água e agregando terras livres (Souza, 2013).

O Estado instrumentalizou os grandes proprietários e reforçou seu controle sobre a população rural. O período republicano não alterou as fortes estruturas das famílias latifundiárias que estavam ligadas por laços de sangue, apoio político e econômico e se espalhavam por diferentes municípios próximos, criando uma rede de clientelismo e repressão.

A primeira iniciativa de reforma agrária aparece através da política de colonização com a criação, em 1932, dos Núcleos Coloniais de David Caldas (350 famílias), e em 1959, do Gurgueia (260 famílias) (INCRA, 2005). Os movimentos de luta pela terra, no estado piauiense, vão surgir na década de 1960, quase 20 anos, após o surgimento das Ligas camponesas. Muniz (2003) destaca que, somente em 1962, foi fundada a primeira organização sindical de trabalhadores rurais do Piauí, a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Campo Maior (ALTACAM). A associação apoiava famílias que foram expulsas ou sofriam exploração dos donos das fazendas.

⁴ A Guerra dos Balaio ou Balaiaada aconteceu no Maranhão e depois ressurgiu no Piauí. Negros e mestiços se rebelaram contra o recrutamento obrigatório e os abusos de poder.

Numa proposta regional, o Estado criou a Companhia de Desenvolvimento do Piauí/COMDEPI, responsável por administrar o patrimônio fundiário estadual (MENDES, 2003). A Lei Estadual nº 3.271/1973 incorporou as terras devolutas do Estado ao patrimônio da COMDEPI e autorizou a alienação por empresários interessados em investir no Piauí (INCRA, 2005), numa proposta parecida com as sesmarias no período colonial. Posteriormente, criou o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) que, articulado ao Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), concebia a integração de um conjunto de ações de infraestrutura para garantir o desenvolvimento local (SANTOS, 2007). Através da Lei n. 3.783/1980, criou-se o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), órgão executor da política fundiária do Estado que gerencia 145 assentamentos estaduais (INTERPI, 2004).

A concentração de terra, no Piauí, é resultado da atividade pecuária extensiva que contribuiu para a concentração de terras nas mãos de religiosos, fazendeiros e outros. A ideia de “atraso” encontrada em alguns estudos, quando se compara com o desenvolvimento agrícola representa, na realidade, os diferentes tempos históricos que os Estados apresentam em seus processos de transição das sesmarias para as fazendas, do rural para o urbano.

A pequena expansão de núcleos habitados, especialmente no Norte do Estado, mostra que as condições socioeconômicas do período colonial e imperial, no Piauí, focavam numa atividade econômica rentável e versátil e com mercado em expansão. A concentração de riqueza nas mãos dos sesmeiros ajudou em investimentos fora do Piauí, notadamente no litoral nordestino. As condições de isolamento apenas reforçaram as estratégias de exploração do trabalho dos posseiros⁵ e dificultou o processo de urbanização.

Atualmente, o Piauí integra a chamada “última fronteira agrícola”, através do MATOPIBA, que compreende o bioma Cerrado dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e responde por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras (EMBRAPA, 2006).

⁵ Os fazendeiros acordavam como pagamentos pelos serviços, a “quarta”, quando o responsável pelos rebanhos recebia ¼ da produção

CAPÍTULO V

OCUPAÇÃO E MEDIAÇÃO

5. Ocupação e Mediação

Este Capítulo aborda a trajetória histórica do Acampamento Cajueiro, desde a ocupação até a formação do Assentamento Cajueiro. Neste processo se articulam os mediadores, com suas diferentes motivações e estratégias. Apresenta-se como foi a mediação com o INCRA e demais instituições que representam o Estado, ao tempo que contextualiza os acontecimentos do acampamento/assentamento com as diferentes ações do estado no período de 1996 a 2015.

Neste capítulo, apresenta-se também como homens e mulheres se inter-relacionam na esfera privada e na esfera pública, na conquista de direitos e transformando o espaço ocupado em território. Considerando os diferentes tempos históricos, indica-se neste capítulo os conflitos vivenciados pelo Assentamento e as lutas que seus residentes precisam enfrentar para garantir a terra de trabalho, entendendo que a formação do assentamento é uma travessia inconclusa.

A ocupação do território torna-se uma estratégia de luta e resistência, conquistaram um lugar para suas famílias, mas o direito a terra é mais amplo que possuir a terra, representa ter acesso a uma série de outros direitos que são mediados pelo Estado.

5.1. A luta pela terra no Piauí

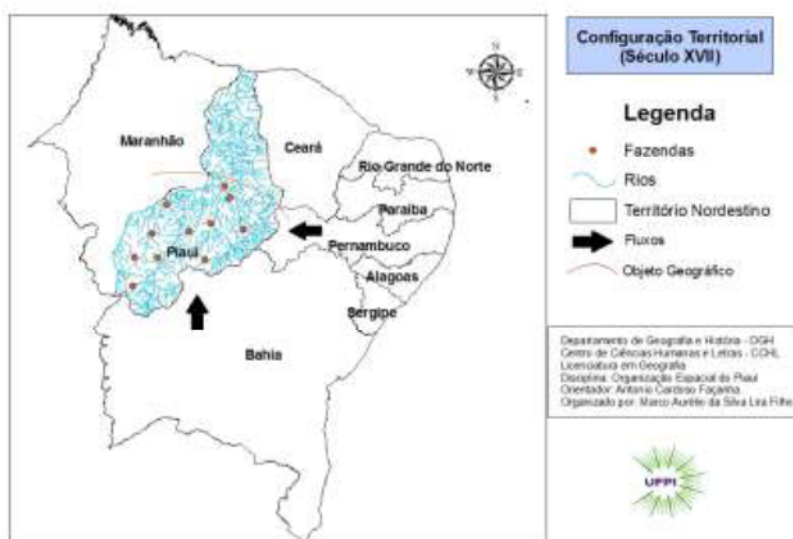
Desde a Colônia, quando a Coroa Portuguesa destinou as sesmarias aos capitães donatários, com permissão para escravizar índios e depois os negros, a concentração de terras vira fato histórico. O modelo agroexportador se consolida na estrutura monocultura/latifúndio/trabalho escravo. A modernização da agricultura (década de 50 e 60) conservou os desmandos e a exploração do trabalho, pois a modernização é fragmentada, integrando tecnologias que aumentam a produtividade, mas as relações de trabalho continuam em atraso. Na década de 1980 e 90, a redemocratização retoma a pauta da reforma agrária, pois a concentração de terras vem comprometendo o desenvolvimento da sociedade e o campo ainda é cenário da negação de direitos sociais e humanos.

No Piauí, o período colonial e imperial, teve, na pecuária, sua base econômica predominante, com grandes extensões de terra das fazendas destinadas ao pasto com criação extensiva. Por conta do isolamento das fazendas e o reduzido número de habitantes em cada núcleo de produção, a formação de centros urbanos e seus serviços, como escolas, comércio e hospitais demorou mais tempo para se estruturar que outras províncias.

No início do século XVIII, por causa da Carta Régia de 1701, só era permitida a criação de gado a uma distância de 10 léguas do litoral. Por isso, a ocupação de áreas próximas ao litoral não foi privilegiada na época. Quando ocupa-se a região Norte, toda a região litorânea estava povoada por cearenses e maranhenses. Para conquistar uma saída para o mar e poder exportar o algodão, o Estado do Piauí firmou uma permuta de áreas com o Ceará, em 1880. Assim, a Freguesia da Amarração (hoje Parnaíba e Luiz Correia) foi cedida pelo Estado do Ceará e o Estado do Piauí cedeu a Freguesia da Comarca Imperial (hoje Crateús). Desde este período a demarcação não foi realizada e os Estados ainda disputam uma área ocupada por 22 municípios.⁶

Além dessas particularidades, a concentração de terras produziu os mesmos problemas encontrados nos outros estados: exploração e expropriação do homem do campo, êxodo rural, estratégias de resistência através de associações e sindicatos. A intervenção do Estado, através de suas ações, entre elas, as políticas públicas e a legislação, ora contemplava as reivindicações da população do campo ora atendia o grupo de latifundiários. Esse movimento, porém, ainda não atingiu a questão central da reforma agrária.

Figura 5 : Configuração do Estado do Piauí – Século XVII



Fonte: Blog Enciclopédia Amarante⁷. 2016

⁶ Maiores informações sobre a área de litígio, podem ser encontradas em <http://cidadeverde.com/noticias/32477/ha-350-anos-pi-e-ce-disputam-terras-em-area-de-litigio>

⁷ Disponível em : <http://enciclopediaamarante.blogspot.com.br/2011/06/amarante-um-grande-momento-na.html>

O campo sempre teve um papel importante na economia brasileira. O catador de café, o cortador de cana, o colhedor de algodão e fumo, o seringueiro, o posseiro e o vaqueiro fazem parte dessa história de produção de riquezas. Porém, nem sempre a história registra os acontecimentos a partir do ponto de vista destes personagens. Resgatar a trajetória dos movimentos sociais rurais, no Piauí, representa articular uma série de fontes ainda dispersas, destacando a necessidade da investigação acadêmica manter suas propostas de pesquisa sobre a temática, preservando essa rica memória.

Os primeiros registros de conflitos de terra no Piauí, datam do período colonial, no processo de ocupação e conflitos com os índios que foram expulsos ou assassinados pelos posseiros. Depois os sesmeiros entraram em conflito com os posseiros que ocupavam e trabalhavam na terra. A resistência era de acordo com as armas e grupos organizados para defender a terra.

A história do Piauí registrou as primeiras experiências organizativas do sindicato rural somente na década de 1960. A realização do I Congresso Sindical dos Trabalhadores e Camponeses do Piauí, em abril de 1961, contou com a participação de sindicalistas, trabalhadores urbanos e dos agricultores. Influenciados pelas Ligas Camponesas, que agitaram o Nordeste décadas antes, os lavradores começavam a se organizar politicamente. Neste Congresso foi aprovada uma resolução sobre reforma agrária, defendendo a distribuição de terras do Estado aos camponeses, com a possibilidade de desapropriação com indenização. O congresso gerou grande tensão devido à oposição dos grandes proprietários (SOUZA, 2013).

Sousa (2013) e Oliveira (2008) ainda destacam a figura de José Esperidião Fernandes, como grande ativista dos movimentos rurais piauienses e líder da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Teresina – ALTATE, criada por ele e seus apoiadores.

O movimento dos trabalhadores e lavradores possuía articulação com o Partido Comunista e a Igreja Católica, esta representada pela participação de Dom Avelar Brandão. Porém, D. Avelar tentava desconstruir, continuamente, a visão que a Igreja estava apoiando ações comunistas, afirmando que as Ligas Camponesas eram apoiadas, no Piauí, pelo Estado, na pessoa do Governador Chagas Rodrigues e também pela Igreja (OLIVEIRA, 2008).

A tentativa não surtiu efeito, pois o Governador do Piauí, no período, também era definido como comunista, por suas declarações públicas de apoio à reforma agrária. Como foi dito anteriormente, a mídia produziu diversos textos criticando o governo e construindo uma ideia negativa do comunismo e conseqüentemente, do movimento dos agricultores.

Na tentativa de fortalecer as ações da CPT e fortalecer o discurso de uma igreja anticomunista, Dom Avelar apoiou a criação de um programa de rádio chamado “Desperta camponês”, na rádio Pioneira, emissora católica. A iniciativa recebeu críticas e logo após o golpe de 64, o programa foi cancelado e a prisão do radialista responsável pelo programa foi decretada (OLIVEIRA, 2008).

Jose Esperidião chegou a ser entrevistado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada pela Câmara Federal, em 1962. A CPI investigava as denúncias de violência no campo e visitou os Estados nordestinos naquele ano. Outros nomes de destaque deste período são o Irmãos Lopes, José Ribamar e Luís Jose Ribamar ou Luís Edwirges, da cidade de Campo Maior, responsáveis pela criação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Campo Maior – ALTACAM (SOUZA, 2013).

Segundo Atanásio & Rocha (2013), a ALTACAM foi combatida pelos fazendeiros, incluindo ameaças aos que comparecessem as reuniões. A igreja católica também se mobiliza contra a associação e organiza uma nova entidade para representar os camponeses: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Maior – STRCM, composto por dissidentes da ALTACAM, incluindo seu presidente, Antônio Damião de Sousa. As duas entidades lutavam pela condição de entidade legítima das reivindicações dos trabalhadores rurais em Campo Maior. Com a Ditadura Militar, os líderes dos dois sindicatos foram presos, acusados de subversão, pois para o Estado, todos os movimentos estavam comprometendo a “ordem” vigente, independente da origem de sua organização.

A história dos sindicatos rurais precisa ser resgatado a partir da visão da população rural, com as histórias de resistência e de violência, dimensionando o papel do Estado na manutenção ou transformação desse cenário. Com o fim da Ditadura Militar e início do período da redemocratização é o tempo que o MST realiza a primeira ocupação no Estado do Piauí, na Fazenda Marrecas, em 1989, no município de São João do Piauí. Atualmente o MST está organizado em três regionais no Estado, com 28 assentamentos, com quase 5 mil famílias assentadas e seis áreas com acampamentos (MST, 2015).

5.2. A luta pela terra no Assentamento Cajueiro

5.2.1. O Estado do Piauí: localização e demografia

O município de Parnaíba está localizado na Região Norte do Estado do Piauí, com 145.729 hab., distribuídos na zona urbana (137.507 hab.) e rural (8.222 hab.). Compõe o

Território da Planície Litorânea, agregando municípios do Piauí, Maranhão e Ceará, que articulam projetos econômicos e turísticos, de forma integrada.

Figura 6: Localização do município de Parnaíba



Fonte: wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Parna%C3%ADba>. 2016

O município de Parnaíba integra o projeto de turismo Rota das Emoções, a Zona de Processamento das Exportações/ZPE e o Projeto de Irrigação Tabuleiros Litorâneos. Estes empreendimentos têm mobilizado investimentos públicos e privados e colocado o município de Parnaíba entre as cidades que mais crescem, economicamente, no Estado. A população do município concentra-se na zona urbana. Na zona rural a população se distribui nos três assentamentos do INCRA: Monte Alegre (20 famílias), Lagoa do Prado (23 famílias) e Cajueiro (54 famílias) e demais áreas

O município de Parnaíba viveu diferentes ciclos de produção, desde a pecuária onde aparece como importante exportador de charque, o ciclo da carnaúba, do algodão. Atualmente, estrutura sua economia no setor turístico, no comércio e na fruticultura irrigada. Resultado da concentração de terras que estruturou a questão agrária no Brasil, o município também testemunha os conflitos de terra que surgem em seu território e entorno. A formação de assentamentos no município representa, além da mobilização do MST, a urgente questão da reforma agrária que se insere na vivência de municípios de pequeno e médio porte.

A função da terra, para assentados e irrigantes, tem razões distintas. Para o assentado, reside no direito de propriedade familiar onde o regime de trabalho se caracteriza pela produção baseada no consumo da família e contratação esporádica. No Projeto de Irrigação, as empresas e irrigantes precisam manter a propriedade produtiva e garantir o retorno

dos investimentos concedidos. Nessa contradição, encontram-se as relações entre o Assentamento Cajueiro e o Projeto de irrigação.

Nesta tese será destaca-se o trabalho do MST, como mediador da conquista do espaço feito território. No entanto, considerando a articulação realizada com outras entidades, é citado o trabalho da Comissão Pastoral da Terra/CPT, do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais/ STTR e do Centro de Assessoria dos Movimentos Sociais/CAMP, ONG que realizou ações junto aos movimentos sociais, em Parnaíba, e que se encontra em inatividade. A prioridade na análise de uma entidade não tem a intenção de reduzir a importância de outras, pois se entende que a articulação entre elas não pode ser desconsiderada. Nesta tese houve a necessidade de delimitação da análise, recaindo-se desta forma no MST, tendo em vista seu papel de mobilizador e organizador dos trabalhadores sem terra na ocupação e formação do Assentamento Cajueiro.

5.2.2. O território dentro do território – de acampamento a assentamento

A luta por um lugar para morar iniciou-se em 1996, por diferentes sujeitos de várias cidades do Piauí e Ceará, os quais foram mobilizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST para ocupar terras improdutivas no norte do Piauí. Segundo relatos dos entrevistados, eles souberam desse espaço por meio de uma reportagem na televisão que indicava áreas ociosas no Estado. A luta pela posse da terra deu-se através da ocupação da área que pertencia ao Departamento de Obras Contra Seca/DNOCS. Essa organização teve apoio da Comissão Pastoral da Terra/CPT e Centro de Assessoramento dos Movimentos Sociais/CAMP. No período inicial de ocupação, mais de 200 pessoas ocupavam a área, sob lonas, e assim permaneceram até 2003.

A organização do acampamento contou ainda com o apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Luiz Correia e Buriti dos Lopes, municípios limítrofes a Parnaíba. Durante oito anos, estas famílias resistiram sob os cajueiros, nas barracas de lona, recebendo contínuas ordens de despejo que eram revogadas através da assessoria jurídica do MST.

A área em litígio, segundo o DNOCS, compunha o espaço destinado ao Projeto de Irrigação Tabuleiros Litorâneos, o qual seria gerido pelo governo estadual, com financiamentos governamentais e parcerias público-privadas. Na época da ocupação, o projeto não estava em pleno funcionamento e aguardava investimentos para finalizar sua estrutura e assim os lotes não estavam totalmente ocupados. Durante o período do acampamento, MST, CPT e CAMP

contribuíram com as famílias de assentados, estruturando o acampamento para garantir as condições mínimas para sua permanência.

A ocupação ocorreu no primeiro mandato do Governo FHC (1995- 1998), o qual apresentou uma carta programa: Reforma Agrária – Compromisso de Todos. O documento cita o MST e a CONTAG como movimentos sociais que lutam pela reforma agrária. Neste período, estes movimentos desenvolviam atividades em conjunto, mas disputavam o lugar nos espaços de interlocução e possuíam formas distintas de mediação (MARQUES, 2006; GONÇALVES, 2004). O documento ainda cita que MST e CONTAG apoiavam parlamentares eleitos, de diversos partidos e que integravam a base parlamentar de apoio ao governo (BRASIL, 1997). A indicação do texto demonstra que os mediadores se articulavam com a base governista, ampliando suas estratégias de pressão e luta.

Nos confrontos e nos diálogos com o Estado, o MST foi se consolidando como interlocutor entre o Estado e os trabalhadores rurais sem terra. A estratégia de ocupação (formação dos assentamentos) e a repercussão internacional dos casos de violência no campo tornaram-se visíveis ao Estado e a sociedade, este segmento da população e seus problemas (LEITE, S. et al, 2004). A resposta do Estado à ocupação foi a desapropriação da área, que não era concretizada pela intervenção do setor jurídico do MST. A lei foi utilizada por ambas as partes, Estado e movimentos sociais, como estratégia de defesa de seus direitos e de correlação de forças. Fernandes (2000, p.07) considera que a intervenção do Poder Judiciário se torna uma nova cerca para impedir as ocupações, através das prisões e desocupações. Para o autor, “o poder judiciário mostra sua face, descoberta pela realidade recém-construída pelos sem terra”. De outra forma, foi através do poder judiciário que a ocupação foi mantida, indicando que as instituições do Estado podem ser utilizadas pelos movimentos sociais na defesa de seus interesses, ou seja, o seu aparato repressivo também tem uma ação positiva quando os movimentos e apossam de suas estratégias para defender seus direitos. (POULANTZAS, 1984). O MST organizou ações para garantir a posse da terra, através da mediação com o DNOCS e também com a assessoria jurídica na medida em que a judicialização dos conflitos agrários faz com que a lei seja utilizada por ambos os lados.

O Estado articula e participa de um jogo de estratégias envolvendo as classes que reivindicam seus interesses em relações conflituosas. Neste embate de interesses, o Estado é convocado a evitar e/ou mediar os conflitos, quando, normalmente, utiliza a legislação como caminho para a resolução do conflito.

No período em que ocorre a formação do Acampamento Cajueiro, o Estado assumiu um discurso de apoio a reforma agrária, conforme a carta programa do governo, sendo

um período de muitas ocupações e de famílias assentadas. Porém não foi possível alterar um quadro de centenas de anos de concentração de terras e de situações tão complexas (GOLCALVES, 2004; FERNANDES, 2008, MARQUES, 2006). Posteriormente, o Estado modifica as propostas e apresenta uma forte repressão aos movimentos sociais rurais.

O MST reconhece a ocupação como o primeiro passo para a desocupação e conquista da terra. No período de 1999 a 2002, o Estado impõe a criminalização dos movimentos sociais rurais, atingidos pela Medida Provisória nº 2.109-52, com sanções a quem participasse das ocupações. O resultado foi a diminuição do número de famílias assentadas e a busca de novas estratégias para inibir a violência (FERNANDES, 2000). A mobilização dos movimentos sociais e a pressão internacional ainda impactada com os crimes e conflitos no campo possibilitou uma redução nos casos de desapropriação violenta e pistolagem.

Assim, discutir as estratégias de mediação dos assentamentos, significa atentar para uma multiplicidade de relações em que a articulação e a disputa são presentes e onde trajetórias diferenciadas implicam resultados diversos, impedindo qualquer procedimento apressado de generalização. Na relação entre os atores territoriais, desvela-se a forma de organização social e produtiva, condições de vida, relações com o poder local e com as políticas públicas de âmbito local ou não, participação política, alterações demográficas e no padrão de distribuição fundiário e os efeitos ambientais. Como os assentamentos podem afetar a formação do território?

Em diferentes aspectos, os assentamentos impactam a dinâmica territorial. Eles representam um grupo diverso que se integra ao território e altera a distribuição de terras, fragmentando uma área. Os investimentos destinados ao processo de consolidação e projetos produtivos são integrados a economia local e movimentam o mercado através da construção das casas, compras de equipamentos e insumos agrícolas; a população rural é ampliada no contra fluxo do êxodo, por vezes ocupa áreas isoladas e redistribuindo a população do município, produz e consome mercadorias e se integra a rede de produção e consumo da região e impacta o ambiente. Assim, diz-se que as diferentes ações desenvolvidas nos assentamentos desvelam uma realidade rural diversificada.

5.2.3 O acampamento e a organização política gerou o assentamento

Os acampados iniciam um novo cotidiano, adaptando-se ao espaço e aos demais integrantes do grupo. Na dinâmica de ocupação, muitos grupos de uma mesma família participaram e essa proximidade familiar favoreceu a formação das primeiras redes de

solidariedade. A lógica das barracas, feitas de lona e organizadas lado a lado, já conduzem uma aproximação, minimizando o espaço privado. Enquanto essa integração acontece, o MST articula a organização social, política e produtiva. A organização social se faz na separação de atividades no acampamento, a organização política integra os encontros de formação e socialização do saber político e a organização produtiva envolve a seleção de culturas, obtenção de sementes e equipamentos e preparo do plantio. Esta divisão é somente didática, pois elas se integram e se articulam no processo de fazer do assentamento um lugar social. A área ocupada deixa de ser espaço e se transforma em território, através das dinâmicas sociais. A chegada ao novo lugar é cheia de expectativas e tensões, a acolhida inicial facilita o processo de integração.

Entrevistado A: Quando a gente chegou aqui, o pessoal (CPT e CAMP) já *tava* esperando a gente com água, comida e as lonas. A cidade já sabia que a gente tinha chegado. Era muita gente chegando e se ajeitando debaixo dos cajueiros. Todo mundo ia se ajudando, ninguém começa nada sozinho.

O período do acampamento marca o processo de formação política dos assentados. Coordenados pelo MST, CPT E CAMP, as reuniões são momentos de partilhar informações e organizar ações que ajudem na conquista da terra. Nessas reuniões havia também a avaliação dos resultados das ações encaminhadas e realizadas. Aos poucos, os acampados se integram ao novo lugar e vão construindo suas raízes. Segundo Gonçalves (2004) o espaço comunicativo é o lugar do conhecer e do aprender e também da construção da cidadania. Ao abrir o espaço para manifestação pública de interesses e incertezas, se avançava na organização do movimento social e se consolidava o projeto de luta dos trabalhadores rurais sem terra.

Entrevistada B: A gente ia pra reunião e ficava escutando. Dava vontade de falar, mas eu falava em casa, com o marido. Ia treinando, né? Falando das coisas da reunião. Pra chegar no jeito de falar na frente do povo todo foi luta!

Entrevistado C: Na reunião a gente tinha que decidir tudo que ia fazer. E tinha muita reunião. A gente demorou a acostumar com tanta reunião.

O período do acampamento oportunizou a participação dos trabalhadores rurais sem terra em uma dinâmica participativa. Mulheres e homens travavam diálogos internos, diálogos

em seu espaço privado até conseguirem superar suas dificuldades e assumir posicionamentos na reunião, de forma pública. Os entrevistados relatam que seu interesse em participar da Associação, como representante dos moradores, foi iniciado ainda no tempo do Acampamento, quando participavam da formação política.

Para o MST, homens e mulheres desenvolvem atividades de forma igualitária. Essa visão do MST é um construto histórico, resultado de uma série de modificações internas em sua forma de ver a luta pela terra. A divisão dos papéis dentro do assentamento do MST não é um fenômeno natural ou fixo, as relações conjugais e de poder são criações humanas e sociais, portanto, suas (re)definições e transformações acompanham as mudanças sociais em sua totalidade, reorganizando-se continuamente.

Na própria trajetória de mobilização, MST, sindicatos, associações e demais entidades representativas da questão rural foram incorporando Grupos de Trabalho, Secretarias, Setores que discutem a questão de gênero no âmbito público e privado, pois o perfil de inserção da mulher no trabalho também abrange as mudanças na estrutura familiar, antes assumindo exclusivamente as funções domésticas hoje ela acumula o desafio do cuidado e do sustento da família (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Na visão do MST, a organização de atividades no acampamento evita uma orientação sexista, homens e mulheres assumem diversas atividades, desde a educação, segurança, saúde e alimentação. Assim, o MST media um processo de ruptura nas formas de entender papel de homem e papel de mulher, considerando que a luta pela terra é uma luta da família, todos e todas são integrados igualmente, ampliando a participação para idosos e crianças. Para muitas mulheres que compõe o acampamento esta é a primeira experiência em que conseguem ser visibilizadas ou ter uma experiência coletiva, do encontro com o outro, a outra. Essa experiência inicial é muito importante pois é o tempo que as famílias passam a se conhecer e conhecer suas histórias. As mulheres se re- conhecem e aprendem a assumir novos papéis na esfera pública.

Entrevistado A: As mulheres aqui tem ação, é tudo de luta.

Entrevistada C: Aqui a gente se protege, se ajuda. A gente fica de olho que tem homem que veio sem costume das coisas. Aí não pode deixar se criar.

Na fala dos entrevistados percebe-se o reconhecimento da força e da participação das mulheres, porém essa percepção não é homogênea. O homem que chega “sem costume” é aquele que ainda tenta submeter mulheres e estabelece relações de dependência. No período das barracas, a falta de privacidade inibia ações violentas, mas a construção das casas exigiu uma nova forma de estabelecer a segurança das mulheres e garantir sua ativa participação nas atividades políticas e produtivas. As mulheres reconhecem que participar do acampamento oportunizou uma série de conquistas e estruturou novas relações entre homens e mulheres, mas que esta conquista deve ser preservada.

O reconhecimento da necessidade do critério de gênero representa a desigual situação que homens e mulheres vivem, nas várias esferas sociais, resultado da construção desigual de poder entre os sexos. O debate acerca das relações de gênero perpassa por vários vieses do cotidiano e da interligação de diferentes formas de negação de seus direitos na posse da terra. Essas hierarquizações das relações sociais de gênero (re)traduzem desigualdades que têm colocado as mulheres em uma posição de inferioridade e opressão, em particular, as mulheres na produção rural, onde seu trabalho é considerado como “ajuda”.

Desse modo, este segmento vive sobre precárias condições de vida e com poucas oportunidades de inclusão na sociedade contemporânea. Neste aspecto, torna-se salutar abordar a categoria, pois, dentro nas relações sociais no campo, pode-se observar a forma que esse fenômeno se configura no espaço feminino, tanto no âmbito das relações pessoais quanto no das vinculações institucionais.

A compreensão da subalternização e a reelaboração da visão de mundo têm sido fundantes para que as mulheres protagonizassem, dentro da luta pela terra, a luta de gênero. Neste processo, ressalta-se a politização dos interesses práticos de gênero e sua transformação em interesses estratégicos, a partir da intencionalidade sociopolítico-educativa. A participação das mulheres camponesas nos movimentos sociais de luta de classe em nível local, nacional e transnacional, sua articulação interna e sua organização específica têm ampliado seu saber social, o que contribuiu para seu empoderamento, e consequentemente, sua ação estratégico-organizativa. Essa articulação movimentou setores da estrutura do Estado que começaram a incluir a questão de gênero nas políticas públicas.

5.2.4. A escola: uma conquista do acampamento

Em 2000, uma reivindicação importante foi atendida: a construção da escola. Para esta conquista foram realizadas reuniões com o representante municipal, sem retorno efetivo, e depois foram realizadas três ocupações no prédio da Prefeitura. Os acampados iam de carroça e ficavam durante todo o dia aguardando um posicionamento dos setores responsáveis. As ocupações ao prédio da Prefeitura de Parnaíba indicam outra estratégia utilizada pelo MST: a ocupação de prédios públicos. Estas foram realizadas em diversas situações. Na recusa ao diálogo ou na demora do atendimento, as ocupações representavam uma forma de “estar presente” e pressionar por respostas.

As ocupações ao prédio envolviam homens e mulheres, idosos e crianças, ou seja, era de interesse da família, do acampamento e para isso estavam dispostos a deslocar-se até a Prefeitura, realizar as refeições no prédio e ocupar sua estrutura física. Essas experiências coletivas ajudaram a forjar a identidade do grupo, pois, segundo Fernandes (1996) o movimento dos sujeitos é a espacialização do movimento, quando eles levam suas experiências para outros lugares e refazem sua formação. Na ocupação faz-se a manifestação pública de seus interesses, mas também se visibiliza a negação do Estado ou a não efetividade de suas ações.

A conquista da escola teve diferentes significações. Além de garantir a escolaridade dos filhos de acampados, o prédio escolar foi utilizado para as reuniões. A escola também possuía um sistema de captação de energia solar para produção de energia elétrica, assim os acampados podiam assistir televisão, pois ainda não havia distribuição de energia nas residências. O nome da escola foi escolhido pelo grupo, homenageando o Padre Jósimo Tavares.⁸ A escolha do nome da escola demonstra o nível de autonomia atingido pelo grupo que nem sempre encontramos na dinâmica urbana, mas a nomeação do prédio exigiu a resistência dos acampados.

Entrevistada B: Quando cheguei de viagem a escola tinha nome: Monteiro Lobato. Passaram por cima do que a gente tinha escolhido e eu disse que a gente não ia botar

⁸ O Padre Jósimo Tavares foi assassinado no dia 10 de maio de 1986 (dia das mães, na época), com 5 tiros, quando subia as escadas do prédio da Mitra Diocesana de Imperatriz/MA, onde funcionava o escritório da CPT Araguaia-Tocantins. O padre Jósimo era coordenador da CPT no Bico do Papagaio, região marcada por conflitos agrários, na época pertencia o Estado de Goiás e hoje pertence ao estado de Tocantins. <http://www.familiamissionaria.com.br/artigo.asp?area=13&cat=30&sub=23&catsub=22&artigo=304>

nome de quem a gente nem sabia quem era. Já estavam até pintando (o nome da escola) e mandei parar. Fui direto na prefeitura pra resolver e ficou o nome do padre.

A homenagem representou uma forma de manter viva a memória dos ativistas assassinados na luta pela reforma agrária e de reafirmar a identidade do lugar como experiência de resistência e conquista. A construção da escola indicou que o Estado reconhecia a existência do grupo e que suas reivindicações podem ser atendidas.

Figura 7: Escola Municipal no Assentamento Cajueiro



Fonte: Acervo da Pesquisadora. 2016

A partir de 2003, o Estado assumiu outra forma de mediação com os movimentos sociais. O INCRA, agência mediadora do Estado integrou, de forma mais efetiva, o cenário de negociações pela terra. Destaca-se que a superintendência do INCRA era assumida por um ativista da CPT. O fato de um membro representativo dos movimentos sociais compor a estrutura estatal demonstra uma forma de cooptar e controlar os movimentos e dividir sua base. Mas, também representa outra forma de mediação com o Estado, através de pessoas, grupos que reconhecem os resultados das reivindicações dos movimentos. Nestes processos, nem o Estado controla efetivamente os movimentos sociais e nem os movimentos sociais alteram a estrutura do Estado. O MST retoma os diálogos com o INCRA e a área ocupada é desmembrada do projeto original do Projeto de Irrigação e inicia o processo de organização do Assentamento.

Figura 8: Localização do Assentamento Cajueiro/Projeto de Irrigação



Fonte: Google Maps. 2016.

A espacialização do MST realizada por meio da ocupação da área estruturou novas relações entre os irrigantes e os assentados. Estes não estavam mais de forma provisória na área, agora integravam o território de forma oficializada.

5.2.5. Travessia inconclusa – o Assentamento Cajueiro

Com a criação do Assentamento, o Incra, desenvolveu o programa de consolidação de assentamentos. Este programa contemplou as 54 famílias que permaneciam no local e foram cadastradas. O INCRA realizou treinamento para construção de casas em regime de mutirão, esta etapa foi estruturada através de aspectos de autoconstrução, autoajuda e autogestão das famílias. Todas as ações desenvolvidas incluíam algum grau de participação comunitária.

Os membros do assentamento organizam-se também na Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras do Assentamento P.A. Cajueiro/ATRAC e iniciam seus trabalhos em 2004, após a construção da sede da Associação.

Figura 09: Sede da ATRAC – Assentamento Cajueiro



Fonte: Acervo da Pesquisadora. 2016

Entre as primeiras ações do ATRAC está a definição do nome, a eleição da direção executiva e o conselho fiscal, conforme pode ser visto na transcrição da primeira Ata da Associação.

Ata de escolha do nome de aprovação do estatuto e fundação da associação de trabalhadores e trabalhadoras rurais do assentamento Cajueiro - ATRAC

Aos 08 do mês de maio de 2004, na Unidade Escolar Padre Jósimo Tavares NP Assentamento Cajueiro, Município de Parnaíba Piauí. Reuniram em assembleia geral os assentados e assentadas juntamente com representante do MST e do CAMP. A reunião teve início às 08:00h, a abertura foi feita pelo representante da coordenação regional do MST (...) em seguida a palavra foi falada para a também representante do MST (...) que explicou como seriam conduzidos os trabalhos. O primeiro ponto discutido foi sobre o nome da Associação de trabalhadores e trabalhadoras rurais do assentamento cajueiro (ATRAC). Depois de aprovado o nome da associação, foi feita a leitura do estatuto e explicado item por item, sendo aprovado o estatuto com 11 capítulos, e 33 artigos, todos presentes comprometeram-se em obedecê-lo. Após aprovação do estatuto passamos para o terceiro ponto da assembleia que foi o processo da eleição para diretoria executiva e para o conselho fiscal. A eleição se deu por aclamação. (...) O representante do Camp (...) falou sobre a importância de uma associação para a comunidade. A representante do MST falou da importância de todos continuarem unidos e contribuíram para o bom funcionamento da associação no assentamento, sem mais nada para discutir no momento a reunião termina às 13:00h.

O texto da ata demonstra o papel do MST e do CAMP no início das atividades da Associação, contribuindo com o processo de formação da primeira diretoria e discutindo o estatuto da associação. O MST entende a importância da organização local no fortalecimento das ações, pois uma articulação coesa contribui com o sistema de ações. A experiência em

outros assentamentos, que não conseguiram desenvolver atividades e viviam em condições precárias, demonstrava uma distância entre o projeto do Estado e a realidade nos assentamentos. Portanto, a capacitação dos membros do Assentamento seria um caminho para superar as crises que certamente surgiriam e a associação é uma forma organizativa.

Alentejano (2004) argumenta que a imposição do INCRA, para a criação de entidade(s) de representação com responsabilidade judicial, no caso, a ATRAC, é uma nova forma de controle dos movimentos sociais. A criação da entidade é uma condição para a liberação dos recursos para efetivar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). O Estado tenta cooptar o movimento, criando mais uma fase no processo de mediação (via associação) e descentralizando o poder de decisão e o MST tenta subverter a estratégia de controle, integrando suas dinâmicas e da CPT na condução dos trabalhos da associação.

A participação da população do assentamento na formulação dos projetos de desenvolvimento para a agricultura tem sido uma área de controvérsia política e teórica desde o seu início. Existe a noção de que, ao incorporar os usuários no processo desde seu estágio inicial, o processo se torna mais sensível para as suas necessidades e que é possível usar o potencial das pessoas em termos de trabalho e gestão. Também se identifica uma redução de custos em alguns processos, vide a construção das casas em regime de mutirão, a elaboração de projetos.

Com a demarcação e a distribuição dos lotes, o assentamento passou a funcionar com sua capacidade total: 54 famílias. Dividiu-se a área de habitação e de produção. A preocupação com as novas gerações foi identificada quando destinou parte do lugar para casas novas. Assim, nas primeiras reuniões, a ATRAC teve que definir como integrar as famílias que moravam na área, antes da sua chegada e que foram inseridas ao território do assentamento.

Ata da assembleia da associação dos trabalhadores e trabalhadoras do assentamento PA Cajueiro (ATRAC)

Aos seis de junho de dois mil e quatro (06.06.2004)

Assembleia foi realizada na comunidade Ninga que essa comunidade pertence ao Assentamento Cajueiro (...) A abertura foi feita pela representante executiva da associação (...) e depois fez a apresentação das pessoas que representa as entidades (...) MST, o representante do INCRA (...) e um representante do Camp (...). Depois a palavra foi voltada para a representante da associação (...) que ele os pontos de pautas que iam trabalhar. Os pontos seguintes cria a questão dos irrigantes. O segundo ponto era a questão de algumas famílias que ficam dentro da área do assentamento, discutimos que as famílias pertencem ao Assentamento. O INCRA iam pagar uma indenização pela *bem feitura* de cada um e que essas mesmas pessoas se quiser continua trabalhando o MST iam até os DNOCS para tentar negociar uma área, e ficou também acertado que as famílias que pertence a área do assentamento tinham um prazo de dois meses para saírem da área, com os irrigantes não houve um bom dialogo porque os irrigantes queria uma área, um braço de nós e não vamos concordar(...).

Para discutir a presença das famílias que não participaram da ocupação, pois já residiam na área, a ATRAC busca a mediação do MST junto ao DNOCS na tentativa de conquistar uma nova área. Em outra ata, esta mediação garante uma reordenação do espaço. A articulação entre o INCRA, o MST e CAMP, durante a reunião mostra que há uma interlocução direta entre assentados, membros da Comunidade, Estado e movimentos sociais. Como proposta, está a integração ao Assentamento para a Comunidade Ninga, indenização pelo Incra e a busca de uma nova área para as famílias que não aceitassem ficar no Assentamento, ficando sob a responsabilidade do MST a negociação da área com o DNOCS.

O MST utiliza essa estratégia de colocar o representante do Estado próximo da realidade vivida, assumindo compromissos e se posicionando. No trecho transcrito, identificou-se o conflito entre os assentados e os irrigantes, que tentaram negociar uma parte da área, “um braço de nós” que não foi acordado. A localização do Assentamento está nas margens do Rio Parnaíba, que permite o plantio de vazantes, o que teria motivado o interesse dos irrigantes. Nas entrevistas, eles citam que os irrigantes tentaram “trocar a terra”, oferecendo uma área mais próxima da BR – 343, via de acesso ao Projeto de Irrigação.

Os conflitos territoriais foram sendo resolvidos com a mediação dos movimentos sociais e o Estado. A espacialização do movimento promoveu uma discussão com grupos ainda não integrados nas políticas agrícolas na área, pois não se caracterizavam como assentados ou como irrigantes, mas mantinham algo em comum com eles: a agricultura.

No mesmo território a relação com a terra encontra-se diferentes formas, tanto no que se refere ao processo de produção agrícola e quanto nas relações de produção. O Assentamento estrutura assim, novas alianças ao integrar a Comunidade Ninga e as famílias que já estavam no local e também começa a se posicionar na defesa da terra, no diálogo com os irrigantes. Isso não quer dizer que as relações com estes grupos se dê exclusivamente na oposição ou na concordância. O cotidiano se constrói nas diferenças, nas particularidades e adequações.

As demais fases de estruturação do Assentamento, como serviço de água encanada e luz elétrica chegaram através da pressão da ATRAC e MST que, mobilizando os residentes, ocuparam o prédio do INCRA, buscando o que estava previsto no projeto de consolidação do assentamento. Porém, as greves e as transições causam descontinuidade nas ações da entidade, especialmente sobre a assistência técnica, como apresentado no trecho a seguir:

Ata da Assembleia geral do Assentamento P.A Cajueiro.

Reuniu-se em assembleia geral do assentamento no colégio Padre Jósimo.

No dia vinte e quatro de novembro de dois mil e sete (24.01.2007) as seis e trinta. Estiveram presentes representantes do INCRA (...), e (...) representando a associação como secretaria executiva da Boas vindas a todos e Iniciou os trabalhos e depois repassa a palavra a (...) que falou sobre os trabalhos da (ATEE) para o bom desenvolvimento dos assentados, mereci uma assistência técnica de boa qualidade. O INCRA tentou trabalhar com mais qualidade mais muitas vezes faltou participação do INCRA e como também da assistência técnica como podemos comprar algumas coisas, porque muitas vezes faltou capacitação entre um e outro. A Avaliação é de dois mil e seis a dois mil e sete. Conversamos também sobre núcleos de famílias. (...) tem que ter participação, uma presença do INCRA e a assistência técnica tem que permanecer com eles ou sem eles. Outro problema, a questão da greve do INCRA e a transição de quem vai para assumir o INCRA. (...)

Um serviço básico aos assentados é a assistência técnica, mas o INCRA não consegue atingir suas metas por conta das greves e a descontinuidade na gestão das ações, via mudança na superintendência.

A partir de 2004, inicia o programa de consolidação do assentamento. Cada etapa estava vinculada a um programa governamental. Através do Programa Nacional de Habitação Rural foram construídas as casas, em 2004. O Programa Luz para todos foi implantado em 2007, após os assentados descobrirem que o responsável pelo projeto estava visitando Parnaíba e se organizaram para levá-lo até o Assentamento. Segundo depoimentos dos entrevistados, os assentados prevendo um atraso na instalação elétrica, fizeram toda a instalação externa nas casas “pra não ter desculpa”, ou seja, pra não ter demora na instalação. Em 2010 o Assentamento recebeu calçamento nas ruas de acesso e em 2012 eles conseguiram o serviço de água encanada. Até o período da distribuição de água nas residências, o abastecimento era feito através de poços que foram fechados quando a Agência de Águas e Esgotos do Piauí/AGESPISA disponibilizou os serviços na área.

Cada etapa da consolidação do assentamento envolveu outras instituições, ampliando o processo de mediação. Para Gonçalves (2004) isso representa como o Estado não possui ou nega a perspectiva da totalidade da produção do espaço, denotando que sua visão do processo de consolidação do assentamento é fragmentada e/ou distorcida da realidade. Os programas são interrompidos, etapas são atrasadas e concluídos fora do tempo esperado.

Pode-se afirmar que o Assentamento demorou quase 10 anos para receber os serviços básicos. Para cada projeto, os residentes do assentamento tiveram que se mobilizar e ocupar prédios públicos, fazer manifestações e marchas.

Outra etapa do processo de consolidação dos assentamentos é a disponibilidade de créditos pra estruturar seu Projeto de Desenvolvimento do Assentamento/PDA, exigido pelo

INCRA para liberação dos recursos que oferece assistência técnica para a elaboração e execução do projeto.

O MST, mesmo após a criação do Assentamento, continuou acompanhando seus residentes e sua preocupação justifica-se pois cada assentamento que não consegue desenvolver-se é usado pelo Estado, mídia ou bancada ruralista para desacreditar o programa de reforma agrária. A busca, através de reuniões e formações continuadas, é que as pessoas resistam, permaneçam e produzam, ou seja, que o PDA seja executado de forma exitosa e o Acampamento tenha independência financeira. Porém, a execução do PDA possui muitas dificuldades, principalmente pela ausência de acompanhamento técnico.

Entrevistado C: A gente espera, espera (técnico) e não aparece. Às vezes eles tão de greve e aí já passou o tempo de resolver. A gente tentou criar peixe nos tanques aí deu problema, *tava* dando certo não. Quando o técnico apareceu a gente já tinha perdido o serviço, morreu tudo.

O processo de consolidação do Assentamento, no discurso oficial, é eficiente, mas no cotidiano pesquisado, cada conquista deu-se com pressão e mobilização dos movimentos sociais rurais. Atualmente outras demandas compõe a pauta dos assentados que agrega solicitações com diferentes níveis de complexidade: a instalação de um orelhão para chamadas de emergência (ambulância e polícia), a instalação de seção eleitoral na escola, coleta de lixo e a reforma das casas. A partir dos depoimentos, pode-se entender como eles vem organizando suas atividades:

Entrevistado A: A gente faz assim, chama o MST e o CPT que arruma os ônibus, e a gente vai pro INCRA. Mas a gente vai com as outras associações (de assentamentos) e quando chega lá eles recebem a gente. Aí cada representante de associação entra e fala o que quer e os outros esperam, dentro do INCRA.

Percebe-se que as associações se tornaram novos mediadores junto ao Estado e integram uma rede maior de articulações, que envolvem o MST, CPT e STTR. A ocupação de prédios públicos se mantém como estratégia para estes serem ouvidos e tenham suas demandas atendidas. Percebe-se nos depoimentos que a estrutura de mobilização foi ampliada e a rede de solidariedade também. Mesmo que a luta não seja exclusivamente deles, os assentados apoiam as causas de grupos em ocupações ou na pressão por serviços junto ao INCRA.

Entende-se que a proposta de participação nas decisões, tem construído uma ideia de plena interferência nas decisões ou ampliação do poder dos mediadores. Para Poulantzas:

o vício fundamental de tal concepção, pelo menos no quadro de uma sociedade caracterizada por um conflito de classe, é, por um lado, o de uma concepção voluntarista do processo das “decisões”,

menosprezando a eficácia das estruturas, e o de não poder localizar exatamente, por detrás das aparências, os centros efetivos de decisão no interior dos quais funciona a distribuição do poder; (POULANTZAS, 1971, p. 120)

A participação nas mediações exige cada vez mais informações e por isso o MST tem organizado ações para garantir a coesão do grupo e a formação de seus dirigentes e novas gerações. Superar a aparência dos processos decisórios torna-se um desafio frequente.

Os assentados não possuem a terra, de forma definitiva, eles assinam um Contrato de Uso e Posse realizado entre assentados e o INCRA, após 10 anos de contrato eles assinam um novo acordo, que passa o lote de terra para o trabalhador rural. O Contrato de Uso e Posse contou com uma particularidade: a Lei Ordinária no 981/2003 tornou compulsória a inclusão da mulher no acesso à terra de reforma agrária, assim todos os contratos do Assentamento Cajueiro integram como principal beneficiário, a mulher.

5.2.6. A fronteira no Assentamento

Segundo Martins (1997, p. 150) a fronteira, “à primeira vista, é o lugar do encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres de outros. Mas o conflito faz com que a fronteira seja, essencialmente, a um só tempo, um lugar de descobertas do outro e de desencontro.,

O autor desenvolve ainda, durante o período em que esteve vinculado a CPT, os conceitos estratégicos que vão contribuir para caracterizar as contradições da questão agrária envolvendo o Assentamento Cajueiro, ou seja, terra de trabalho e terra de negócio.

A função da terra, para assentados e irrigantes, tem razões distintas. No assentamento a terra, reside no direito de propriedade familiar onde o regime de trabalho se baseia no trabalho da família, com colaborações esporádicas que podem ser remuneradas ou não, pois às vezes a “paga” é feita com os produtos da colheita ou na permuta de atividades. O resultado excedente da colheita é vendido em feiras locais, direto ao consumidor.

No Projeto de Irrigação temos o irrigante, que adquiriu o lote através de edital de licitação do DNOCS obtendo o direito de uso da terra, através de Contrato de Concessão de Uso, devendo manter a propriedade produtiva. O irrigante tem um compromisso com o

mercado, seu planejamento envolve o escoamento da produção para o mercado interno ou externo.

De um lado temos a terra do negócio, lotes adquiridos com o objetivo de serem produtivos. Do outro lado temos o Assentamento e sua proposta de terra de trabalho, lugar de moradia, plantio e ação comunitária. Nessa contradição vamos encontrar as relações entre o Assentamento Cajueiro e o Distrito de Irrigação.

Para Martins (1997), os conceitos de terra de trabalho e terra de negócio representam as contradições da questão agrária, pois os assentados e irrigantes vivem conflitos sociais, mesmo que não se apercebam desta realidade. O assentado vive duas realidades distintas, ao tempo que ele assume a produção do seu lote, trabalha na produção do lote do irrigante, vende sua força de trabalho e se submete às condições impostas pelo vínculo remunerado.

Outro conceito apresentado por Martins (1997) é da fronteira agrícola. Entende-se que suas análises surjam, na realidade, na discussão sobre a expansão da fronteira agrícola ocorrida no Centro-Oeste e Amazônia brasileira. Entende-se que conceito supera a limitação geográfica e contribui para o entendimento da realidade no projeto de irrigação/assentamento.

A fronteira é o espaço da reprodução do capital é também o local de (des)encontro de diferentes tempos históricos. O assentado e sua terra de trabalho, resultado de um tempo histórico tramado de lutas e resistências coexiste com o irrigante e sua terra de negócio, resultado dos projetos de irrigação implantados pelo Estado e que objetiva a produção de alimentos. O desencontro das temporalidades históricas indica que cada grupo se deslocou e está situado em tempos distintos da história. No caso do assentamento, este encontro, ou desencontro se dá em diferentes formas.

O irrigante, personagem que surge a partir dos projetos de irrigação presentes em várias regiões brasileiras, geralmente é oriundo de diferentes estados ou agricultores locais. O irrigante participa de uma licitação promovida pelo DNOCs para adquirir lote(s) e recebe a concessão para produzir; caso a área fique improdutiva, o irrigante perde o direito a terra. Atualmente destaca-se a fruticultura irrigada, que praticamente homogeneíza a produção agrícola do perímetro, com destaque para a produção de acerola, voltada para o mercado externo. Terra de negócio.

Através da luta pela terra, encontra-se os assentados que foram inclusos no Programa de Reforma Agrária e compõe um Assentamento do INCRA. A renda vem da produção de arroz, milho e feijão de vazante, além de programas sociais. Terra de trabalho.

Para atender a demanda de produção e beneficiamento da acerola, os irrigantes contratam assentados e assentadas para colheita. Neste momento de encontro, criam-se novas sociabilidades, fundada no mercado (MARTINS, 1997), que mobiliza a contratação dos agricultores na colheita de acerola, trabalho remunerado sem contrato, sem vínculos empregatícios.

No assentamento que mantém sua produção da terra e encontram-se aqueles que vendem, de forma contínua ou alternada, a sua força de trabalho. No caso do assentamento, então há agricultores residentes contratados pelos irrigantes produtores de acerola. Não pode classificá-lo como trabalhador rural⁹, pois esta categoria se caracteriza pelo contrato de trabalho e pelo assalariamento. Nestes casos seus vínculos mais precários: a diária, que representa a coleta de um balde da fruta.

Homens e mulheres integram um contingente de coletores de acerola, que se vinculam a diferentes lotes. Cada lote organiza sua estratégia de colheita, valor de pagamento pelo balde, alimentação dos trabalhadores. Como a produção é irrigada, a colheita de acerola é quase contínua, apresentando um cenário de pleno trabalho o ano todo, pois além da acerola tem a colheita de outras produções. A absorção desta mão de obra vem integrando homens e mulheres do assentamento e colocando irrigantes e assentados na fronteira.

Gonçalves (2004) destaca o importante papel que o Estado tem nas mudanças técnicas e nos processos de atração e estabilização de mão-de-obra. Tecnificando o campo ou estimulando sua tecnificação, o Estado cria condições para os conflitos sociais surgirem, ao tempo que os absorve as contradições.

Durante as visitas de campo, um dos moradores indicava que muitas pessoas buscavam conseguir uma casa no Assentamento. A razão, segundo ele, “é que aqui “corre” dinheiro”. Entende-se que a possibilidade de ter um lote, receber o apoio financeiro de uma bolsa governamental (Bolsa Família) e ainda ter a oportunidade de agregar à renda, as diárias obtidas no trabalho de colheita, fazem dos moradores do assentamento um grupo privilegiado, com áreas em disputa por novos moradores. Uma análise mais aproximada demonstra que este encantamento pela vida no Assentamento Cajueiro desvela a limitada oferta de oportunidades que os candidatos a moradores estão submetidos.

⁹ a categoria empregado rural é definida no 2 Artigo da Lei 5.889/73: toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário.

A renda das bolsas governamentais é compensatória, insuficiente para o que se propõe, pois é temporária e seletiva, pois nem todos a recebem. A produção nos lotes tem mantido as famílias, mas, se as condições fossem favoráveis, estes não procuravam uma renda extra e por fim, o trabalho na colheita hoje é uma realidade que pode se alterar de acordo com as demandas de mercado.

Figura 10 : Trabalhador na colheita de acerola



Fonte: Site da FAPEPI. Disponível em : <http://www.fapepi.pi.gov.br/noticias/view/1033>

Quando questionados sobre os valores recebidos, fica claro que eles entendem que sua renda depende de sua disposição e empenho para a tarefa. Considerando as grandes extensões das áreas de plantio, completar a meta (o balde) não é tarefa simples, às vezes ocupa dois turnos. Na entrevista, a renda da colheita é uma opção adequada ao perfil do assentado:

Entrevistado C: Se a pessoa for “esperta”, tira 400¹⁰ por semana.

Entrevistada D: É perto de casa e não precisa assinar carteira que aí não dá problema na aposentadoria depois. Eu saio 5h e volto meio dia pra ajeitar as coisas de casa.

¹⁰ Por um balde completo, o trabalhador chega a receber até R\$ 40,00.

A flexibilidade de horário e vínculo é atrativa e vista como uma forma de renda extra, que depende exclusivamente de seu empenho na atividade. Nem todos os assentados participam da colheita de acerola, no entanto neste grupo há homens e mulheres e estas seguem no mesmo horário dos homens (5h), mas nem todas permanecem o dia inteiro. Devido às responsabilidades domésticas, elas voltam no final da manhã.

Este grupo de trabalhadores está inserido no mercado de trabalho de acordo com demanda da produção no projeto de irrigação, porém excluída dos benefícios da seguridade social, mesmo desenvolvendo atividades remuneradas.

Para Martins (1994), o conflito pelo trabalho remunerado tem fim, encerra no acordo entre as partes, ou seja, quando o irrigante apresenta sua proposta de trabalho o/a trabalhador/trabalhadora, aceita suas condições. O conflito pela terra tem outra duração, pois encontra-se institucionalizada e envolve relações de propriedade e não de trabalho. A própria trajetória do assentamento demonstra isso, pois eles estão na luta para possuir e viver desta terra há quase 20 anos.

A terra de negócio torna-se terra de resistências, outro espaço de luta, no encontro com o outro (o irrigante), também migrante ou do local, que também é explorado. A proximidade geográfica entre o projeto de irrigação e o assentamento, a vivência em suas fronteiras demonstra como o agronegócio consegue invadir o cotidiano das comunidades rurais a fim de garantir a estabilidade dos seus negócios.

Dentro da lógica neoliberal, o Estado estrutura as transformações no território, necessárias à instalação e manutenção de empresas e atendendo à financeirização do capital. Ao mesmo tempo, o Estado implementa políticas que minimizem as desigualdades decorrentes da concentração e escassez de capital. Verificou-se que a interação entre os/as irrigantes e os/as assentados contribui no entendimento das diferentes identidades rurais presentes, com suas necessidades específicas e expectativas. Os irrigantes adquirem os lotes para produção, via edital do DNOCS e garantem o direito de utilizar a terra para produção agrícola. A maior parte dos irrigantes integra cooperativas de produção da acerola, responsáveis pelo beneficiamento da fruta, com produção voltada para o mercado externo e interno. A produção, na cooperativa, é coletiva, mas a colheita do lote é individualizada, portanto a contratação de mão-de-obra é uma responsabilidade que cada irrigante assume.

No assentamento há produção de arroz para consumo, mas a escassez de chuvas nos últimos quatro anos, reduziu a produção de forma significativa. A produção se concentra, atualmente, na cultura de milho e feijão. O preparo da terra é feito de forma coletiva, dividindo os custos de aragem. Na etapa de plantio, colheita e venda, cada dono de lote organiza-se

individualmente, mas isto não representa um isolamento do processo, pois eles colaboram na colheita dos lotes.

O Estado assume um papel estratégico de articulador e formador dos mercados de trabalho no campo, estruturando os meios de escoamento da produção agrícola de parte dos produtores. No entanto esta estrutura não atinge as demandas do Assentamento, que precisam de vias de articulação e escoamento, que contemple as condições locais.

A ação do Estado, nas suas permanentes relações de reciprocidade e antagonismo com a sociedade, constitui o espaço privilegiado de análise das classes sociais e suas lutas. O que implica a intervenção do Estado, envolvendo diferentes atores como o DNOCS, o INCRA, o MST, seja por meio de demandas, suportes ou apoios, seja mediante o controle democrático (BOSCHETTI, 2008). Segundo Harvey (2007, p106) “As frações da classe capitalista como também outras classes e grupos sociais lutam por seus interesses distintos dentro de um domínio político do Estado que é sempre imprevisível e voltado a instabilidade política e ideológica.”

O espaço não aparece mais como um “recipiente” neutro, dentro do qual se desenrola o desenvolvimento temporal, mas como uma expressão constitutiva, historicamente produzida nas práticas sociais. O reconhecimento de que as relações sociais estão sendo interconectadas em uma escala global, necessariamente problematiza as fronteiras espaciais destas relações. A expressão “produção do espaço” visa responder aos processos de reprodução das relações capitalistas de produção, onde o espaço é o lugar em que essas relações sociais se localizam e se reproduzem com todas as suas manifestações de conflitos e contradições.

Nesse aspecto o espaço expõe no conteúdo de suas formas as mesmas contradições que o produziram. Essas, por sua vez, geram também as condições de reprodução das relações sociais. Sendo assim, o espaço é resultado e, ao mesmo tempo, condição da reprodução social. O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (HARVEY, p. 19).

Apesar de Andrade (1995) expandir a noção de território para além do poder público estatal reforçando a ideia de domínio e gestão do espaço pelo poder de grandes empresas, é factível pensar que, pela sua aproximação com as ideias de Raffestin, o autor possibilita-nos pensar que sujeitos sociais como trabalhadores rurais organizados, podem estabelecer outro tipo de gestão do território, nem que seja na forma do que se está

denominando de processos de preexistência. Enfim, todo território associa-se à ideia de poder, e mesmo onde tais relações são muito assimétricas (caso da região estudada) é possível que grupos organizados busquem uma autonomia.

O enfraquecimento das políticas da classe trabalhadora tem muitas causas que não podem ser examinadas aqui. Mas uma característica que contribuiu vem sendo o aumento de políticas “progressivas” no entorno de questões dos novos movimentos sociais com focos em gênero, raça, ecologia entre outros. Estes movimentos vêm se tornando uma alternativa funcional, operável e prática para as políticas de classe e de certa forma tem apresentado certa hostilidade relacionada com as políticas de classe.

5.2.7. O papel das mulheres no Assentamento Cajueiro

Os trabalhos de meio expediente, informais e temporários têm se absorvido a mão-de-obra feminina e ampliado sua participação no mercado de trabalho, mesmo com a redução nos direitos trabalhistas. Porém, a combinação entre o trabalho remunerado fora do domicílio com as demandas domésticas e cuidados das crianças, vem submetendo as mulheres a este tipo de vínculo. Em outras palavras, o trabalho remunerado tem permitido às mulheres trabalhar por um salário/remuneração, o que representa uma forma de independência econômica, mas dentro das limitações de tempo e energia que produz a divisão por gênero das atividades domésticas (GEHLEN, 2010).

Entre as mulheres que participam da colheita, foi possível perceber a simbologia da diária recebida na fala da entrevistada sobre a remuneração na colheita de acerola:

Entrevistada D: Este (dinheiro) aqui é meu mesmo.

Entende-se que a renda da bolsa governamental é uma renda da família, condicionada à presença de filhos, a renda da terra é renda da família e, possivelmente ela não se sente integrada nessa dinâmica como produtora. No entanto, na colheita de acerola ela trabalha e sua atividade não é considerada como ajuda ou serviço complementar. Ela se reconhece no trabalho e por isso a diária é fruto de seu trabalho, portanto a ênfase em dizer que a renda é apenas dela.

A invisibilidade socioeconômica e política da agricultora, que caracteriza sua participação na produção como “ajuda”, resulta de um profundo processo de subjugação, traduz as relações desiguais de poder e participação que são impostos pela sociedade e

continuamente reorganizados para manter sua dependência econômica e social. Assim, uma série de condições promove clivagens de inserção, comprometendo sua participação no trabalho remunerado, ações de emancipação social através de sindicatos e associações.

Esse entendimento do papel da mulher, caracterizado pela subordinação, limita sua possibilidade de independência social, econômica e política, necessitando de políticas públicas que, no Estado capitalista não é possível sem luta.

A construção da identidade feminina é um processo que tende a superar seu papel de rainha do lar, buscando a construção social de uma nova identidade feminina para além da maternidade e inserida politicamente na sociedade. A importância do processo de socialização na construção da identidade de homens e mulheres contribui para analisar como se processa essa socialização no meio rural.

Destaca-se que o MST possui um olhar diferenciado sobre a participação de homens e mulheres. De forma geral, não há uma dinâmica sexista na organização de tarefas e isso deve ter influenciado as relações de gênero no assentamento. Porém, dizer que homens e mulheres são iguais não é suficiente para alterar as relações de poder e dominação que ainda se identifica nas relações sociais de gênero. Estes conflitos extrapolam a vivência doméstica e se reproduzem no âmbito do trabalho remunerado.

Pinto (1992) apresenta três situações resultantes da participação das mulheres nos movimentos sociais: amplia seus contatos e integra o espaço público, não apenas o privado; identifica demandas coletivas e demandas de gênero; e começam a questionar seu cotidiano. Da mesma forma, os estudos de Carneiro (1994) indicam dois outros resultados: integrar o movimento de resistência dos trabalhadores rurais contra o aumento da expropriação da terra e da exploração do trabalho, que atinge homens e mulheres; a emergência de organizar um movimento feminista e um movimento de mulheres que possa contribuir com a formação de uma consciência na luta contra as desigualdades de gênero.

Por sua vez, Perrot (1995, p. 9) salienta que as mulheres têm uma história e "não são apenas destinadas a reprodução possuindo uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos. " A sociedade de classe se caracteriza pela dominação masculina difundida e perpetuada pelo sistema da propriedade privada, pelo Estado, pela igreja e pelas instituições familiares que servem aos interesses dos homens. A inferioridade da mulher é produto de um sistema social que causou e proporcionou inumeráveis desigualdades, inferioridades, discriminações e degradações.

As construções e desconstruções dos papéis sociais do homem e da mulher e suas relações ao longo da história resultaram em constantes estudos sobre gênero. Gênero é, portanto, “igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. É uma maneira de indicar construções sociais, ou seja, a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e mulheres” (FROTA, 2004, p.16).

Nesse sentido, apreender o papel da agricultora familiar, em sua dimensão social, política e econômica, se constitui como desafio para os mediadores territoriais. Isso por que as relações de gênero se incluem no marco mais amplo das relações sociais e se tende a explicar a subordinação da mulher sobre uma base materialista – a de sua capacidade reprodutora, que não pode compreender-se desengajada dos processos de produção e reprodução social, cuja compreensão contribui para uma prática profissional mais comprometida com as demandas da população assistida pelas políticas voltadas para o rural.

O agricultor e a agricultora vivem conflitos distintos, com agravamento para as mulheres que, além dos desafios do assentamento, ainda agrega as responsabilidades do lar e os cuidados com os doentes, idosos e crianças.

A análise de que a mulher assume a tripla jornada de trabalho: afazeres domésticos, trabalho remunerado e a participação crescente nos espaços comunitários, políticos e sindicais amplia-se no Assentamento. A preservação ambiental também vem pautando as ações das mulheres, através da gestão do lixo e da organização dos jardins.

A lógica de desenvolvimento adotada pelo capitalismo vem produzindo novas territorialidades, transformando o espaço rural e os recursos naturais. A preocupação com a degradação ambiental é crescente e vem gerando mudanças no cotidiano dos moradores do Assentamento. Durante as entrevistas, as falas revelam diferentes aspectos:

Entrevistado E: Antigamente a produção era farta, mas a falta de chuva atrapalhou muito, a água do rio está muito salobra.

Entrevistada B: Querer a terra é uma coisa, mas tem que cuidar direito senão acaba tudo.

Entrevistado A: O INCRA pediu pra gente deixar um pedaço de terra pra preservar, um pedaço que a lei pede. A gente deixou aí, mas a gente preserva mais do que a lei diz.

As mulheres, por conta dos afazeres domésticos, assumem a gestão do descarte de materiais sem utilidade: o lixo. O Assentamento não possui serviço de coleta e as estratégias de

redução do descarte de material na natureza é diversa. Cada família tem um buraco onde jogam os materiais em desuso que passam por uma triagem.

Entrevistada D: O que é de comida a gente dá pro gatinho. As vasilhas de plástico se aproveita e o que não dá mesmo pra aproveitar vai pro buraco.

Entrevistada E: Primeiro não pode estragar comida. Se sobrou vai pras plantas ou pras galinhas. Separa o que dá pra ficar ainda e depois é que joga fora (no buraco).

As mulheres do assentamento são as principais responsáveis pelo manejo do material, reciclando e reaproveitando objetos, reaproveitamento os alimentos que se transforma em lavagem para os porcos, alimentos para as galinhas ou para o gato, além de adubo para as plantas. O ciclo de reaproveitamento, mesmo que aconteça sem a real intenção de manejo sustentável, vem integrando o cotidiano, especialmente das mulheres, do assentamento e gerando ideias de como reduzir a produção de lixo.

Figura 11: Aproveitamento de objetos e embalagens no jardim da casa



Fonte: Acervo da pesquisadora. 2016

Figura 12: Organização dos jardins no Assentamento Cajueiro



Fonte: Acervo da pesquisadora. 2016

Os jardins das casas estão repletos de materiais reaproveitados e reorganizados como vasos de plantas e enfeites diversos. A arborização do Assentamento é outro elemento que se destaca na área, são apenas 4 ruas onde as casas se distribuem e se integram com as árvores. Cada família ocupa os espaços livres que possuem com plantio de milho e feijão ou com jardins nas varandas e quintais, sob o cuidado das mulheres. Assim eles agregam outras responsabilidades na preservação ambiental do assentamento. Os jardins representam um importante “banco de sementes”, assim como as árvores dispostas nas residências e ruas.

Figura 13: Rua do Assentamento Cajueiro



Fonte: Acervo da pesquisadora. 2016.

As desigualdades de gênero resultam dos diferentes papéis designados pela sociedade para homens e mulheres. Em relação à condição da mulher, verifica-se que em toda formação social existe uma produção social de bens (produção) e uma produção social de seres humanos (reprodução), que são distintos, porém relacionadas uma a outra. Deste modo, produção e reprodução são indissociáveis. Com o advento do sistema capitalista tem-se a subordinação da reprodução à produção (FRANCISCO, 2011).

Com isso, a percepção crítica da atuação da mulher agricultora nas discussões de uma ação participativa é importante para estudar o desenvolvimento social e a participação de fato e de direito do agricultor e da agricultora. É nessa relação de transformação territorial, de política de desenvolvimento rural e de homens e mulheres na produção do trabalho que se configura a organização do território rural.

A implantação de grandes empreendimentos é caracterizada como sinal de crescimento e desenvolvimento, submetendo as cidades a investimentos vultosos destinados à produção, escoamento, comercialização e consumo. Exigindo uma demanda de trabalhadores de diferentes especializações, estes empreendimentos alteram o ordenamento territorial criando áreas de concentração e áreas de rarefação, tanto populacional como financeira. Este desenvolvimento desigual e combinado (SANTOS, 2007) atende à expansão do capital, através da exploração dos recursos naturais e dos trabalhadores. A concentração de capital e a concentração espacial de atividades são intencionalmente articuladas e resultam de uma complexa combinação de fatores naturais e econômicos que direcionam os lugares para o crescimento ou estagnação financeira.

Segundo Harvey (1993), a tensão existente, no capitalismo, entre monopólio e competição ou entre centralização e descentralização onde o poder econômico vem se manifestando de formas fundamentalmente novas, caracterizam a profunda organização do capitalismo expressada numa dispersão da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados e processos de trabalho e nos mercados de consumo.

5.2.8 A espacialização do capital e a espacialização do MST

Com a crescente divulgação das políticas e programas governamentais, aumenta visibilidade dos resultados, exigindo assim maior eficiência e eficácia na alocação de recursos. Os investimentos no projeto irrigado foram previstos na ordem de 230 milhões de reais para ampliar a área irrigada até 2015. Os recursos foram alocados através do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC e vem atraindo investidores de outras regiões do país. Essa expansão vem

sendo divulgada em feiras de agronegócio, nos meios de comunicação e em encontros governamentais como referência do desenvolvimento agrícola no norte do Estado do Piauí, com ênfase na produção orgânica de frutas.

Este modelo de desenvolvimento com foco territorial vem estruturando a produção/reprodução social. Pode-se conceber, que o investimento privado pode definir as modificações do território, especialmente devido a questão do desenvolvimento rural baseado no agronegócio e participação nas exportações. Estes projetos, invariavelmente, possuem um impacto ambiental que atinge as populações locais. A relação território/desenvolvimento é mediada pelo Estado e ocorre dentro de uma dominação institucionalizada, representada pelas políticas públicas.

A organização política e econômica realizada dentro do perímetro de irrigação estabelece a racionalidade econômica e apresenta um desajuste entre as formas e os ritmos de extração, exploração e transformação dos recursos ambientais e das condições ecológicas (GEHLEN, 2014). Na fronteira, no encontro, identifica-se as distintas formas de uso dos recursos naturais, água e terra. A racionalidade econômica é percebida na função e domínio da técnica, base para o desenvolvimento do sistema capitalista.

Considera-se que parte da produção do projeto de irrigação seja orgânico, mas sem a certificação há margem para utilização de produtos inadequados, que podem impactar nas condições de preservação da área. No desenvolvimento da pesquisa, percebe-se como as potencialidades locais são reorganizadas para o atendimento da expansão capitalista, através do agronegócio, e como o capital se movimenta, se metamorfoseia na busca de meios de ampliar o circuito produtivo.

Nesta dinâmica relacional identifica-se o conflito de interesses territoriais e globais e as relações desiguais de poder na interferência do avanço capitalista sobre os territórios através da exploração dos recursos naturais e da mobilidade geográfica de mercados. O perímetro irrigado tem demandas locais e globais, pois o investimento na produção orgânica vem ampliando seu espaço.

Gehlen (2014) e Andrade (1997) salientam que as políticas territoriais brasileiras, no século XX, produziram muitos custos de ordem socioeconômica, cultural e ambiental, que, mesmo sendo consideradas como tentativas de integração social, representam ameaças de fragmentação do território causada pelas relações entre classes sociais e o espaço ocupado e dominado com grande interferência internacional. O processo de reestruturação produtiva e territorial que vem ocorrendo no Nordeste reforça a realidade dialética, o que denota alguns subespaços dinâmicos, onde se podem observar os impactos negativos em termos sociais,

territoriais e ambientais.

Segundo Gehlen (2014), um dos resultados do processo de territorialização do capital é o acirramento da dialética dos espaços agrícolas, formando-se alguns arranjos territoriais produtivos que vêm contribuir na desintegração dos espaços agrícolas nordestinos. Tal fragmentação dos espaços aumenta a diferenciação na lógica da sua organização, como pode se observar na seletividade de distribuição das políticas públicas e dos sistemas de objetos, fortalecendo as diferenças e reforçando, desta forma, a existência de vários nordestes (Andrade, 2001; Santos, 2002).

O Projeto de irrigação também dispõe de lotes para empresas, diversificando o público e aumentando as possibilidades de investimentos e acúmulo de capital. As empresas buscam a produção direta de alimentos, sem intermediação de cooperativas, integrando outra dinâmica nas relações sociais do território. Identificam-se as tensões provocadas pela estrutura agrária baseada na exportação que impulsiona o agronegócio ao tempo que coexiste com os assentamentos, que tentam desenvolver projetos agroecológicos. O Estado também funciona como veículo pelo qual os interesses de grandes proprietários se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca, desempenhando, então, um papel importante na regulação da competição e da exploração do trabalho e estabelecendo um peso sob os processos de exploração e acumulação capitalista.

O Projeto de irrigação concentra a tecnologia e informação, concentra investimentos públicos e privados, é objeto de pesquisa de instituições de ensino. Na espacialização do capital tem-se uma nova ordem social identifica-se novos desafios para os mediadores: a subordinação do assentado ao trabalho remunerado temporário. O Estado, ao investir nos projetos de grande porte, promovendo a tecnificação do território, compromete o desenvolvimento do assentamento, transformando seus residentes em mão-de-obra barata e descartável. O Estado, através de sua estrutura mediadora, ausenta-se da vivência do assentamento de diferentes formas, através da demora no atendimento, nas frequentes greves, nos processos de transição entre governos.

O processo desigual de crescimento e a formação de circuitos de produção e consumo conformam uma realidade no Assentamento Cajueiro e no Distrito de Irrigação em que trabalhadores e trabalhadoras se integram em áreas de diversidade (lotes e cooperativa) e áreas de especialização no mercado de trabalho. A formação desse espaço/território estabelece o vínculo produção / reprodução social, ou seja, a compreensão de que a reprodução das relações sociais deve considerar a produção social do território (LEFEBVRE, 1974).

Figura 14: Assentado voltando da colheita de acerola



Fonte: Acervo da pesquisadora. 2016

Ao conquistar uma fração do território, o MST espacializa sua luta e integra, de forma permanente, a história do lugar. Dessa forma, utiliza-se a definição de movimento socioespacial para definir o MST. Este espacializa suas ações e utiliza a ocupação do território como estratégia de luta e resistência. Como afirmado anteriormente, o assentamento é um território dentro do território. Porém, ocupar o espaço ainda não é a garantia de o assentamento terá os resultados esperados. Segundo Gonçalves (2004) após crédito inicial, o assentado tem sido “abandonado ao universo da escassez” (p. 94) e isso pode ser identificado na vivência do Assentamento Cajueiro através da ausência do INCRA na oferta de assistência técnica e na longa espera por serviços básicos. Nas atas da ATRAC, a questão da ausência do INCRA e a demora no atendimento às suas demandas é frequente. A função mais essencial, a assistência técnica, não consegue acompanhar os projetos selecionados e investidos.

Considerando que o assentamento é um lugar de transição e transformação, portanto inconcluso, e que a “ação dos assentados e dos mediadores dão sentido e significação a forma que se torna forma-conteúdo espacial. Portanto, o assentamento visto como forma-conteúdo assume o papel ativo no movimento do todo social” (GONÇALVES, 2004). Entende-se que seu processo de espacialização e territorialização é contínuo. Podendo submeter-se, integrar-se ou resistir e reinventar sua existência.

No processo de ocupação, em 1996, o projeto de irrigação estava ainda no começo, parcialmente ativo. O processo acelerado de mercantilização das atividades do projeto de

irrigação promoveu uma diferenciação produtiva e social, exigindo novas formas de representação e ações coletivas.

Neste contexto, compreende-se que a intervenção do Estado ocasiona a descaracterização do rural e a sua recharacterização, consequência da nova dinâmica que se estabelece e refletem-se também nas relações sociais que se engendram no cotidiano do rural. No território se processa a emergência de uma nova concepção de desenvolvimento rural, baseada não somente nos dados demográficos, mas numa compreensão territorial, que busca uma intervenção que considere as particularidades e potencialidades existentes no rural e as mudanças nas vivências locais e a na (re) construção das relações, no processo de resistência à espacialização do capital, através dos projetos de desenvolvimento.

O assentamento vive uma crise silenciosa, na submissão de seus moradores ao trabalho remunerado nos lotes dos irrigantes. O MST e a ATRAC possuem novas lutas que integram também a alteração do ambiente no entorno do assentamento, a medida que o projeto de irrigação vai intensificando suas atividades e utilizando os recursos naturais, especialmente o uso da água utilizada para a irrigação dos lotes.

CONSIDERAÇÕES

A ação dos movimentos sociais representa um caminho para se compreender a produção do espaço rural, portanto o espaço das cidades. Cada conquista impacta positivamente a sociedade, pois a garantia de direitos mostra que se caminha para uma sociedade mais justa e provoca a reflexão sobre a reorganização dos poderes. O processo de modernização da produção rural, muitas vezes, beneficia mais a produção patronal do que a familiar; além disso, a divergência, em termos de tamanho, capital e uso de tecnologia tornam as prioridades de cada produtor diferentes entre si. Os objetivos difusos da classe dificultam sua organização para a busca de seus próprios interesses. Embora existam grupamentos locais, como associações e cooperativas que auxiliam o sistema de produção em algumas regiões, eles são totalmente inexistentes em outras.

Os resultados desta tese ajudam a entender a importância estratégica da mediação, destacando que, além de seu fundamental papel social na redução da desigualdade social do campo e das cidades, o meio rural deve ser encarado como um forte elemento de geração de riqueza, não apenas para o setor agropecuário, mas para a própria economia do País.

A expansão capitalista sobre os recursos naturais e a conversão do uso do solo para acumulação do capital e a formação de mercados de trabalhos excluem/incluem os residentes do território, de acordo com suas necessidades. Por outro lado, encontram-se os movimentos sociais ocupando o espaço utilizando outra forma de produzir, viver e usar os recursos naturais. a espacialização do capital produz uma dinâmica que altera o planejamento e da implantação dos grandes empreendimentos industriais alteram o planejamento do desenvolvimento territorial, pois suas atividades convergem para a lucratividade das empresas. Esta realidade agrava as condições socioeconômicas do/a agricultor/a familiar através da degradação e impacto ambiental. A ocupação desordenada do território é produzida pelos grandes empreendimentos industriais e não pela população que se vê expulsa dos seus assentamentos e das suas áreas ocupadas pelos seus antepassados, para dar espaço ao crescimento econômico.

A territorialização de políticas públicas tende a considerar a heterogeneidade do lugar, portanto incorporar a questão de gênero nas políticas sociais contribui para a ampliação do acesso a serviços públicos integrados e permanência das mulheres nos espaços decisórios. Considerando a multidimensionalidade da desigualdade social, a discussão sobre segregação socioterritorial de gênero vem contribuir na responsabilidade compartilhada em programas e ações governamentais.

No atual modo de produção capitalista é negado o acesso aos recursos naturais, como terra e água, necessários à condição humana. Tal acesso é direcionado às demandas do capital, da classe dominante, gerando conflitos socioambientais, desigualdades sociais e precarização dos direitos sociais da população mais pobre.

A não efetividade dos direitos sociais vem influenciando, em muitos casos, na desigualdade social entre os gêneros. O conceito de desigualdade implica na incapacidade de realizar ou desenvolver algo em todo o seu potencial. A desigualdade de gênero se dá quando os indivíduos aos quais se atribuem um determinado gênero não tem acesso a possibilidades sociais de igual nível que os indivíduos de outro gênero.

Nesta tese identifica-se e confirma que a existência do MST foi instrumental para a população do Assentamento ter sido capaz de alcançar o direito a terra. A análise da relação entre Estado e MST também permitiu entender que essa relação não pode ser definida, de forma permanente, como conflitiva ou colaborativa. Ela está baseada em necessidades mútuas e mesmo que a relação continue colaborativa, os trabalhadores e trabalhadoras se preparam para usar a força para resolver seus conflitos.

Os resultados do MST foram possíveis pela conjuntura política do Brasil, com suas políticas repressivas e compensatórias que criaram um contexto favorável à mobilização pela reforma agrária, incluindo entidades de apoio de ação nacional e internacional. No período do acampamento temos um contexto de crise de legitimidade do Estado, pois o governo dessa época manteve uma política repressora e isso intensificou a resistência do MST, que utiliza a mídia como forma de pressão para garantir o canal de diálogo. No entanto, a visão de Estado mobilizado pela reforma agrária, a partir de 2003, é aparente.

Nestas circunstâncias pelos quais o processo se estrutura, foi o próprio Estado que se sentiu obrigado a criar suas estratégias de assistência para todos os envolvidos, como meio de preservar a ordem sem perder sua base de apoio. O Programa de Reforma Agrária mostrou que, por um lado o Estado não foi propelente do MST, mas também o aceita como interlocutor, como está constatado sobre os movimentos sociais, são aliados atuais, desde que os movimentos apoiem as necessidades da população. No entanto, se é verdade que Programa de Reforma Agrária garante o direito à terra e melhores condições de vida, não foi possível encontrar modificações substanciais na relação de poder entre MST e Estado, que existia em Parnaíba, entre os grupos sociais dominantes e o grupo de trabalhadores do assentamento.

O aparato do Estado não sofre nenhuma mudança real e política. Os ganhos obtidos no programa de desenvolvimento rural limitaram-se a esfera formal, sem tornar possível nenhum avanço significativo político e real. O aparelho do Estado não sofreu nenhuma

transformação importante. Da mesma forma percebe-se que nem o MST nem o Estado podem ser considerados como entidades unidas e homogêneas, capaz de oferecerem proposições identificáveis e opostas uma a outra.

O Estado envolveu o MST em um Projeto de Reforma Agrária e apropriou-se do discurso democrático popular e reelaborou seus conceitos, no entanto o sucesso do movimento depende parcialmente da vontade do Estado para garantir isto, depende muito mais da habilidade do MST de pressionar o Estado para garanti-lo. A forma adotada por este processo dependia das interações e alianças existentes entre indivíduos, setores e grupos das agências do Estado e dentro do próprio MST.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R.. **A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI**. AGRÁRIA, no 1, pp. 2-15, 2004.

ALVES, J. M. **A obra de José de Souza Martins e a Reforma Agrária no Brasil: uma leitura sociológica**. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. UFRGS. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: 2003.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: HUCITEC; Recife: Ipespe, 1995.

ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. Recife: Editorial Grijalbo, 1977.

BARREIRO, I. A. **Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado**. Espaço e debates. São Paulo: Cortez,

BOMBARDI, L. M. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BRASIL. DECRETO Nº 4.892, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003. Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e dá outras providências.

_____. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.183-56, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.** Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.

BURGESS, R. D.. the politics of urban residence in Latin America. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 6, n.4, 1982, p. 465-480.

CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**. *En publicacion: Estudos. Sociedade e Agricultura no 8*. CPDA, Curso de Pós- Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Brasil. abril.

CASTELLS, M. **The urban question: a marxist approach**. London: Edward Arnold, 1977.

CERRUTTI, M. **“Labour Force Patterns, Gender Relations and Labour Markets in Buenos Aires”** en Seminar on Women in the Labour Market in Changing Economies: Demographic Issues. Roma: IUSSP, 1999.

CNBB. **A Igreja e a questão agrária no século XXI**. Documento aprovado pela 51ª Assembleia Geral da CNBB. Aparecida - SP, 10 a 19 de abril de 2013.

CNBB. **Igreja e Problemas da Terra**. Documento aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB, Itaici, 14 fev. 1981.

DE JANVRY, A.; SADOULET, E. Land reform in Latin American: ten lessons toward a contemporary agenda. *World Bank's Latin American Land Policy Workshop*. Pachuca, México: 2002.

FALCÃO, J. A.(org). **Conflito de direito de propriedade**: Invasões urbanas. Rio de Janeiro: 1984.

FERNANDES, B. M. **O MST e as reformas agrárias**. Osal. Ano IX. N. 24. Outubro de 2008. P. 73 – 85.

_____, A modernidade no campo e a luta dos trabalhadores sem-terra, **Revista de Cultura Vozes**. Petrópolis, Editora Vozes, ano 90, vol. 90,1996, p, 65-78.

_____, O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a territorialização da luta pela terra no Brasil, **Boletim de Geografia Teorética**, nº43-44, 1991, p.634-39.

_____, Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em Assentamentos de Reforma Agraria. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, nº 75, 1997 (no prelo).

_____. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FITZPATRICK, P. **Law and State in Papua New Guinea**. London: Academic Press, 1980.

FRANCISCO, M. L. O. Geografia de Gênero e Trabalho Familiar. IN: **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**. Volume 2. Nº 1. 2011

FREMONT, A. La région, espace véu. Paris: PUF, 1976

FROTA, M. H. P.; OSTERNE, M. S. F. **Família, gênero e geração: temas transversais**. Fortaleza: Eduece, 2004.

GEHLEN, V.R.F. O espaço na contemporaneidade. IN: CALIXTRE, A. B., FILHO, N. A. **Cátedras para o desenvolvimento: Patronos do Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Capítulo 15. P. 419 – 436.

_____; LAINÉ, P. (Org.). **Costurando com fios invisíveis: a fragmentação do território rural**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012

_____. **Do Rural ao Urbano: A Conversão do Uso da Terra na Zona da Mata Sul de Pernambuco**. Relatório de Pesquisa: CNPq, Recife, 2010.

GILBERT, A. WARD, P.M. **Housing the State and the poor**. Cambrigde University Press. 1985

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. **A produção do espaço**: uma reaproximação conceitual da perspectiva Lefebvriana. GEOUSP: Espaço e Tempo, São Paulo, n. 23, pp. 125-132, 2008

GONCALVES, C. U. **A importância das agências de mediação no ordenamento territorial dos assentamentos rurais**. Revista GEOgraphia – Ano 6 – n. 11 – 2004. P. 89-105.

HARVEY, D. **Social Justice and the City**. London: Edward Arnold, 1973.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HIRATA, H. **Divisão – Relações Sociais de Sexo e do Trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho**. TRYLINSKI, Maria Helena C.V. (trad). Em Aberto, Brasília, ano 15, n. 65, jan/mar 1995.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v.37, n 132, p.595-609, set/dez 2007.

INCRA, Dados da Reforma Agraria. 2015.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974

LEITE, S. (et al). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD; São Paulo: Unesp, 2004.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**; tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOMAS, C. ¿El otoño del patriarcado? El aprendizaje de la masculinidad y de la feminidad en la cultura de masas y la igualdad entre hombres y mujeres. **Cuadernos de Trabajo Social** [s.l] v.18, p. 259-78, 2005.

MARQUES, M. I. M. **Relação Estado e MST**: algumas fases e faces. Lutas & Resistências. Londrina, v. 1,p. 184-196, set. 2006.

MARTINS, J.S. **(Des) figurações**. A vida cotidiana no Imaginário onírico da metrópole. São Paulo: HUCITEC. 1994.

MARTINS, J.S. **A sociabilidade do homem simples**. Cotidiano e Historia na Modernidade Anomala. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MARTINS, J.S. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. São Paulo: Vozes, 2002.

MARTINS, J.S. Os camponeses e a política no Brasil. 5. Ed. Vozes. 1995

MEDEIROS, L. S. Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MELO, D. M. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre os documentos publicados entre 1979 e 2000. In: GOHN, M. da G. (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2010. Cap. 5, pp.113-143.

MENDES, F. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves. n° 8, 1983, pp.64-77.

NAVARRO, Z. **Mobilização sem emancipação** – as lutas sociais dos sem terra no Brasil. IN: SANTOS, B.S. Produzir para viver. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189 – 232.

NAVARRO, Z. **Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais do campo: o MST e a Reforma Agrária**. Perspectiva, São Paulo, v.11, n. 2, p. 86-93, jun. 1997

OLIVEIRA, A. M. S., MONTEIRO, M. S. L., MORAES, M. D. C. Políticas de reforma agrária e a constituição do assentamento rural fazenda soares, Teresina-PI. Anais do **VIII SOBER Nordeste**. Novembro de 2013, Parnaíba- PI - Brasil

OLIVEIRA, M. A. **Em nome de Deus, da democracia e da terra: representações anticomunistas na década de 1960 no Piauí**. Antíteses, Londrina, v. 1, n. 2, jul.-dez. de 2008, p.373-406.

PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In.: **Cadernos Pagu**, n. 4, 1995. p. 9-28

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. (Org.). **A crise do Estado**. Braga: Moraes, 1979.

_____. **O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau**. Crítica Marxista, São Paulo, n. 27, p. 105-127, 2008.

_____. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. The Capitalist State: a reply to Miliband and Laclau. **New Left Review**, 1976.

ROMANO, J. O. **Política nas políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

RUESCHMEYER, D. EVANS, P. **The State and economic transformation: toward an analysis of the conditions underlying effective intervention**. Cambridge: 1985

SANTOS, C.N.F. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAUNDERS, P. **Social theory and the urban questions**. London: Hutchinson: 1986.

SCHWENDLER, S. F. **O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o**

desafio de transformar práticas e relações sociais. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 87-109, jan./mar. 2015. Editora UFPR. p.87 a 110.

SCOLESE, E. **A reforma agrária**. São Paulo : Publifolha, 2005.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. Col. Primeiros Passos, n.18. 106p.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

SOUSA, R. E. P. M. **Uma reforma agrária de baixo para cima**: as ligas camponesas e o questionamento do latifúndio em Teresina. 2013.

SWEEZY, P. **Theory of Capitalist Development**. Monthly Review Press. New York: 1968.

TAVARES, M. C. (1996). **A questão agrária e as relações de poder no país**. *Folha de São Paulo*. São Paulo, p.5.

VEIGA, J.E. (1998). **Pobreza rural, distribuição de renda e crescimento**: a experiência brasileira. *Conferência Internacional sobre Distribuição de Riqueza, a Pobreza e o Crescimento Econômico*, Brasília.

VEIGA, J.E. (2001). **O desenvolvimento territorial no Brasil**: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. *Encontro ANPEC 2001*. Salvador: ANPEC.

WEBBER, M. A política como vocação. In **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro, Zahar: 1982.

WEIR, M; SKOCPOL, T. State Structures and the possibilities for Keynesian Responses to the Great Depression in Sweden, Britain, and the United States. In Peter B. Evans, Dietrich Rueschemeyer and Theda Skocpol (eds.), **Binging the State In**. Cambridge University Press: 1985.

ZIBECHI, Raúl. **Los movimientos sociales latinoamericanos**: tendencias y desafios. OSAL, enero 2003.

_____. **Movimientos sociales**: nuevos escenario y desafios inéditos. OSAL, ano VII nº 21, septiembre-diciembre, 2006.

Artigos consultados na internet:

BESKOW. P. R., Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964) *Estudos Sociedade e Agricultura*, 12, abril 1999: 56-79. Acessado em 08 de marco de 2016. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/146/142>

BRASIL. Reforma Agrária – Compromisso de Todos. 1997. Acessado em 12 de janeiro de 2016. Disponível em:

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/compromisso_de_todos_-_governo_fernando_henrique_cardoso.pdf

FERNANDES, B.M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Revista de Cultura Vozes. Acessado em 15 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>

FILIPPI, E. E. Reforma agrária: Experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil. Acessado em 10 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/eduardo-ernesto-filippi/filippi-e-e-reforma-agraria-experiencias-internacionais-em-reordenamento-agrario-e-a-evolucao-da-questao-da-terra-no-brasil-1-ed-porto-alegre-editora-da-universidade-ufrgs-2005-v-1-143-p>>

INCRA. Reforma Agraria – Compromisso de Todos. Brasília: 1997. Acesso em 10 de abril de 2016. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/compromisso_de_todos_governo_fernando_henrique_cardoso.pdf

Martin, J.I. **A geograficidade dos movimentos socio-espaciais**. Caderno Prudentino de Geografia, n°19/20, p.26-41. Acessado em 10 de março de 2016. Disponível em: <http://www.jy-martin.fr/EX/website.hebergement.lycos.fr/www.jy-martin.fr/imprimersansc517.html?id_article=95&nom_site=Le%20%20weblog%20-%20portfolio%20de%20J-Yves%20Martin&url_site=http://www.jy-martin.fr>

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 1946. Acessado em 10 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ideologiaalema.pdf>>

NEVES, L.M. W. , PRONKO, M. **A atualidade das ideias de Nicos Poulantzas no entendimento das políticas**. <Acesso em: 03 de abril de 2016. Disponível em: <<https://www.scribd.com/doc/306294486/NEVES-PRONKO-a-Atualidade-Das-Ideias-de-Nicos-Poulantzas-No-Entendimento-Das-Políticas-Sociais-No-Século-XXI>>